

ELENI LECHINSKI

**INDÚSTRIA METALMECÂNICA EM JOINVILLE: NO SETOR
DA *MACHARIA*, A MÃO DE OBRA É DAS MULHERES
(DÉCADAS DE 1970 E 1980)**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas e da Educação, da Universidade do Estado de Santa Catarina, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História.

Orientador (a): Dr^a. Luciana Rossato.

**FLORIANÓPOLIS/SC
2014**

FICHA CATALOGRÁFICA

Lechinski, Eleni.

Indústria metalmecânica em Joinville: no setor da *Macharia*, a mão de obra é das mulheres (décadas de 1970 e 1980)

Eleni Lechinski. – 2014.

Orientadora: Luciana Rossato

Dissertação (mestrado) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2014.

ELENI LECHINSKI

**INDÚSTRIA METALMECÂNICA EM JOINVILLE: NO SETOR
DA MACHARIA, A MÃO DE OBRA É DAS MULHERES
(DÉCADAS DE 1970 E 1980)**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas e da Educação, da Universidade do Estado de Santa Catarina, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História.

Banca Examinadora:

Orientadora:

Profa. Dra. Luciana Rossato
Universidade do Estado de Catarina – UDESC

Membros

Profa. Dra. Janine Gomes da Silva
UFSC

Profa. Dra. Silvia Maria Fávero Arend
Universidade do Estado de Catarina – UDESC

Florianópolis – SC
07 de agosto de 2014

A todas as operárias
do chão de fábrica.

AGRADECIMENTOS

São tantos os sentimentos de gratidão que tenho dificuldade em estabelecer um critério de ordenação de nomes e instituições. Pensando em como foi o início dessa trajetória no Mestrado, não posso deixar de agradecer:

Ao meu amigo Mário Martins, de Fortaleza, pelas contribuições na elaboração do projeto, pois foi esse o primeiro passo de minha presença nessa jornada de estudos.

Com igual carinho e respeito, aos membros da banca de ingresso ao Programa de Pós-Graduação em História da UDESC: Professores Doutores Paulino de Jesus Francisco Cardoso, Reinaldo Lindolfo Lohn e Silvia Maria Fávero Arend.

À minha orientadora, Professora Doutora Luciana Rossato, uma vez que, sem me conhecer, aceitou o desafio de me orientar. Agradeço pelas diretrizes, sem as quais esta pesquisa não se viabilizaria. Apesar de minhas inúmeras (sabidas) dificuldades, sua atenção jamais deixou de me ser dispensada. Por isso, admiro sua paciência e tolerância. Contudo, sei que todos os erros cometidos foram valiosos para a consolidação de meus conhecimentos. MUITÍSSIMO obrigada por tudo.

É sabido que, no curso das disciplinas, cada professora deixou seu legado, mas não posso esquecer de mencionar a de *História e Família*, ministrada pela Professora Doutora Silvia Maria Fávero Arend, que fez de nossos encontros muitos dos mais importantes acontecimentos pedagógicos dessa jornada de estudos. Suas aulas ultrapassaram os limites da própria disciplina, sem descumprir, todavia, a ementa desta. Com carinho e admiração, não só minhas, mas do grupo, quero dizer que sentirei saudades.

À Professora Doutora Cristiani Bereta da Silva, pela dedicação, competência e descontração com os quais conduziu a leitura daqueles “terríveis” textos de Paul Ricoeur e Koselleck. Quando a tenho em pensamento, minha memória se enche “de livros”.

Com igual reconhecimento, agradeço as inúmeras sugestões e contribuições da Professora Doutora Janine Gomes da Silva, membro da banca examinadora.

À minha família, cujos integrantes são os primeiros afetados pelo mau humor e ausência requeridos por esse projeto. Janete, a “mana” mais velha, que mesmo sem entender direito minha correria,

sempre esteve ao meu lado. Maria, ainda que distante, muito preocupada e mandando mensagens pelas redes sociais, como “Vai dar tudo certo. Deus é grande”. José, o caçula, que também demonstrou apoio, embora não sem questionamentos. Meus sobrinhos Jones, Ariane, Bruna, Patrick e Gabriel. Meus cunhados Arlindo Pereira da Luz e José Domingos Alves. Marilu, amiga de longa jornada, que já é da família. Obrigada por fazerem parte da minha vida.

Ao meu filho Bruno, amigo e companheiro, por quem tenho um sentimento profundo de orgulho, pela defesa e incentivo nos momentos de dificuldades. Foi em você que encontrei inspiração para reverter todos os contratempos. Obrigada pela doçura e suavidade de suas palavras nas horas de dor e angústia.

À Tuca, minha cachorrinha, que nunca me abandonou, e que esteve continuamente atenta aos meus horários.

Obrigada às amigas Lia, Veridiana, Rosvita, Irene, Sandrinha, Nila, Albertina, Flávia, Luciana e Elaine, pela companhia e apoio.

Aos meus amigos Gerson, Rodrigo, Itamar e Luciana Geroleti, que sempre me incentivaram a não desistir, bem como por suas valiosas contribuições. Muito obrigada.

Com carinho, também, ao Rafael e à Carolina, pela admiração e respeito por minha pessoa.

Uma especial lembrança à amiga e companheira de luta, Ana Paula, por realizar uma leitura atenta desse trabalho.

Obrigado ao Arquivo Histórico de Joinville – AHJ e a todos os funcionários que com muita dedicação me auxiliaram e acolheram. Não posso deixar, igualmente, de mencionar a Biblioteca da Fundação Tupy, agradecendo aos funcionários Diego e Adriana.

Ao amigo Evandro Gruber, por confiar seus livros à minha pesquisa.

Ao Gilson de Oliveira, amigo e professor. Não há agradecimento que pague todo o seu empenho e dedicação na organização desse trabalho.

Ao Paulo, que apareceu num momento de solidão do Mestrado, e que no calor dos “tragos e papos”, inconscientemente, me fortaleceu nos conflitos advindos de suas ideias “fixas” apimentaram os debates e suavizaram minhas tensões.

Que o ontem seja nosso presente.

“Na sociedade brasileira as mulheres não são mais do que seus próprios corpos, corpos que são terras desconhecidas, territórios impenetráveis e que foram durante séculos auscultados, mapeados, interrogados e decodificados pela imaginação masculina.”

Mary Del Priore

RESUMO

LECHINSKI, Eleni. Indústria metalmeccânica em Joinville: no setor da *macharia*, a mão de obra é das mulheres (décadas de 1970 e 1980)

Este trabalho busca conhecer a inserção da mulher operária na indústria metalmeccânica no setor da *Macharia*, em Joinville, nas décadas de 1970 e 1980. Para entender essa temática, a pesquisa buscou apoio na historiografia local e demais contribuições que se fizeram necessárias durante sua realização. Fontes documentais como relatórios e acervo de História Oral, sob responsabilidade do Arquivo Histórico de Joinville (AHJ), foram privilegiadas nesse estudo, bem como o periódico *Correio da Tupy* e demais impressos jornalísticos da cidade que circularam no período analisado nessa pesquisa, sendo esses, também, acondicionados no AHJ. Esses informativos ajudam a compreender as imagens e os discursos veiculados em uma cidade voltada ao trabalho. Logo, se defende esse local como um espaço consentâneo pelos benefícios oriundos das atividades produtivas. No entanto, o crescimento da indústria metalmeccânica joinvilense, no referido período, traria situações adversas, especialmente por falta de mão de obra para a indústria (sobretudo no setor metalúrgico). O déficit de trabalhadores levou o grupo empresarial desse município a estabelecer uma verdadeira corrida em busca de operários e operárias. Diante desse cenário, busquei entender a inserção da presença feminina no setor metalmeccânico, tomando a Indústria de Fundação Tupy S.A., como campo para essa discussão, pois essa empresa é considerada uma das maiores fábricas do país dentro desse segmento e a primeira a contratar mulheres para as linhas produtivas no início da década de 1970. A participação da mulher nesse setor industrial é percebida como um dos principais acontecimentos de sua emancipação profissional, abarcando, em seu bojo, uma série de mudanças sociais subsequentes.

Palavras-chave: Mão de obra feminina, Indústria metalmeccânica, Joinville.

ABSTRACT

LECHINSKI, Eleni. Metalworking industry in Joinville: in macharia sector, the workforce is women (1970 and 1980)

The aim of this present study is to understand the inclusion of the working woman in the metalworking industry, in the section where mostly men used to work, called “macharia”, in Joinville city, in the 1970s and 1980s. However, to understand this topic, this study looked for having support in local historiography and other contributions that were required during its development. Documentary sources as reporting and collection of Oral History, under the responsibility of Arquivo Histórico de Joinville - AHJ (Historical Archives of Joinville city), we focused in this study, as well as the periodic Mail Tupy and other journalistic printed city that circulated in the period analyzed in this research, and these, also could be found in the AHJ. These papers help us to understand the images and discourses (Speeches) conveyed in a city dedicated to work. So, it defends itself as a consistent space for the benefits derived from productive activities. However, the growth of Joinville metalworking industry during that period would bring several and different situations, especially due to lack of manpower to the industry (especially in the Metallurgical Section). The shortage of workers led the business group in Joinville to establish a real rush for men and women workers together. Facing this scenario, I decided to understand the insertion of female presence in the metalworking sector, taking Tupy Industry – Indústria de Fundição Tupy S.A - as a field for this discussion, because this company is considered one of the biggest factories in Brazil within that segment, and the first to hire women for productive lines in the early 1970s. The women’s participation in this industry shows up as a major event of their professional empowerment, embracing in its wake, a number of subsequent social changes.

Keywords: Hand of female labor, metalworking industry, Joinville.

SUMÁRIO

1.0INTRODUÇÃO	17
2.0 PRIMEIRO CAPÍTULO	35
2.1 NA CIDADE DAS FLORES E DAS CHAMINÉS: A INDÚSTRIA E O TRABALHO COMO “VOCAÇÃO ORIGINAL” (1970-1980).....	35
2.2 OCUPAÇÃO TERRITORIAL: COLÔNIA DONA FRANCISCA, A “NOVA TERRA.....	38
2.3 MIGRAÇÃO JOINVILENSE ENTRE AS DÉCADAS DE 1960 A 1980	45
2.4 JOINVILLE: PRIMEIRAS ATIVIDADES ECONÔMICAS	51
2.5 O “BRAVO” E “INTELIGENTE” EMPRESARIADO JOINVILENSE.....	55
3.0 SEGUNDO CAPÍTULO	65
3.1 DISCURSOS ACERCA DA INDUSTRIALIZAÇÃO EM JOINVILE.....	65
3.2 JOINVILLE NA “CORRIDA INDUSTRIAL”: OS ANOS DE 1970 E DE 1980 E A ATUAÇÃO DOS GOVERNOS MILITARES.....	70
3.3 MANCHESTER CATARINENSE NA CORRIDA POR MÃO DE OBRA.....	91
4.0 TERCEIRO CAPÍTULO	101
4.1 A INSERÇÃO DA MÃO DE OBRA DA MULHER NA INDÚSTRIA METALÚRGICA EM JOINVILLE (1970-1980).....	101
4.2 MULHER MIGRANTE EM JOINVILLE.....	103
4.3 MULHER OPERÁRIA DA METALURGIA EM JOINVILLE....	107
4.4 MOÇAS E CASADAS: OPERÁRIAS DA MACHARIA.....	119
4.5 QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DA MULHER METALÚRGICA.....	143
5.0 CONSIDERAÇÕES	151
6.0 REFERÊNCIAS	155

INTRODUÇÃO

As “moças” do setor da *Macharia*: elas se colocam melhor dentro da fábrica e o ambiente melhorou, porque com um montão de homens, havia um desrespeito e muita violência. A produtividade aumentou. O respeito dentro da fábrica melhorou.¹

Historicamente estigmatizado, o trabalho feminino já foi objeto de estudo em diferentes segmentos acadêmicos. Não obstante esse estudo faça referência a tratamentos diversos dados ao tema, o que aqui se busca é o retrato da mulher operária, joinvilense, inserida na indústria metalmeccânica das décadas de 1970 e 1980, que era até este período um espaço essencialmente masculino.

A partir dos dados fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (1970), identifica-se que a década de 1970 é marcada no Brasil por grandes transformações sociais e econômicas, pois empresas multinacionais se instalam no país e, como consequência, a demanda por mão de obra impulsiona a presença da mulher nas linhas de produção industrial que atendem as mais variadas necessidades de consumo nacional e internacional.²

As necessidades de mão de obra e as próprias especificidades da economia brasileira nessa corrida pela industrialização nacional (décadas de 1970 e 1980) foram um desafio para as indústrias em Joinville. Acredito que o grupo empresarial desse município, independentemente de suas concepções ideológicas, tenha passado a flexibilizar alguns princípios de “normas” ou de “disciplinas” impostas aos trabalhadores, inclusive pela aceitação da mulher como colaboradora remunerada nesses espaços de trabalho fabril (metalmeccânico) que se desenvolveram com intensidade na cidade. Assim, o empresário não se opôs à presença feminina nas linhas de produção, mesmo que o espaço de trabalho ainda se colocasse como masculino. A Indústria de Fundação Tupy S.A., é um bom terreno para essa análise, visto que foi neste período que essa empresa começou a

¹LEMKE, Verner. Entrevista concedida a Valdete Daufemback Niehues. Joinville, 24 jun., 1999. (Acervo Núcleo de História Oral – Arquivo Histórico de Joinville – AHJ).

²<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/industria>.

absorver a mão de obra da mulher num espaço antes dominado pelo homem. Para isso, reorganizou o espaço e implantou algumas normas diferenciadas para as “novas” operárias, já que não poderia ignorar alguns padrões convencionais da sociedade no período.

Para entender a mão de obra da mulher desse segmento industrial, considero importante falar um pouco do processo de fusão do ferro (ou qualquer outro metal), o qual consiste na seleção de matérias-primas (sucatas de aço, ferro gusa, ligas metálicas etc.), seguindo-se do vazamento do metal líquido em moldes de areia. A peça metálica, após solidificação, passa por um processo de resfriamento no interior do molde, desmoldagem e acabamento antes de se tornar o produto final. Assim, o produto é submetido ao processo de usinagem.

Depois desse processo até chegar ao setor da *Macharia*, a peça fundida passa por limpeza interna e externa com o auxílio de jatos de granalha de aço para se retirar a areia ainda aderida à peça e pequenas rebarbas metálicas oriundas do processo. As rebarbas de maiores dimensões que ainda permanecem na peça são removidas por abrasivos metálicos ou cerâmicos (esmerilhão). Em seguida, se faz o controle de qualidade do produto de acordo com exigências e/ou especificações de clientes, tais como ensaios de estanqueidade, inspeção dimensional, raio-x, ultrassom, ressonância acústica, dureza, entre outros. Após a sua aprovação nos ensaios, algumas peças já são diretamente expedidas nesse estágio. Outras recebem um tratamento de proteção superficial contra oxidação (camada de óleo ou tinta).

Na sequência, a peça macho é então encaminhada ao serviço de acabamentos diversos. É justamente aí que é empregada a mão de obra da mulher. Assim, podem ser justificadas as atividades subsidiárias, pois toda a fabricação desse produto acima demonstrado é realizada, ainda hoje, na sua maioria, pelo homem. A ideia de trabalho “fácil” vem com a análise do destino final da peça.

Segundo os padrões da época, as moças operárias³ não podiam compartilhar o mesmo espaço com os homens que exerciam a mesma função. Foi preciso organizar um local reservado para a sua permanência no interior da fábrica. O espaço destinado para essa “nova força” de trabalho foi o setor da *Macharia*, haja vista a presença de atividades leves e sem burocracias. A maior preocupação nesse serviço estava relacionada aos cuidados, paciência e destreza, ou seja, dentro das capacidades consideradas naturais ao universo feminino. Além

³O termo “moças” era utilizado entre as décadas de 1970 e 1980 em referência às mulheres solteiras.

disso, a empresa não podia ignorar os padrões e as condições sociais relacionados aos valores morais defendidos pela sociedade. Para isso, preocupou-se com a integridade física e moral das “novas” operárias. Foi designado um tutor para supervisionar sua segurança diária no interior da fábrica. Seu trabalho ficou sob o acompanhamento de um encarregado. Os contatos relacionais com essas trabalhadoras só podiam acontecer dentro da fábrica se estivessem relacionados às especificidades e condições definidas pela Tupy. A empresa resguardou as práticas definidas como “certas”, uma vez que não se pretendia comprometer os valores morais da mulher, tampouco de seus familiares.

A presença da mulher num espaço historicamente ocupado pelos homens resultou de imediato em um choque cultural. As mudanças de ordem econômica e as preocupações com a chegada dessas operárias são um dos pontos mais significativos desse trabalho. Michelle Perrot (2012) analisa a presença das mulheres em espaços de atividades produtivas e diz que esse acontecimento, durante os séculos XIX e XX, despertou manifestações relacionadas a inseguranças e “medos”. Segundo Perrot, na visão do homem, é como se a presença feminina o substituísse em suas funções, as quais eram julgadas apenas de competência masculina (PERROT, 2012).

Analisar as especificidades da inserção da mulher na Indústria de Fundação Tupy S.A.,⁴ no início da década de 1970, no tocante às mudanças e às novas configurações espaciais dentro da fábrica, é caminhar em direção a um cenário de múltiplas interpretações. A empresa, em meio à crise de falta de trabalhadores, buscava, com a mão de obra feminina, solucionar parte do problema. Outro obstáculo enfrentado pela Tupy no período era a violência moral e física entre os trabalhadores, o que colocava até mesmo a chefia em risco. Segundo o depoimento de Moacir José Floriani, funcionário da Tupy de 1976 a 1988, a violência dentro da fábrica era um dos principais entraves no dia a dia. Ocorria entre os próprios operários e em algumas situações envolvia as respectivas chefias. Os conflitos por ele relatados não eram

⁴Fundada em 1938, em Joinville, a Tupy, no início de suas atividades, fabricava ferros de engomar, tachos e debulhadores de milho para atender o mercado local. A partir da década de 1970 é marcado também o início do processo de internacionalização dessa empresa. Justamente o período de inserção das mulheres em suas atividades produtivas. Conforme informações eletrônicas disponibilizadas pela Tupy até 2013, esta é uma das maiores empresas de fundição da América Latina. www.tupy.com.br

apenas ofensas verbais, mas também agressões físicas. Assim ele expõe: “De vez em quando acontecia que o chefe chegava, e queria impor uma linha dura lá, o cara mandava o braço no chefe. Aconteceram várias assim”.⁵

A historiadora Valdete Daufemback Niehues (2000) também registra em sua pesquisa que a violência chegou ao ponto de a empresa, em parceria com a polícia local, criar uma base de segurança dentro da fábrica. Segundo a autora, a inserção da mulher no trabalho metalúrgico da Tupy foi provocada pela falta de mão de obra na cidade de Joinville. Pode ter contribuído, também, para amenizar os conflitos entre os trabalhadores, principalmente durante a década de 1970. Diante disso, é possível pensar que a presença feminina num espaço de trabalho organizado para elas foi uma espécie de “vitrine” para esses “operários violentos”. É bastante presente, ainda, a ideia de apostar na “docilidade”, “paciência” e na capacidade que a mulher tem para promover a paz em ambientes coletivos.

Já que são raros os trabalhos feitos na História sobre o tema, pretendo que esse contribua tanto com a história local quanto com a história das mulheres, visto que em Joinville não há produções bibliográficas significativas sobre a presença feminina nas atividades relacionadas ao setor metalmeccânico e, também, sobre a inserção delas nesse ramo industrial na cidade.

O cenário da indústria do setor metalúrgico em Joinville, com a presença das mulheres, produziu no município racionalidades culturais próprias de uma ordem econômica baseada em princípios da sociedade industrial, que possivelmente se estabeleceram sobre os sujeitos e de acordo com os seus interesses locais-sociais, políticos e econômicos. Assim, considera-se relevante refletir sobre os espaços de trabalho ocupados pela mulher e homem, porém, é perceptível que continuam a existir evidências e observações quanto aos papéis sociais, que colocam os indivíduos de cada sexo em seu lugar, com suas devidas funções, suas tarefas, seus espaços designados, conforme determinam as práticas estabelecidas nos ambientes de trabalho coletivo (PERROT, 2012).

Na busca por interpretações acerca da temática estabelecida nesse estudo, busquei auxílio em teorias que pudessem contribuir para a compreensão da práxis dominante e das relações existentes nas áreas compartilhadas pelo homem e pela mulher. Desse modo, cada olhar

⁵FLORIANI, Moacir José. Entrevista concedida a Valdete Daufemback Niehues. Joinville, 24 jun., 1999. (Acervo Núcleo de História Oral – Arquivo Histórico de Joinville – AHJ).

historiográfico ajudou a conduzir os resultados da análise dessa escrita. Joan Scott (1995) pondera que é preciso saber da existência das construções que caracterizam o homem e a mulher e de que o gênero é resultado das ações culturais determinadas pelas relações de poder. Sem se distanciar disso, Michel Foucault (2011) trata do controle das ações políticas, principalmente quando expressadas pelo uso do discurso, pois dele se projetam as regras do jogo. Perrot (2012) e Joana Maria Pedro (1994) seguem praticamente a mesma ordem de ideias quando, a partir de suas análises, apontam questões sobre a presença da mulher no mercado de trabalho. Para ambas, a ascensão da mulher em setores de atividades produtivas até poucas décadas desconhecidas dos papéis sociais definidos pelas relações de gênero pode ser resultado de suas reivindicações e da própria necessidade de mão de obra de uma sociedade por excelência capitalista. Outras autoras que contribuíram para essa análise foram Cristina Bruschini (1998), Margareth Rago (1997) e Mary Del Priore (1997). Enfim, são essas as principais referências que marcam com mais intensidade as reflexões desse estudo.

No início de 1970, a Tupy organiza o setor da *Macharia*⁶, como uma “vitrine” ou uma “ilha” de mulheres no meio da fábrica, a fim de solucionar os problemas da mão de obra relacionados à produtividade e aos códigos disciplinares de conduta dos operários no período. Nesse sentido, chamo a organização do espaço de trabalho das primeiras moças operárias de ação estratégica, a julgar pelos homens trabalhando no entorno do setor e proximidades. Relata Floriani em seu depoimento: “oito mil homens, e de repente você contrata cinquenta, cem ou duzentas mulheres. A atenção toda estava voltada para o setor da

⁶O Molde é fabricado num setor chamado de “Moldagem” e o Macho é fabricado na “Macharia”. Este nome não é adotado apenas pela Tupy. É uma nomenclatura tradicional na indústria de fundição. Na Tupy, como em outras empresas de fundição, o processo de fabricação das peças fundidas envolve dois tipos de moldes: o molde que determina o formato externo da peça e cujo nome é somente “Molde”; e o molde que dá o formato interno da peça final que se deseja produzir, cujo nome é “Macho”. Tanto o Molde quanto o Macho são feitos de areia, porém, são areias de tipos diferentes e os processos de fabricação de cada um também são diferentes.

Macharia. O pessoal que trabalhava na linha queria passar pela *Macharia* toda hora para ver as mulheres”.⁷

Com efeito, a inserção da mulher causou uma “revolução” e uma série de mudanças internas, de diversas ordens. Enfim, mesmo diante das “agitações” dentro da fábrica, do ponto de vista da Tupy, os resultados foram satisfatórios. Em tal contexto, os pontos mais valorizados foram o aumento da produção e a diminuição da violência interna entre os trabalhadores.

Observa-se que a mão de obra feminina nas atividades do setor da *Macharia*, ademais, influenciou algumas condutas sociais concernentes aos comportamentos psicológicos. Acredito que a presença da mulher acabou por incentivar os trabalhadores a impulsionar os índices de produção e, também, a melhorar suas atitudes relativas aos conflitos internos entre os operários.

Percebe-se que a chegada dessas moças operárias à *Macharia* da Tupy vai além dos ganhos pertinentes aos resultados de produção. Num ambiente “embrutecedor” e repressivo, dominado por trabalhadores do sexo masculino, buscava-se estabelecer um comportamento com a contratação de operárias solteiras nesse espaço de trabalho: o de provocarem fantasias relativas à libido, equilibrando as tensões de violência e melhorando a produção. Destarte, essa ideia é entendida no decorrer desse estudo, de que a experiência com esse primeiro grupo de mulheres deu certo na Tupy e, posteriormente, nas demais empresas do setor metalúrgico em Joinville, uma vez que o município passava entre as décadas de 1970 e 1980 por uma de suas maiores crises por falta de trabalhadores. É justamente nesse lapso temporal que a cidade vivencia o ápice do desenvolvimento da economia metalmeccânica. Diante disso, justifica-se a importância do incremento da mão de obra, seja do homem ou da mulher.

Em Joinville, uma cidade profundamente marcada pelo *ethos* do trabalho e pelo mito do empreendedorismo de “cidade com vocação original para o trabalho e para a indústria”, a mão de obra é um dos principais alicerces para o desenvolvimento da economia industrializada. Foucault em *As palavras e as Coisas* afirma que: “É preciso que o número de habitantes cresça pouco a pouco, mas sem interrupção, para que as manufaturas possam encontrar mão de obra sempre abundante” (2007, p. 259). Com base nesse pensamento do

⁷FLORIANI, Moacir José. Entrevista concedida a Valdete Daufembach Niehues. Joinville, 24 jun., 1999. (Acervo Núcleo de História Oral – Arquivo Histórico de Joinville – AHJ).

autor, nota-se que Joinville projeta nesse discurso de “cidade do trabalho” e “próspera para todos” ideais que atraem trabalhadores para as suas indústrias. Penso que isso pode ser entendido também como uma campanha taxativa de *marketing* dirigida por uma pequena parcela da população, composta por empresários e algumas representações políticas do município. Nessa conjuntura, a pesquisa pretende estabelecer interpretações referentes à inserção da mulher no trabalho metalúrgico do município. Para tanto, caminha em direção aos acontecimentos que supostamente contribuíram para a presença feminina nesse ramo de atividade industrial, bem como às mudanças provocadas após sua chegada às linhas de produção. Espaços, esses, até o início da década de 1970, em Joinville, ocupados apenas por homens.

O recorte espacial dessa pesquisa são as décadas de 1970 e 1980, período considerado de maior desenvolvimento da economia metalmeccânica em Joinville, com a colocação da mulher nesse mercado. O campo de estudo dessa problemática é a empresa de Fundação Tupy S.A. A escolha deve-se ao fato de ter sido esta a primeira fundição da cidade a utilizar o trabalho da mulher nas atividades relacionadas às linhas de produção. Salienta-se que em áreas administrativas (especialmente secretarias/recepções) a mão de obra feminina já era utilizada desde a década de 1940.

As discussões estabelecidas nessa investigação sobre a inserção da mulher nas atividades do ramo metalúrgico na cidade de Joinville podem ser entendidas também a partir da perspectiva da História do Tempo Presente (HTP). Partindo-se da noção de que diante da pesquisa estamos sempre em contato com seu tempo, uma das principais ferramentas da HTP, e que possibilita caminhos para conhecer as especificidades de novos temas e novos problemas, como mostram Agnès Chauveau e Phillippe Tétart (CHAUVEAU; TÉTART. 1999 p.10), é a que permite averiguar as correlações entre o passado e o presente. Essa é a relação entre o historiador, seu tempo e seus temas, considerando-se que o passado se faz no presente a todo instante, pois é dentro das práticas sociais que se defende essa análise, ancorada nos caminhos dessa vertente historiográfica, afinal, o olhar posto sobre a problemática desse trabalho - a inserção das mulheres na Fundação Tupy S.A., no início da década de 1970 -parte do presente, aderindo-se a ele os sentidos e as mudanças que esse acontecimento impõe nas relações atuais de trabalho na fábrica, das quais se abre um leque de possibilidades discursivas.

Apresentar esse trabalho atendendo aos pressupostos da História do Tempo Presente (HTP) é entender o presente e o passado dentro das suas especificidades sociais como objeto de estudo, também. Com isso, procuro interpretar as relações estabelecidas entre homens e mulheres, nos espaços de trabalho industrial, dentro das suas temporalidades.

Em 1929, com a *Escola dos Annales*, emergem os primeiros estudos que tomaram como parâmetros temporais o Tempo Presente. Lucien Febvre e Marc Bloch observaram que as metodologias temporais podem ser ancoradas no presente. O historiador está focado, a todo o momento, em seu tempo e em seu tema. Portanto, é o tempo presente que permite a reflexão dessa pesquisa. Marc Bloch diz “que a História é uma ciência do presente e não do passado” (2001, p. 61), não existindo, dessa forma, distância entre eles para ele, uma vez que a partir do momento em que entram em jogo as ressonâncias sentimentais, o limite entre o atual e o inatual está longe de se ajustar necessariamente pela média matemática de um intervalo de tempo” (2001, p. 61). Segundo esse teórico, os marcos estabelecidos entre um acontecimento ou outro constituíram a concepção de distanciamento entre passado e presente. Bloch (2001) cita como principal divisor espacial as sucessivas revoluções, responsáveis por esse distanciamento de uma geração da outra e por estabelecer o vivido como coisa distante do presente. Enfim, segundo suas reflexões “a incompreensão do presente nasce fatalmente da ignorância do passado, mas talvez não seja menos vão esgotar-se em compreender o passado se nada se sabe do presente” (BLOCH, 2001, p. 65).

A “a análise do presente” fornece “a régua e o compasso” para que possamos interpretar o fato independente de sua temporalidade (CHAUVEAU e TÉTART, 2001, p.10). Com o surgimento da “História Nova”, a concepção de fontes e objetos históricos passou a ser mais ampla e diversificada, propondo, com isso, romper com a percepção de que a História é movida apenas pelo caráter político e/ou econômico, buscando assim novas abordagens, novos problemas e novos objetos. Com essa visão, os historiadores passaram a olhar as questões culturais, cotidianas, mentais, étnicas, de gênero, das minorias, dos vencedores e dos vencidos, sem negar a relevância das questões estruturais de longa duração e também das conjunturas econômicas, demográficas, políticas e sociais. Para caminhar em direção às múltiplas possibilidades de pesquisa, Le Goff expõe as multiplicidades das fontes documentais. “textos, documento escrito, por uma história baseada numa

multiplicidade de documentos: escritos de todos os tipos, documentos figurados, produtos de escavações arqueológicas, documentos orais” (LE GOFF, 1993, p.28).

Essas outras abordagens historiográficas possibilitam a construção e o entendimento da História do Tempo Presente, que rompe as barreiras temporais e estabelece o tempo como um elo entre passado e presente, pois se compreende que é no presente que surgem ou que vêm à tona as especificidades culturais do passado, além da sua interpretação também pertencer ao presente.

Para o desenvolvimento desse estudo foram utilizados vários documentos: notícias veiculadas nos jornais locais, de circulação diária, das décadas de 1970 e 1980, os periódicos da Fundação Tupy S.A., *Correio da Tupy*⁸ também do mesmo período, e o acervo de História Oral do Arquivo Histórico de Joinville (AHJ), o qual fornece importantes dados sobre a inserção da mulher no trabalho metalúrgico, especialmente na Tupy.

Como as fontes impressas por vezes careceram de informações mais precisas sobre a temática escolhida, apropriei-me das entrevistas realizadas pela historiadora Valdete Daufemback Niehues (2000), as quais foram bastante privilegiadas nessa pesquisa. A autora, em sua dissertação de mestrado, buscou, por meio dessa metodologia, conhecer a memória e o ajustamento social dos ex-trabalhadores rurais que para Joinville acorreram em busca de trabalho. Assim, esse acervo documental contribuiu para as análises acerca do trabalho da mulher operária num espaço marcado pelas relações de poder, pois boa parte das entrevistas foi realizada com os operários da Tupy. Estes acabaram por relatar a inserção e as experiências da presença feminina antes desconhecida nesse espaço de atividade industrial.

As narrativas também fazem parte dos espaços de experiências/memórias. E quando ressignificadas na medida em que são verbalizadas, convertem-se em memórias, podendo ser apropriadas de diferentes maneiras na pesquisa. Primeiro pelos depoentes, pois foram

⁸Não há dados editoriais nesse informativo no período, nem qual era a periodicidade desse periódico. Essa informação cabe aos impressos analisados nesse estudo. O que se constata é que ele exercia uma função política e social muito interessante entre os trabalhadores e a empresa. Esse meio de comunicação foi amplamente explorado pela Tupy. Chegavam até os funcionários as mais diversas notícias sobre a nação, bem como outras de interesse específico do grupo gestor.

eles que as escolheram e as fizeram presentes em suas falas, e depois pelo pesquisador, no momento em que as identifica e as evidencia no presente de sua abordagem. Para Koselleck (2006, p.311),

A experiência proveniente do passado é espacial, porque ela se aglomera para formar um todo em que muitos estratos de tempos anteriores são simultaneamente presentes, sem que haja referência a um antes e um depois. Não existe uma experiência cronologicamente mensurável – embora possa ser datada conforme aquilo que lhe deu origem –, porque a cada momento ela é composta de tudo o que se possa recordar da própria vida ou da de outros.

Nessa mediação de narrativa e memória ficam evidentes as contribuições para a produção do conhecimento social e, ao mesmo tempo, participa-se de seu processo de configuração, em particular de sua dimensão temporal entre o passado e o presente, assim como Koselleck (2006) aponta ao dizer que as recordações da fala servem como referência para marcar o tempo. Vale ressaltar a maneira como a memória é organizada e como podem ser atribuídos os significados diante dos acontecimentos, independentemente de sua temporalidade.

Ainda no campo da memória e da narrativa, Alessandro Portelli lembra que “o relato da história não é um fim em si mesmo” (PORTELLI, 2010, p. 20). Diante das reflexões levantadas por ele, é possível identificar a relação do entrevistador com seu entrevistado. Logo, é preciso ficar atento às contribuições metodológicas e outras situações de deslizes relacionados às implicações éticas e políticas do conhecimento que produzimos a partir da história oral. Portanto, o pesquisador, quando em seu estudo se apropriar da História Oral, mesmo que não a tenha realizado, precisa analisar e repensar o conteúdo das entrevistas, uma vez que há inúmeras possibilidades de presença de valores sociais e ideológicos em cada enredo. Os depoimentos registrados nesse estudo mostram uma variedade de sentimentos amargos, choque cultural, novas relações nos espaços de trabalho, bem como equívocos em falas que acabam em contradições. Ora se reconhece o trabalho da mulher como importante, ora sua representatividade é verbalizada com amargura e desafeto. A partir desse recurso metodológico foi possível construir leituras, interpretações e entender as especificidades e as lacunas que muitas falas constituíram,

além da possibilidade de compreender a origem do contexto social e cultural de cada discurso.

Embora esse trabalho não tenha abarcado entrevistas diretas sobre o tema explorado, privilegiou-se uma metodologia de pesquisa que, por meio de entrevistas constantes do acervo de História Oral sob a guarda do Arquivo Histórico de Joinville (AHJ), pudesse corporificar as investigações realizadas.

Outros documentos, como relatórios técnicos da Colônia Dona Francisca e da empresa em questão, também foram privilegiados nessa pesquisa. Além destes documentos, os periódicos do *Correio da Tupy*, produzidos pela Tupy entre as décadas de 1970 e 1980, e que circulavam entre os empregados, familiares e colaboradores da empresa, foram igualmente essenciais para a confecção desse trabalho. O jornal interno de uma organização empresarial não atinge apenas a seus empregados, mas se revela ainda mais importante se considerarmos a família de cada funcionário como segmento do público leitor. Acredito que por meio desse instrumento de comunicação se estabeleça um elo importante no relacionamento Empresa X Empregado X Empresa. Leva-se em consideração que o mesmo evidencia espaços de negociação de identidades e de subjetividades próprias da instituição de trabalho. Portanto, é preciso ficar atento quanto ao seu uso na pesquisa, pois o mesmo pode contribuir no controle das informações e dos ideais culturais tomados como corretos para esse público de leitores. Essa ideia pode ser reforçada dentro do que Foucault, em *A Ordem do Discurso* (2011), chama de “controle” das ações a partir do discurso. É nele que encontramos importantes instrumentos de domínio sobre o outro. Assim, essas narrativas empresariais constituem uma rede de sentidos que podem problematizar diversos aspectos históricos do cotidiano. Tais conteúdos, literários ou não, retratam e defendem “modelos” de sujeitos que, na maioria das vezes, acabam categorizando o homem e a mulher num contexto de perspectivas sociais determinado historicamente pelos grupos dominantes.

Quanto à problemática da subjetividade existente nos discursos ou nas imagens, Foucault (2011) mostra o quanto esta é profícua a esse campo de investigação dos impressos analisados nesse trabalho. Com a análise discursiva é possível compreender os exercícios de poder que se estabelecem entre os sujeitos, uma vez que os discursos corroboram a produção da subjetividade acerca dos interesses que se pretende defender nos espaços ocupados por mulheres e homens.

Tania Regina de Luca (2005) também chama a atenção quanto ao uso de impressos nas atuais pesquisas. A autora fornece um importante subsídio metodológico no processo de análise dos enredos nesses documentos. O trabalho com periódicos ou qualquer outro tipo de impressos permite ao pesquisador estabelecer diálogo com diversos campos da pesquisa. Essa fonte de investigação historiográfica, pelo menos até o início da década de 1970, não tinha, diante dos pesquisadores, muita credibilidade nas informações divulgadas. Julgava-se que esses informativos traziam em seu bojo ideologias carregadas de interesses políticos. Luca (2005) destaca que havia relutância em escrever a história tendo essas fontes como aporte, embora já houvesse um entendimento sobre sua importância. Salienta ainda que, em relação ao processo de expansão do campo temático do historiador, o manejo dos impressos foi, cada vez mais, ganhando confiabilidade (LUCA, 2005).

Os jornais da cidade ou da fábrica, independentemente de sua origem ou especificidade, são uma fonte privilegiada nessa pesquisa, porquanto oferecem diversas possibilidades de análise. No caso dos impressos jornalísticos evidenciados nesse estudo, estes, quase em sua totalidade, defendem a ideia de uma “Joinville ideal” e reiteram o discurso concernente à germanidade econômica e cultural do município. Assim, suas relações “informativas” podem ser entendidas no âmbito das relações de poder.

A década de 1970 foi um período de grandes transformações econômicas e sociais na cidade de Joinville. Tal período foi marcado pelo crescimento das empresas locais em consonância com o crescimento industrial brasileiro da mesma época, o que gerou uma demanda por mão de obra e também por um rápido crescimento urbano, devido ao intenso fluxo migratório para a cidade.⁹ Agrega-se a isso a inserção de um considerável contingente de mulheres nas atividades ligadas às linhas de produção do setor metalúrgico no município.

⁹Em 1970 havia, em Joinville, 42.937 migrantes, vindos principalmente de vários municípios de Santa Catarina. Em 1980, são 113.091 migrantes: 57.640 procedentes da área rural e, entre estes, 13.509 oriundos do Paraná. Em 1991, o total de migrantes era de 166.607. Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Censo demográfico de Santa Catarina, 1970, 1980, 1991, respectivamente. Mulheres vieram em companhia de seus familiares e também foram ocupando os postos de trabalho, principalmente ligados às linhas de produção.

Mulheres que passaram a dividir com os homens o espaço de trabalho na fábrica, espaço, esse, até então destinado exclusivamente a eles.

A partir dos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)¹⁰, identifica-se que, no Brasil, a década de 1970 é considerada como a era das grandes transformações sociais e econômicas, pois empresas multinacionais passaram a se instalar no país e, por consequência, a demanda por mão de obra cresceu consideravelmente. É possível afirmar que o progresso da industrialização brasileira tenha sido o principal fator a impulsionar a presença da mulher nas linhas de produção (metalúrgica e de fundição) que atendiam as mais variadas necessidades de consumo nacional e internacional.

Em respeito à temática escolhida para esse capítulo, considero oportuno relatar, brevemente, o período que vivenciei, no início de minha carreira profissional, em uma metalúrgica. A década de 1980 foi um marco importante em minha vida e na de centenas de pessoas no município de Joinville. Migrei para essa cidade com o mesmo propósito de muitas mulheres jovens que buscavam sua emancipação profissional. Aos 15 anos de idade¹¹ fui trabalhar na Metalúrgica Wetzel¹² na linha de produção, de 1983 a 1986. Durante o período em que lá estive, atuei em atividades relacionadas ao conhecido setor de controle de qualidade chamado *Escolha*. É por esse setor que as peças passam para serem observadas e analisadas. Caso apresentem algum defeito, devem ser rejeitadas e voltam para o setor de origem (fundição). Esse trabalho era exercido por mulheres. Éramos um grupo de mais ou menos trinta mulheres, solteiras e casadas. O trabalho era considerado leve e tinha uma remuneração menor do que em outros setores da metalúrgica onde atuavam os homens.

Embora houvesse mulheres casadas, a maioria das operárias era solteira e jovem como eu, estreando em sua primeira experiência

¹⁰ <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/industria>>.

¹¹ Até meados da década de 1980 a Legislação Trabalhista Brasileira permitia o acesso ao trabalho a partir dos 14 anos de idade.

¹² A Companhia Wetzel Industrial é uma das mais antigas empresas em Santa Catarina. Em 2014 ela completa 158 anos. Iniciou suas atividades fabricando sabão e velas decorativas, principalmente. Em 1921 a empresa passa a denominar-se Metalúrgica Wetzel S/A. A partir desse período, as atividades da metalurgia passaram a ser o foco econômico da produção. Fonte Arquivo Histórico de Joinville (AHJ).

profissional. O auge da “mocidade” talvez não nos permitisse estabelecer qualquer reflexão sobre o nosso papel naquele espaço de trabalho. Hoje as imagens daquele grupo de mulheres e do próprio setor são muito vivas na minha memória. O espaço de trabalho que ocupávamos era uma espécie de “vitrine”. Ficávamos muito visíveis, em um caminho que servia de passagem para os operários das máquinas da fundição, e da chefia, em sua maioria homens. Havia um único homem entre as operárias, era o responsável por assinar o relatório das peças que rejeitávamos, ou seja, nós fazíamos o trabalho de análise da peça, mas não assinávamos o papel que certificava as imperfeições de acabamento.

Outra lembrança é a dos “namoros”. Éramos “paparicadas” todos os dias. Homens que passavam em frente ao setor da *Escolha* faziam gestos que insinuavam: “te encontro na recreativa”, “vai fazer serão hoje?” etc. Isso era engraçado, pois não havia outras formas discretas de marcar encontros. A saída eram os contatos pessoais dentro da fábrica e fora. Nossa fase de juventude não foi beneficiada pelo uso do celular ou das redes sociais. Vale destacar que esses “namoros” ocorriam com homens em sua maioria casados e ligados aos setores administrativos da empresa. Para muitas na flor da “mocidade” era uma questão de *status* se relacionar com homens mais velho e supostamente com um poder aquisitivo maior. Não havia qualquer cobrança quanto aos códigos de comportamento “moral”. O que era supervisionado pelo líder/chefe era a contabilidade da produção. Tínhamos que dar conta de “X” peças por hora. Com o tempo, nós, mulheres, estabelecemos uma quantidade de produção mais ou menos igual. No grupo havia umas mulheres que queriam mostrar mais desempenho e acabavam alterando a quantidade de peças por hora. Então fazíamos uma reunião rápida e falávamos baixo para que todas fizessem a mesma quantidade sem muita oscilação. Logo, todas faziam a produção e trabalhavam mais tranquilas sobrando, inclusive, energia para as horas extras que eram mais divertidas, pois ficávamos mais à vontade e até circulávamos por outros espaços da fábrica. Enfim, mesmo com a ausência de qualquer reflexão sobre o nosso papel e a nossa presença naquela metalúrgica, éramos mulheres jovens, migrantes do campo e estávamos conquistando nosso espaço numa área de trabalho de predominância masculina.

A minha trajetória como operária talvez tenha sido um dos motivos que me levaram a fazer a escolha da temática dessa pesquisa. Estudar a inserção do trabalho da mulher nas atividades da metalurgia acaba por ser um pouco da minha própria inserção nesse campo de

trabalho industrial. Embora tenha escolhido outro rumo profissional, hoje percebo o quanto aquele espaço é fértil para analisar as práticas sociais estabelecidas entre os sujeitos nesses espaços de trabalho. No entanto, acredito que ainda nesse início do século XXI, as relações de poder, na sua maioria, passam despercebidas pelos que transitam no local. Nesse caso nós, trabalhadoras.

Sobre a presença da mulher no mercado de trabalho a historiadora Joana Maria Pedro observa as transformações econômicas no Brasil especialmente a partir do início do século XX. Suas reflexões mostram, principalmente, a presença feminina em espaços de atividade produtiva, o que possibilita novos olhares relacionados à sua inserção nas demandas do mercado de trabalho, especialmente em locais culturalmente masculinos. Destacam-se, ainda, as várias ocupações da indústria produtiva, as quais geram renda para as mulheres e seus familiares. A partir de sua análise é possível perceber as inúmeras correntes historiográficas contemporâneas. Nesse sentido, analisou-se a presença da mulher em lugares antes ocupados pelos homens, a exemplo do magistério, sistema financeiro, atividades produtivas originadas pelo uso do metal e grandes vertentes das engenharias de produção de bens de consumo duráveis. Sua contribuição acerca dos estudos dos feminismos no Brasil em “Corpo, prazer e trabalho”, no qual expõe e define as articulações entre o feminino e o feminismo, mostra que a mulher ainda é cercada pelos estereótipos construídos em torno desses dois conceitos. Sua contextualização e discussão sobre o feminismo de “Segunda Onda” apresenta uma cronologia dos momentos cruciais para as lutas, conquistas e mudanças sociais (PEDRO, 2012).

Para o historiador Edward P. Thompson (1987), a cultura que se desenvolve nos espaços de trabalho pode ser entendida como resultado das experiências humanas e das relações de poder que se estabelecem nesses espaços de atividades produtivas. Ao falar do trabalho na fábrica na Inglaterra do século XIX, fica visível a predominância da mão de obra feminina sobre a masculina. Esse fato foi uma característica que marcou o início do capitalismo europeu e que o acompanhou em seu processo de expansão tanto na Europa quanto fora dela. No Brasil isso não foi diferente. Nas diversas fábricas de tecidos instaladas, principalmente a partir de meados do século XIX, a representatividade da mulher também é maior entre os operários (THOMPSON, 1987). É conhecida na historiografia a presença da mulher de forma majoritária nas atividades relacionadas ao setor têxtil. Nosso desafio aqui é refletir

sobre a mulher operária da metalurgia. Economia, esta, que tem como marco temporal importante no Brasil a década de 1960.

O historiador e sociólogo Afonso Imhof (1977) nos mostra que em Joinville, no período de 1960 a 1975, a cidade é atingida pelo crescimento da economia industrial, aumentando consideravelmente a procura por mão de obra nesse município e, conseqüentemente, a inserção do trabalho feminino, principalmente na metalurgia e na fundição. Na economia têxtil, a presença delas como “força” de trabalho já era bastante difundida na cidade. A novidade aqui é o trabalho feminino num ramo industrial (metalurgia e fundição) que, pelo menos até a década de 1970, era um espaço ocupado pelos homens (IMHOF, 1977).

Desse modo, o corrente trabalho está estruturado em três capítulos:

O primeiro, cujo título é **Na cidade das flores e das chaminés: a indústria e o trabalho como “vocação original” (1970-1980)**, trata dos principais aspectos históricos da cidade de Joinville no que tange à sua ocupação e às primeiras atividades econômicas a partir da imigração em 1851, com ênfase no período delimitado para este trabalho e na construção da imagem de cidade industrial e empreendedora. Outro ponto analisado é a constituição do caráter de “cidade do trabalho”, bem como o discurso do empreendedorismo germânico como fator de desenvolvimento da indústria/progresso. Para tanto, privilegio autores e autoras que discorrem sobre esses acontecimentos, com destaque especial para a historiografia catarinense, nas quais as pesquisas apontam olhares comuns e controversos ao defenderem a gênese do desenvolvimento da economia industrial na cidade, principalmente a do setor metalúrgico, bem como as ideias assentadas em decorrência do mito de uma cidade essencialmente alemã.

O segundo capítulo, **Olhares historiográficos acerca da industrialização em Joinville**, caminha no sentido de examinar o desenvolvimento da economia industrial em Joinville. Para isso, se faz necessário verificar como essa ordem econômica se instituiu no país e como o município se inseriu nesse contexto. Logo, são explorados os primeiros estudos historiográficos e os discursos da imprensa a respeito dessa temática na cidade. Nesses, comprova-se a imagem de “cidade ideal”, que nasceu predestinada ao progresso. Assim, o capítulo pretende conhecer como o município, entre as décadas de 1970 e 1980, conseguiu consolidar a indústria, especialmente a metalmeccânica, e tornar-se referência para o estado de Santa Catarina. Com esse fim,

promoveu-se uma consulta a bibliografias e pesquisas que discorrem sobre os “alicerces” do desenvolvimento industrial do Brasil.

O terceiro capítulo, intitulado **A inserção da mão de obra da mulher na indústria metalúrgica em Joinville (1970-1980)**, trata da inserção da mulher nas atividades relacionadas ao setor metalmeccânico em Joinville, com início na década de 1970, e as principais mudanças constatadas a partir desse acontecimento. As principais fontes analisadas nessa etapa foram os impressos jornalísticos da cidade de Joinville produzidos nas décadas de 1970 e 1980, os periódicos da Tupy, do mesmo período, e o acervo de História Oral relacionado à temática presente. Boa parte desses documentos está sob a guarda do Arquivo Histórico de Joinville. Outras reflexões de autores e autoras, relativas à história das mulheres no mercado de trabalho industrial, também são contempladas nesse capítulo. As bibliografias citadas ajudam a entender a inserção da mão de obra da mulher em espaços públicos de atividades produtivas, bem como a presença delas na indústria metalúrgica e metalmeccânica. Espaços, esses, ocupados apenas pelos homens até o início da década de 1970.

Em vista disso, este trabalho se insere no campo de estudo da história das mulheres, sob a ótica da história do tempo presente, e tem como objetivo principal investigar a inserção da mulher na indústria metalmeccânica na cidade de Joinville entre as décadas de 1970 e 1980, bem como as mudanças sociais e econômicas que esse acontecimento provocou e sua repercussão nos dias atuais.

PRIMEIRO CAPÍTULO

2.1 NA CIDADE DAS FLORES E DAS CHAMINÉS: A INDÚSTRIA E O TRABALHO COMO “VOCAÇÃO ORIGINAL” (1970-1980)

A disciplina é um princípio de controle da produção do discurso. Ela lhe fixa os limites pelo jogo de uma identidade que tem a forma de uma reatualização permanente das regras. (FOUCAULT, 2011, p. 36)

As construções de um sistema de ideias difundidas pelo discurso e pelas imagens coletivas representam e concedem a si mesmas uma identidade de valores “legítimos”. Esses buscam reger comportamentos e estabelecer certo grau de coesão social. Joinville é um bom exemplo de tal representação, haja vista boa parte de sua história ser originada de dados, utopias e desejos que pertencem a construções culturais e coletivas. Destarte, a formação de uma cidade “fenomenal” é parte do imaginário daqueles que detêm e controlam as relações de poder sobre a população joinvilense, inserida e envolvida nas teias da bela e atraente cidade, mesmo que sua história esteja distante da realidade concreta.

A proposta para esse capítulo é analisar e entender alguns aspectos históricos sobre a cidade de Joinville no que tange à sua ocupação, às primeiras atividades econômicas e às imagens sobre a cidade presentes nos discursos historiográficos e divulgados pelos jornais locais ou outras fontes documentais. O objetivo é compreender como as produções dessas narrativas contribuíram para um ideário de cidade com “vocalção original” para a indústria e para o trabalho.

Sobre as origens das construções mitológicas, Foucault (2003) diz que é parte de um ideário de representação positiva dentro das práticas sociais dos grupos. Para ele, é a partir do jogo das ideias que pode nascer o mito relacionado aos desejos de seus fundadores. Salienta ainda que essas construções são resultado das relações de poder relacionadas diretamente ao Estado que as controla e as usa conforme seus ideais. Para tal, faz uso de seus mecanismos e sua aparelhagem, contra a população, que pouco pode fazer contra essas forças vindas do alto, de cima para baixo. Então, o povo fica à mercê destas, ou, ainda, preso nas teias da maravilha do mito materializado como a “verdade” ou

o “certo” (FOUCAULT, 2003). É nessa esteira que Joinville projetou a imagem da “cidade com vocação original” para o trabalho e para a indústria. Outros títulos, difundidos na historiografia tradicional do município, estão no imaginário de boa parte da população joinvilense. Entre eles estão: Cidade dos Príncipes, Cidades das Flores, Cidade das Bicicletas e, por último, Cidade da Dança. Assim, o cidadão e a cidadã dessa cidade, de certa forma, são influenciados a acreditar que vivem num lugar oxigenado pelo espírito do trabalho e pelo despertar do empreendedorismo local, a “cidade das maravilhas ou ideal”. Logo, passam a compartilhar desses princípios, pois a ideia é fazê-los crer que assim como seus patrões, também eles terão êxito em seus projetos de vida. Nesse caso, a “felicidade” e as realizações pessoais do joinvilense estão relacionadas ao sucesso que o trabalho pode proporcionar.

Para entender as origens desse mito, com fundamento em Foucault (2003), é necessário que se considerem as relações de poder emanadas dos discursos difundidos na sociedade e os autores dessas vozes, ou seja, como expõe o próprio Foucault, é mister perceber o poder onde ele é exercido e ramificado, nem no início, muito menos no fim, mas no meio (2003). Acredito que, no caso de Joinville, a construção dos ideais mitológicos ou ainda utópicos tem por objetivo espelhar a cidade dentro de um ideário de trabalho, nascido a partir dos discursos de uma pequena parcela da população germânica-empresarial do município. Empresários de origem germânica ou descendentes, com fortes influências, principalmente nos meios de comunicação, fazem uso desse instrumento e massificam ideias e princípios que ajudam a levar o trabalhador para dentro das fábricas tomados pela consciência da “cidade ideal” e do trabalho que edifica o homem.

Enfim, o mito é recorrente nos discursos narrados, conforme circunstâncias definidas por aqueles que detêm o controle e o uso das narrativas. A imagem que conserva na memória algo de sucesso, de progresso, de belo ou de riqueza. Nesse terreno busca-se, por intermédio do mito, forjar uma identidade, ainda que esta não contemple a própria história (FOUCAULT, 2011). É por esse pensamento de Foucault que pode ser interpretada boa parte da história mitológica de Joinville, com suas produções discursivas provenientes da historiografia local.

A composição desse quadro, em que Joinville aparece como “cidade do trabalho” ou, ainda, com “vocação para a indústria”, remonta aos anos de 1960, quando muitos dos escritos históricos sobre a cidade eram tarefas encomendadas e patrocinadas, na maioria das vezes, por empresas locais. Os trabalhos do jornalista e historiador Apolinário

Ternes são os melhores exemplos a serem citados, além dos discursos jornalísticos que reforçam os mesmos ideais da “cidade-maravilha” projetada para o progresso e sucesso, não só do empresariado, mas também do operariado.

Para compreender como foi instituída essa imagem da cidade, foram selecionados autores e autoras que discorrem sobre a ocupação e o processo de desenvolvimento econômico de Joinville. Parte da pesquisa foi realizada no Arquivo Histórico de Joinville (AHJ), no seu acervo documental. Entre os documentos examinados destacam-se os jornais, como *A Notícia*, *Diário Catarinense*, *Jornal de Joinville e Jornal Extra*¹³, que circulavam no período, e que contribuem para a visualização de como se forjou o desenvolvimento industrial da metalurgia nesse município. Além disso, esses registros possibilitam a percepção de alguns dos ideais que balizaram a construção socioeconômica e sociocultural dessa cidade. Outras fontes bibliográficas sobre a temática em questão serão devidamente referenciadas no decorrer desse capítulo.

Em linhas gerais pode-se afirmar que o objetivo desse estudo é perceber a construção dos sentidos/valores presentes nas narrativas historiográficas que defendem o ideário de uma cidade voltada à indústria e ao trabalho. Nessa perspectiva pode ser incorporado o pensamento de Foucault, quando ele afirma que o discurso é parte da projeção dos ideais, da construção de uma identidade planejada ou ainda o jogo das regras que são tomadas como verdade dentro da sociedade (FOUCAULT, 2011). Assim, a maioria dos contos “líricos” históricos sobre Joinville, ao longo de sua trajetória, foi gradativamente incorporada no imaginário social da população.

A imagem da cidade de Joinville retratada em seus principais aspectos, com base na historiografia local, está traçada dentro dos moldes europeus e dos preceitos prussianos da ordem (TERNES, 1986). O município manteve latente a ideia de uma cidade voltada para o trabalho e o progresso, conforme já referenciado. A historiadora Sandra Paschoal Leite de Camargo Guedes defende que esses ideais (mito) foram tonificados, principalmente, entre as décadas de 1960 e 1970. Para a autora, essa autoafirmação pode estar relacionada ao grande contingente de migrantes do período que para esse território acorreram

¹³O Jornal *A Notícia* e o *Diário Catarinense* ainda circulam na cidade de Joinville.

em busca de melhores condições de vida (GUEDES, 1998). Logo, todos, nascidos ou não em Joinville, precisam enxergar esse lugar conforme os modelos e os projetos definidos desde os remotos tempos da fundação da Colônia Dona Francisca, em 1851. Nesse sentido, como se fosse um quebra-cabeça, a história desse município foi sendo gradativamente construída em seus primeiros tempos, a partir das vozes daqueles que comandavam as relações políticas, econômicas e de poder.

2.2 OCUPAÇÃO TERRITORIAL: COLÔNIA DONA FRANCISCA, A “NOVA TERRA”

Joinville está localizada a nordeste do estado de Santa Catarina e, segundo informações do último censo populacional (IBGE, 2010), conta com uma população de aproximadamente 500 mil habitantes. Esses dados apontam o município como o mais populoso do estado. Entretanto, foi no decorrer das décadas de 1960 a 1990 que a cidade vivenciou seu maior desenvolvimento econômico e populacional. Boa parte de sua fisionomia atual foi moldada durante essas décadas. Indústrias, comércio, trânsito e outros serviços essenciais revelam que, assim como outras cidades do Brasil, Joinville foi influenciada pelo crescimento industrial do citado período.

Dentre os primeiros livros sobre a história de Joinville, o mais conhecido é o de *Crônicas da Colônia Dona Francisca*, publicado em 1965 pelo historiador Carlos Ficker. A obra mostra dados que ajudam a analisar como esse município se desenvolveu economicamente a partir da presença dos imigrantes em 1851. O autor não ignora as populações locais antes desse período, mas reconhece que a economia que antecede à chegada dos imigrantes era, em sua maioria, artesanal e, em boa parte, baseada na subsistência dos grupos que habitavam as terras que hoje fazem parte do município:

Eram, ao contrário, bastante habitadas as cercanias. Desde 1826 no “Porto do Bucarein” e Itaum. No morro do Boa Vista, fronteiro à cidade, pelo Iririu e pelo Cubatão, havia moradores. No cartório do escrivão do juízo de direito, de São Francisco, encontram-se autos de inventário feito em 1830, de um Fermiano da Silva, morador no Rio das Três Barras, local esse já assaz povoado, tanto assim que havia ali uma igreja, da qual ainda restam paredes, em meio à floresta (FICKER, 1965, p.32).

Prontamente se observa que muitas famílias já residiam em Joinville muito antes da chegada dos imigrantes europeus em 1851. As terras no entorno da Colônia Dona Francisca citadas pelo autor, hoje são bairros próximos ao centro da cidade. O mais distante é o Bairro Cubatão, que ainda preserva algumas atividades relacionadas à agricultura. Não há registros locais que possam comprovar de onde exatamente esses primeiros habitantes vieram. Algumas hipóteses são estabelecidas, entre as quais a de que essas populações tenham migrado de São Paulo (na época Capitania de São Vicente) e de São Francisco do Sul (município ao norte de Joinville) em períodos que antecederam a 1851.

Ficker (1965) apresenta uma retrospectiva histórica partindo da constituição da Colônia Dona Francisca, que originou a atual cidade de Joinville. Para o autor, isso se deu em 1849, quando o Príncipe de Joinville, François Ferdinand, negociou com a Sociedade Colonizadora em Hamburgo a localidade, fruto do dote de casamento com a Princesa Francisca Caroline, filha do imperador D. Pedro I. O período de 1851 a 1888 foi marcado por intensa movimentação de pessoas que para a Colônia Dona Francisca acorreram fugindo das crises que assolavam a Europa na época (FICKER, 1965). Vale destacar que uma política de imigração ocorria também em outras regiões do Brasil marcadas pela necessidade de trabalhadores, principalmente desde 1850, pois se sofria com a escassez de mão de obra escrava.

A crise da mão de obra escrava no Brasil, a partir de 1850, desperta, segundo o historiador Luiz Felipe de Alencastro e a historiadora Maria Luíza Renaux (1998)¹⁴, uma onda de preocupações por parte dos grandes latifundiários brasileiros. A maior necessidade de trabalhadores até final do século XIX, no Brasil, estava relacionada às atividades rurais e à colonização de terras visadas pelas políticas mercantilistas do período. Logo, as campanhas de imigração, a exemplo da Sociedade Colonizadora de Hamburgo, tomam visibilidade no país:

¹⁴ ALENCASTRO, Luiz Felipe de; RENAUX, Maria Luíza. Caras e modos dos migrantes e imigrantes. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de; NOVAIS, Fernando A. (Org.). **História da Vida Privada no Brasil: império, a corte e a modernidade nacional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. v. 2, p. 291-335.

Determinados a consolidar a grande propriedade e a agricultura de exportação, os fazendeiros e o grande comércio buscavam angariar proletários de qualquer parte do mundo, de qualquer raça, para substituir, nas fazendas, os escravos mortos, fugidos e os que deixavam de vir da África (ALENCASTRO; RENAUX, 1998).

Dessa forma, os projetos colonizadores implantados no Brasil situaram o trabalho do imigrante de acordo com as necessidades da economia rural e os ideais econômicos específicos de cada estado ou município. A Colônia Dona Francisca, em 1856, divide as terras em distritos com o objetivo de organizar e assentar os imigrantes para o bom desempenho de suas atividades de trabalho. Segundo Ficker (1965), as terras foram demarcadas e formaram uma unidade autônoma e independente a cargo de um colono eleito pelos moradores. Em 1869 efetiva-se a câmara municipal, dando à Colônia o sentido de vila, e em 1877 torna-se sede administrativa sendo denominada de município, embora dependente politicamente de São Francisco do Sul, de onde se desmembrou somente em 1888 (FICKER, 1965). Esse cenário de relações políticas ou dependência administrativa avança até as primeiras décadas do século XX.

Para Ficker (1965), a imigração europeia no período de 1851 a 1888 trouxe os primeiros banqueiros, empresários e comerciantes, que na colônia se refugiaram e organizaram o comércio e a indústria do local através da exportação de madeira, erva-mate, couro, sapatos, móveis, cigarros e outros. Para sua análise, o autor estabelece um marco temporal de 1851 a 1888, considerado o período de maior fluxo de imigrantes europeus para a região.

Como Ficker (1965), o historiador Dilney Cunha (2008), em seu estudo *História do Trabalho em Joinville: a Gênese*,¹⁵ também observa a presença de populações em períodos que antecedem à chegada dos primeiros imigrantes em meados do século XIX. Para esse escritor, muitas famílias de origem lusa, com seus escravos negros vindos provavelmente da capitania de São Vicente (atual estado de São Paulo) e da vizinha cidade de São Francisco do Sul, adquiriram grandes lotes de terra (sesmarias) na região norte da província de Santa Catarina. Essas terras, após o processo de industrialização e urbanização no final do

¹⁵(CUNHA, 2008). Especificamente em o *Velho mundo dos imigrantes* (p. 29-41).

século XIX e meados do século XX, foram demarcadas e hoje compõem vários bairros¹⁶ do município (CUNHA, 2008).

Acredita-se que, à medida que esse sistema de ocupação territorial avançava, maior era o contingente de imigrantes. Assim, a Colônia Dona Francisca foi tomada como a “nova terra” para aqueles que chegavam buscando melhores condições de vida. Para as populações já existentes, é possível pensar que as transformações sociais e econômicas também influenciaram seus modos de vida. Tem-se, assim, a ressignificação da “sociedade do trabalho”, baseada na política de empreendedorismo capitalista.

A historiadora Maria Luiza Renaux Hering (1987), ao analisar a imigração europeia, aponta esse acontecimento do século XIX como uma das maiores movimentações humanas na história. O Brasil recebe milhares de pessoas em busca de melhores condições de vida. O abandono do campo, de aldeias e de pequenos centros urbanos em direção às cidades maiores ou outras províncias, países e continentes, foi o caminho seguido por esse grande contingente de famílias no período (HERING, 1995).

Ficker (1965) apresenta uma análise demográfica que mostra a vinda de milhares de pessoas para Joinville no período de 1851 a 1888. Afirma que chegaram à região, nesses anos, 17.408 imigrantes (homens, mulheres e crianças), sendo esses de diversas etnias europeias, entre os quais 12.290 germânicos (cerca de 70%) e 3.224 austríacos¹⁷. Em 1894, outros europeus também aportaram em Joinville.¹⁸ Os relatórios da Colônia Dona Francisca enviados a Hamburgo durante o período (1851-1888) de assentamento dos imigrantes evidenciavam várias etnias: suíços, dinamarqueses, suecos, noruegueses, franceses, belgas,

¹⁶CORRÊA, R. Maria; ROSA, F. Terezinha (org.). FUCKNER, Ismael; WEBER; Fierl, R. Sérgio; SCHUTZ, M. Tânia. **História dos Bairros de Joinville**. Edição Arquivo Histórico de Joinville. 1992. Atualmente o município conta com 29 bairros. A divisão territorial dos lotes (sesmarias) em bairros foi uma ação administrativa da cidade.

¹⁷Esses austríacos eram provenientes, em sua maioria, da região da Boemia e se estabeleceram, sobretudo, na colônia vizinha da cidade de São Bento do Sul, pertencente na época a Joinville.

¹⁸Trigésimo oitavo relatório da Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo. Hamburgo, março de 1891. Coleção Carlos Ficker. Coleção Memória da Cidade (CMC). Arquivo Histórico de Joinville (AHJ). Tradução Helena R. Richlin.

holandeses e russos, além de lusos e afro-brasileiros.¹⁹ Assim, o autor conclui que a cidade foi formada por um conjunto bastante amplo de povos das mais diversas expressões culturais ligadas à cultura do campo ou outros valores sociais (FICKER, 1965).

Encontram-se, no Arquivo Histórico de Joinville (AHJ), os relatórios e correspondências da Sociedade Colonizadora de Hamburgo de 1849. Esses documentos apresentam diversos dados sobre a imigração desse período. Os mesmos apontam que havia preferência por camponeses. Provavelmente esses enfrentavam grandes dificuldades de sobrevivência no campo, pois segundo essas informações, centenas de famílias sofriam com as consequências da crise europeia que assolava a economia rural durante o século XIX. Diante disso, acredito que a busca empreendida pelos grupos recrutadores era justamente por essas pessoas que se encontravam em situação de vulnerabilidade econômica na Europa. Enfim, isso justifica a presença, quase que maciça, de imigrantes das áreas rurais na colônia, e possivelmente em outras regiões do país que também se beneficiaram com essa “força” de trabalho, haja vista esta colonizar boa parte do Brasil, a fim de gerar riquezas e suprir a demanda de mão de obra, necessidades do período.²⁰

Outro fator identificado nesse processo de imigração está relacionado à etnia dos imigrantes, como mostra Giralda Seyferth (2002), quando aponta que os fatores biológicos estavam associados ao perfil da população escolhida. Nesse caso, o imigrante alemão era classificado como colono eficiente, disciplinado e ordeiro. No Sul do país (especialmente em Santa Catarina), outros grupos étnicos (poloneses, noruegueses, suecos, suíços, irlandeses, franceses e italianos) também estão entre os imigrantes recrutados durante o século XIX (GIRALDA, 2002).

Em meados do século XIX, entre os primeiros grupos de imigrantes que aportaram na Colônia Dona Francisca, predominavam estatisticamente os de etnia germânica. Interessante observar o que supostamente o imigrante alemão trazia na bagagem, além dos aspectos culturais.

¹⁹Dados elaborados a partir das listas de imigrantes compilados pelo Consulado Brasileiro em Hamburgo e pela Direção de Colônia Dona Francisca, entre 1850-1871. Mapoteca do Arquivo Histórico de Joinville - AHJ.

²⁰Informações extraídas da Coleção Carlos Ficker, atualmente sob responsabilidade do Arquivo Histórico de Joinville (AHJ) e disponível à pesquisa.

O Decreto 537, de 1850, que aprovou o contrato com a Sociedade Colonizadora de Hamburgo (que representava os interesses do Príncipe de Joinville), autorizando a fundação da colônia de D. Francisca (Santa Catarina), no parágrafo 1º do artigo único diz que os colonos só podem desembarcar livremente se constar da bagagem os “instrumentos do seu ofício” – sementes, animais e utensílios destinados ao trabalho agrícola. O parágrafo 10º do mesmo decreto proíbe o emprego do “braço escravo” na colônia (GIRALDA, 2002).

O trabalho da pesquisadora Giralda (2002) ratifica a tese de que o discurso veiculado na cidade de Joinville era o do “nobre e bravo” imigrante alemão: o município se fez pelo trabalho e ousadia da garra do alemão que trouxe na bagagem as primeiras sementes do desenvolvimento econômico. Assim, as narrativas sobre a cidade crescem vinculadas aos princípios do trabalho e às ideias de branqueamento da população.

Embora o decreto supracitado diga ser proibida a mão de obra escrava, sabe-se que ela também foi utilizada nas atividades econômicas da Colônia Dona Francisca. Assim expõe Ficker (1965) em sua obra: “13 de maio de 1888, sob chuvisco e tempo nebuloso, percorreram a cidade de Joinville os negros e mulatos, moradores da redondeza, soltando foguetes e bombas, manifestando assim a sua alegria” (FICKER, 1965, p. 327). A negação da presença de trabalho escravo é mais um dos fragmentos discursivos em que se projetam os contos “líricos” da história de Joinville. Foucault (2003) reforça esse pensamento ao dizer que são as relações políticas ou de poder que definem as regras do jogo. Com efeito, desde a Colônia Dona Francisca, as narrativas foram se estabelecendo dentro das “verdades” que caracterizavam belezas, sucesso e progresso econômico. Esse conjunto de valores coloca o município como um lugar fenomenal de população branca, trabalhadora e ordeira. Essa ideia relacionada ao desenvolvimento da economia industrializada, a qual está presente em boa parte do discurso histórico tradicional da cidade, sustenta esse “progresso” a partir da ocupação germânica em 1851.

De 1857 a 1896, Léonce Aubé²¹ foi administrador e responsável pela região da Colônia Dona Francisca. O mesmo, em correspondências e relatórios enviados ao governo da província, destaca que a colônia vive os primeiros “sinais da indústria”. A ideia de desenvolvimento econômico é recorrente em seus escritos. Cita que as instalações “industriais” abarcam 30 engenhos de mandioca, 4 ditos de arroz e 9 ditos de cana de açúcar, uns movidos por força d’água, outros por animais ou por homens e um a vapor.²² Os dados mostram que nessas primeiras décadas de colonização havia uma diversidade de atividades econômicas, provavelmente de subsistência local, embora Léonce Aubé as classifique em seus relatórios como “indústrias”.

Para Cunha (2008), a imigração europeia (século XIX) aparece associada ao processo de industrialização e ao desenvolvimento do capitalismo. Destaca que essa política implantada não foi somente no território que corresponde a Joinville hoje, mas no país, que se encontrava visado pelos projetos colonizadores do período. Se por um lado as famílias viam na imigração uma saída para as crises e tensões sociais internas que assolavam a Europa, por outro, os interesses políticos e empresariais enxergavam possibilidades econômicas a partir da ocupação das terras consideradas às margens do progresso capitalista. Dentro dessa lógica, a Colônia Dona Francisca é entendida como um empreendimento econômico, com apoio imperial, destinado a gerar lucros para seus “proprietários” e demais interesses governamentais (CUNHA, 2008).

Logo após a implantação do projeto colonizador, a cidade de Joinville passou a se apresentar como de colonização alemã. Ao longo de sua história, ruas, casas, jardins e festas (regiões centrais) simbolizam traços característicos da cultura germânica, ou seja, práticas que reverenciam o imigrante alemão. Assim o município preserva, por meio de diferentes ações culturais, uma memória que não contempla os

²¹Louis Léonce Aubé era engenheiro e foi diretor e procurador da Colônia Dona Francisca de 1857 a 1896, hoje cidade de Joinville. Foi deputado da Assembleia Legislativa de Santa Catarina na 12ª legislatura de 1858 a 1859. Ver mais em: Walter Piazza. Dicionário Político Catarinense. Florianópolis: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1985.

²²Trigésimo oitavo relatório da Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo. Hamburgo, março de 1891. Coleção Carlos Ficker. Coleção Memória da Cidade (CMC). Arquivo Histórico de Joinville (AHJ). Tradução Helena R. Richlin.

imigrantes ou migrantes de forma geral, mas sim o colonizador germânico.

Enfim, mesmo que o projeto colonizador implantado na Colônia Dona Francisca em meados do século XIX fizesse parte de um empreendimento capitalista, como evidencia Cunha (2008), a história tradicional ainda busca reforçar uma identidade para essa cidade, a qual se fez com o trabalho e o esforço da imigração germânica, salientando que foram eles que trouxeram as primeiras sementes do desenvolvimento econômico para essas terras. A historiografia local, com foco nas últimas décadas do século XX, passou a questionar e a debater a história desse município sob novas perspectivas e novos olhares. Assim se percebe que a prática discursiva de uma pequena camada da população ligada, principalmente, à elite empresarial e política, construiu, ao longo do período, modelos sociais voltados à construção de uma identidade planejada, como reforça Foucault ao se referir à construção do discurso que permeia as relações de poder FOUCAULT (2011). Logo, se estabelece o pensamento de pertencimento a um território oxigenado pela ideia de trabalho, progresso para todos, e de herança germânica.

2.3 MIGRAÇÃO JOINVILENSE ENTRE AS DÉCADAS DE 1960 A 1980

A migração para Joinville, de certa forma, está relacionada ao desenvolvimento da economia industrializada, como pode ser constatado na historiografia. Habitualmente os migrantes chegam acompanhados de seus familiares, porém, a partir da década de 1970, muitas mulheres enfrentam essa jornada sozinhas. São várias as hipóteses que podem ter impulsionado tal decisão. Por se tratar de um período em que elas ousavam tomar algumas decisões mesmo sabendo que culturalmente seriam julgadas, acredito que o desejo de liberdade, autonomia financeira, violência e a opressão do machismo (do pai ou esposo) tenham incentivado o fenômeno da migração feminina para essa cidade. O fato pode estar relacionado às informações disponibilizadas pelo Censo de 2000²³ que revelam um sensível aumento de famílias chefiadas por mulheres (24,9% contra 8,1%). Penso que esse é um dos

²³<(IBGE-2000). <http://www.ibge.gov.br/censo>>.

reflexos da crescente participação da mulher nas atividades industriais do município.

O processo de ocupação em Joinville pode ser analisado em duas etapas. O primeiro a imigração europeia citada anteriormente (século XIX), a segunda com o crescente desenvolvimento da economia fabril a partir de 1960. Logo, a cidade vivenciou um dos seus maiores “inchaços” populacional. Inúmeras correntes migratórias, seduzidas pela oferta de mão de obra das empresas em processo de expansão, tiveram curso na cidade. O geógrafo Marco Aurélio Dias (2011) contribui com essa temática ao analisar o processo migratório nesse município entre as décadas de 1970 e 1980. Segundo ele, esse acontecimento está associado ao processo de desenvolvimento da economia industrial. Salienta ainda que a maior necessidade era a de operários para as atividades relacionadas às linhas de produção da indústria têxtil e metalmeccânica (DIAS, 2011). A partir dessas informações, acredito que a mulher operária em Joinville seja, na sua maioria, migrante, e tenha vindo realmente em busca de trabalho.

Sobre a migração interna há um vasto campo bibliográfico disponível. Boa parte dessas análises nos remete aos estudos da “crise” agrícola de meados do século XX, bem como ao advento da industrialização no país, principalmente da indústria metalmeccânica a partir da década de 1960. José Alfredo Gonçalves (2001) também observa que as décadas de 1960 e 1970 são o período mais acentuado da “crise” rural no Brasil. As pequenas propriedades rurais foram praticamente abandonadas pelas famílias. Seu estudo chama esse fato de êxodo rural e defende que a partir desse acontecimento surge a formação de grandes centros urbanos, principalmente aqueles que vivenciavam o desenvolvimento da economia industrializada:

A eliminação progressiva da pequena propriedade na estrutura fundiária brasileira, verificada especialmente a partir dos anos 1960, contribuiu para formação dos grandes centros urbanos por meio do que se convencionou chamar de êxodo rural. Conforme o censo demográfico de 2000, 81,22% da população brasileira reside na zona urbana. Esse processo de concentração populacional tem suas raízes nos anos de 1960 e 1970: de acordo com os censos do IBGE, na década de 1930, cerca de 13 milhões de pessoas trocaram o campo pela cidade; nos dez anos seguintes, esse número se elevou para 15,5

milhões. Tudo indica que desde 1970, quando a população rural passou a ser minoritária, até os dias de hoje, mais de 40 milhões de brasileiros migraram do campo para a zona urbana (GONÇALVES, 2001).

A circulação intensa dessas famílias em busca de melhores oportunidades de vida na cidade fez de pequenos centros urbanos grandes metrópoles industriais. Joinville, entre as décadas de 1970 e 1980, atinge elevados patamares de transformações sociais e econômicas advindas da industrialização e do processo migratório no país.

Dois fatores ajudam a compreender a circulação migratória no Brasil. O primeiro, a tão citada “crise” agrícola, e o segundo, a falta de mão de obra nos centros urbanos, os quais vivenciavam a ascensão da economia de bens de consumo duráveis da indústria. Fausto Brito, em sua análise sobre a migração interna no país, chama esse fato de “lógica da industrialização capitalista” (BRITO, 2009, p. 9), que tanto afeta o campo como os centros urbanos. Do campo sai o excedente de mão de obra que migra para os centros urbanos carentes dessa “força” de trabalho. Para ele, essas migrações podem ser entendidas também pela relação causal entre o volume da mão de obra liberado pela agricultura, necessidade de trabalhadores nas fábricas e o aumento dos produtos da economia urbana (BRITO, 2009).

Em Joinville, e demais centros urbanos do país, a migração foi impulsionada pela demanda por mão de obra operária da economia capitalista. Os grandes latifundiários passam, gradativamente, a fazer uso das máquinas em suas atividades agrícolas. Em períodos de safra, os pequenos agricultores reforçavam sua economia local vendendo sua “força” de trabalho para produtores rurais, donos de grandes reservas de terras. Com o advento da mecanização agrícola, muitas famílias de pequenos agricultores entram em “crise” e necessitam buscar novas oportunidades de trabalho. Dessa forma, deixam para trás suas pequenas propriedades e migram para os centros urbanos. Ainda sobre a migração interna, Brito (2009) considera que esse acontecimento está inserido na “lógica da industrialização capitalista”. Tal fator explica os dados que mostram que os operários na cidade de Joinville, quase na sua totalidade, são provenientes do campo. Essa ideia pode ser reforçada a

partir das estatísticas apresentadas pelo censo demográfico de Santa Catarina em 1970, 1980 e 1990.²⁴

Dados fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE-2010)²⁵ apontam a década de 1970 como um período de grandes transformações sociais e econômicas, pois empresas nacionais e multinacionais de grande porte se instalaram no país. Devido a isso, cresceu a demanda por mão de obra, o que empurrou muitas mulheres para a linha de produção dessas empresas.

A oferta de trabalho em abundância consolidou Joinville como um importante pólo de atração de migrantes. Pessoas das mais variadas regiões do país para esse município acorreram. O crescimento populacional no período evidenciado nesse estudo imprime à cidade de Joinville um novo desenho na paisagem urbana local. A *Revista Cordão* publica um artigo, em 1973, de autoria do jornalista Aldo Schmitz, no qual observa com satisfação essas transformações paisagísticas na cidade:

São os grandes prédios que se estão erguendo, nos mais variados pontos, as bonitas construções residenciais, as modernas instalações de algumas lojas e também, com justiça, o trabalho de remodelação dos passeios nas principais ruas. Vamos registrar os nossos votos de que estes melhoramentos prossigam, a fim de que a nossa querida Joinville possa dia a dia melhorar sua aparência e apresentar para satisfação de todos nós que aqui nascemos e desejamos ver a nossa terra num constante progresso.²⁶

Os impactos demográficos causados pela industrialização em Joinville, principalmente do setor da metalurgia, fazem surgir novas paisagens e as primeiras invasões em áreas de manguezais. Essas

²⁴Em 1970 havia, em Joinville, 42.937 migrantes, oriundos principalmente de vários municípios de Santa Catarina. Em 1980, 113.091 migrantes, dos quais, 57.640 procedentes da área rural, entre os quais, 13.509 oriundos do Paraná. Em 1991, o total de migrantes era de 166.607. Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Censo demográfico de Santa Catarina, 1970, 1980 e 1990.

²⁵<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/industria>.

²⁶SCHMITZ, Aldo. Joinville desjoinvilado. Revista *Cordão* n.1, 1973, p.7. Acervo Arquivo Histórico de Joinville (AHJ).

regiões hoje são protegidas por leis ambientais, mas até o início da década de 1980 não havia na cidade maiores preocupações relacionadas à ocupação dessas reservas.

Boa parte da história populacional dos bairros em Joinville está relacionada ao processo de desenvolvimento industrial em Joinville, pois foi grande o contingente de migrantes que estabeleceram suas moradias nesses locais, nas décadas de 1970 a 1980, período no qual a cidade registra o maior número de pessoas em busca de trabalho. Esses bairros já tinham seus limites territoriais demarcados, mas vale observar que o Jardim Paraíso, até o início da década de 1990, pertencia ao município de São Francisco do Sul. Como a população dessa comunidade sempre buscou em Joinville o que precisava em termos de atendimento hospitalar ou demais necessidades, da própria população partiram as reivindicações para anexar a região ao município. Em 1997, o prefeito municipal sanciona uma lei²⁷ que altera algumas divisas territoriais dos bairros em Joinville, porém em nada afeta o processo de ocupação habitacional.

O sociólogo e historiador Bellini Meurer, em 1993, apresenta um importante trabalho sobre a cidade intitulado *Entre flores e manguezais: a construção do real em Joinville*, no qual desenvolve significativa análise geográfica da região. Nele, consta que grande parte do território joinvilense era mangue e que esse foi aterrado para a construção de moradias, principalmente para os migrantes das décadas de 1970 a 1980. Com exceção do bairro Costa e Silva, os demais bairros citados estão localizados na região norte do município, a mesma que abriga as empresas de maior porte. Muitos pontos dessas ocupações são afetados constantemente pelo nível das marés. A situação é mais complicada quando coincide com períodos de chuva. A falta de uma política governamental de infraestrutura, mais séria, nessas comunidades, também é um dos fatores de complicação social no município (MEURER, 1993).

Sobre o fluxo migratório para Joinville, o historiador Gruner (2003) observa que, entre as décadas de 1970 a 1980, em média, 70 famílias chegavam diariamente à região. Assim, os dados populacionais cresceram consideravelmente. Na década de 1950, a média da população era de 42 mil pessoas, distribuídas de forma equitativa nas áreas urbana

²⁷Lei complementar nº 54, de 18 de dezembro de 1997, redefine o perímetro dos bairros de Joinville e cria os bairros Comasa e Cubatão.

e rural. “A cidade chega aos anos de 1980 com um crescimento populacional de 550%, saltando dos 42 mil habitantes do início dos anos de 1950, para cerca de 240 mil em 1980” (GRUNER, 2003, p. 129). É justamente nesse período que os principais bairros “industriais” citados recebem boa parte de seus moradores.

Eunice Durham (1984) fala da migração brasileira focalizada nas questões sociais envolvidas no processo de industrialização. Segundo sua análise, para que haja migração, é fundamental que a sociedade agrária-tradicional tenha alguma forma de inclusão na “economia competitiva”. Somente assim, a necessidade de melhorar de vida pode levar ao abandono do universo da sociedade tradicional, dentro do qual não há alternativa para a ascensão social. Salienta ainda, que migração não é só função da miséria do local de origem, mas da necessidade de buscar melhores condições sociais e econômicas (DURHAM, 1984). Ainda segundo a análise de Durham (1984) a migração, é parte, de um processo social inerente ao desenvolvimento do capitalismo, assim como pode ser comprovado em Joinville com o advento da economia industrializada.

Ternes (1993) interpreta a migração acelerada como causadora de muitos problemas sociais ocorridos na cidade, salientando que entre “as décadas de 1970 e 1980, Joinville sofreu uma singular perda de identidade, desfigurando-se de suas características históricas” (TERNES, 1993, p. 158). O autor não vê o fluxo migratório em Joinville como uma questão positiva. Segundo ele, a migração acelerada compromete os “valores identitários” da cidade que já usufruía da “disciplina” e da “vocação para o trabalho”, sendo essas características de herança germânica. Havia, portanto, conflitos culturais entre os teuto-brasileiros e os chamados “caboclos”. Muitos defendiam a ideia de que os caboclos eram desidiosos, vadios e que não eram propensos para o trabalho.

O espaço urbano com o crescimento industrial sofreu inúmeras alterações em Joinville. Surgem, então, no início da década de 1990, os “condomínios industriais” ou, ainda, os chamados “parques industriais”, localizados na região norte do município e próximos à BR-101. Boa parte das empresas localizadas no centro da cidade foi deslocada para outros espaços mais distantes do perímetro urbano, pois as questões ambientais e as próprias normas urbanas apontavam para a presença de grandes índices de poluição.²⁸

²⁸Tipos de poluição industrial: Sonora, Visual, Atmosférica, Água, Solo e Nuclear.

2.4 JOINVILLE: PRIMEIRAS ATIVIDADES ECONÔMICAS

Vocação para crescer sempre. Desde sua fundação, em março de 1851, a cidade sempre mostrou sua vocação para o desenvolvimento industrial.²⁹

Os estudos sobre as primeiras atividades econômicas consideradas o alicerce do desenvolvimento industrial de Joinville são cercados por interpretações históricas acerca da gênese do progresso econômico. Os apontamentos bibliográficos referenciados nesse capítulo pouco divergem entre si. O caminho para uma análise é entender a construção dos discursos relacionados à ideia de progresso ou desenvolvimento industrial do município a partir das primeiras ações econômicas, especificamente entre as últimas décadas do século XIX e as primeiras do século XX.

A indústria madeireira aparece nos primeiros anos de colonização como uma das primeiras atividades econômicas, citada também como uma das molas mestras de desenvolvimento de Joinville e do estado de Santa Catarina. Para o historiador José Roberto de Souza Dias, a historiadora e bacharel em direito Vera Iten Teixeira e a jornalista Denise Paraná Sanches, as serrarias primitivas instaladas no próprio local do desmatamento de regiões destinadas às ações colonizadoras (meados do século XIX) e a mão de obra do imigrante europeu contribuíram para o desenvolvimento do sistema comercial na Colônia Dona Francisca, sendo que boa parte das vendas era centralizada no próprio local, o que possivelmente fomentou as primeiras transações comerciais (DIAS; TEIXEIRA; SANCHES, 1987). Segundo tais autores, mesmo nos primeiros tempos da colonização, a Colônia era um ponto comercial importante do estado: “O colono vendia sua produção excedente e adquiria os produtos que não produzia, como o sal e o têxtil” (DIAS; TEIXEIRA; SANCHES, 1987, p. 101).

Entre as últimas décadas do século XIX e a primeira do século XX, a erva-mate é apontada pela historiografia joinvilense como a segunda atividade econômica do município. Embora essa economia tenha migrado do litoral paranaense, foi em Joinville que se instalou o

²⁹VERÍSSIMO, Luís. Incentivo só à alta tecnologia. *Diário Catarinense*, Joinville, 8 ago. 1988, n. 830. p. 5.

maior centro de beneficiamento e comercialização desse produto no período. A exploração ervateira foi difundida no litoral do Paraná (atual município de Morretes) em 1820, por Domingos Alzaray, um dos responsáveis pela instalação do primeiro “engenho-de-soque”, introduzindo, principalmente, no Sul do país, novas técnicas de beneficiamento para a produção em larga escala³⁰. Segundo Márcia Elis de Campos Graf, em três décadas já era intensa a atividade ervateira em diversas regiões do Brasil (GRAF, 1987, p. 107).

O historiador Fernando Tokarski pondera que se engana quem defende o início da industrialização em Joinville a partir das indústrias têxteis ou a metalmecânica. Para esse autor, a indústria na cidade nasceu da economia ervateira: “Os alicerces da estrutura econômica de Joinville nasceram sob a égide do facão ervateiro, das tropas e dos carroções carregados de erva-mate provenientes do Planalto de Canoinhas” (TOKARSKI, 2007, p.4). Para ele, a cidade se transformou num importante centro de beneficiamento e comercialização desse produto. A construção da Estrada Dona Francisca (a principal rodovia de acesso ao planalto catarinense inaugura seu principal trecho ligando Joinville à região de São Bento do Sul em 1873)³¹ contribuiu, consideravelmente, para o incremento das transações econômicas desse produto, pois além de encurtar sensivelmente a distância até o porto de embarque, serviu também para desenvolver as relações comerciais entre cidades do estado do Paraná e outras da região catarinense. Essa estrada foi o elo econômico entre Joinville, o planalto de Canoinhas e os demais municípios vizinhos.

No final do século XIX, Joinville sediava diversos centros de beneficiamento da erva-mate.³² A exportação desse produto representava, no período, a principal atividade econômica do município. O Jornal *Kolonie-Zeitung*³³ publica, em 1876, um dos primeiros artigos

³⁰Mais sobre esse assunto ver: GRAF, Márcia Elis de Campos. Economia e escravidão no Paraná. Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnológico Paranaense. v. VLV, Curitiba, 1987, p. 101-113.

³¹Outras informações em: KORMANN, José. Histórico da Estrada Dona Francisca. 1989.

³²Augusto Ribeiro & Procópio, Oliveira & Genro, Ernesto Canac & Cia, F. Kamienski & Cia e a Sociedade Anônima Companhia Industrial Catharinense. Maioria destinada ao beneficiamento da erva-mate. Essas empresas, embora observadas com prestígio e destaque na cidade, não existem mais. Relatórios do acervo documental do AHJ.

³³Colônia Dona Francisca. *Kolonie-Zeitung*, 12 de fevereiro de 1876, nº 7, p. 27. Foi fundado por Ottokar Doerffel. Seu primeiro número foi uma versão

sobre a economia ervateira em Joinville. A matéria expressa satisfação devido à movimentação econômica que a comercialização da erva-mate, juntamente com outras atividades, representava para o município:

As queixas sobre tempos difíceis, falta de dinheiro, encarecimento dos gêneros de primeiras necessidades, fazem parte da pauta do dia. Preferimos mostrar fatos de nossa colônia, que comprovam que o empreendedorismo ainda não desapareceu por completo entre nós. Por esses dias, o comerciante Sr. Gustavo Hasse abriu seu moinho de arroz acionado por uma máquina a vapor de seis cavalos de força. Em breve será anexado um engenho de erva-mate, o primeiro desse tipo nessa colônia. A erva-mate de Rio Negro, a melhor do Brasil, oferecida em grandes lotes aos comerciantes daqui, não podia ser comercializada porque faltavam moinhos que a beneficiassem. Essa demanda será corrigida e certamente logo todo o tráfego que até agora se dirigia para Morretes/PR, virá para cá, já que o caminho de Rio Negro para a colônia é muito mais curto que o que leva a Morretes/PR. Com isso haverá mais dinheiro circulando e os negócios irão melhorar. Nós saudamos com alegria esse novo estabelecimento e desejamos aos empresários compensações pelos seus esforços (Colônia Dona Francisca. *Kolonie-Zeitung*, 12 de fev. de 1876, p. 27).

Portanto, até o início da primeira década do século XX, o beneficiamento e o comércio da erva-mate no estado de Santa Catarina tiveram papel predominante na economia. O destaque dessa atividade,

experimental, publicada em 20 de dezembro de 1862, apenas alguns dias após a chegada das máquinas trazidas de Hamburgo. Com uma tiragem inicial de aproximadamente 250 exemplares, funcionava como órgão informativo da Colônia Dona Francisca e de Blumenau, que ainda não tinha o seu próprio jornal. Doerffel enviava também 50 exemplares para a livraria Robert Kitler, em Hamburgo, para distribuição na Alemanha. Esse Jornal hoje se encontra disponível no acervo documental do Arquivo Histórico de Joinville (AHJ).

segundo Tokarski (2007), era mais forte em Joinville e municípios próximos. Como pode ser observada, a economia ervateira aparece na historiografia como a principal atividade econômica da região norte do estado, apontada, também, como a principal influência no desenvolvimento econômico do Sul do país. Outras economias (artesanato, produtos derivados do leite e conservas diversas), principalmente ligadas à agricultura, supriam as necessidades básicas da população local (TOKARSKI, 2007).

Sobre o tema, destacam-se os trabalhos de Isa de Oliveira Rocha (1997) e Américo Augusto da Costa Souto (1999), que, em linhas gerais, seguem a mesma matriz sobre o início da industrialização em Joinville. A primeira defende que a industrialização na cidade foi gestada no “interior das oficinas artesanais/industriais, que atendiam a população local, na fabricação de peças de manutenção das carroças que transportavam a erva-mate e equipamentos utilizados nos engenhos de beneficiamento da mesma” (ROCHA, 1997, p. 43-44).

Sem se distanciar de Rocha (1997), Souto afirma que a industrialização se iniciou nas últimas décadas do século XIX e primeiras décadas do século XX: “As empresas são beneficiadas, também, pelas atividades ervateiras, sendo essas responsáveis pelo estímulo do artesanato metalúrgico e madeireiro em termos de fornecimento de equipamentos e peças” (SOUTO, 1999, p. 138). Para o autor, a partir de 1940, a economia interna do município já se encontrava consolidada. Verifica-se, ainda, uma abertura e o início das transações econômicas junto às “metrópoles” internas, como Curitiba e o eixo Rio-São Paulo. A partir de 1950, Joinville se torna uma das fornecedoras de peças e equipamentos para a indústria automobilística no país.

Os autores supra mencionados realizam, praticamente, a mesma análise sobre as raízes ou matrizes da economia industrializada em Joinville. Todos concordam que foi com a economia ervateira e madeireira que as bases econômicas se capitalizaram para um mercado industrializado em Joinville. Assim, a lógica das interpretações sobre as primeiras atividades econômicas na cidade, desde a Colônia Dona Francisca, não se distanciam muito de um olhar historiográfico para outro.

A historiografia local, analisada nessa etapa do capítulo, aponta, de forma clara, como primeiras atividades econômicas, a erva-mate e a extração de madeira como raízes do desenvolvimento industrial em Joinville. Identifica-se, também, na sequência, ainda nas últimas

décadas do século XIX, a economia têxtil, que por várias décadas representou a base econômica do município, estendendo-se até meados do século XX, quando, então, a partir da década de 1960, gradativamente vai deixando de ser a principal economia da cidade, dando visibilidade para a indústria metalmeccânica, o que prevalece nos dias atuais. Nesse patamar de desenvolvimento econômico nasce a figura do empreendedorismo germânico.

2.5 O “BRAVO” E “INTELIGENTE” EMPRESARIADO JOINVILENSE

O *Jornal de Joinville* publicou uma matéria, no início de 1970, na qual destaca o empresariado joinvilense como conhecedor “eficiente” das tecnologias da economia industrializada no município, nesse período. Segundo essa fonte, “é também, com mais eficiência o industrial desse município, um líder do conhecimento das máquinas da Manchester Catarinense” (*Jornal de Joinville*, 28 abr. 1970, p. 6). Essas expressões destacam o “bravo, criativo e ousado” empresário da cidade e são recorrentes nos jornais. Muitos desses argumentos ainda podem ser encontrados nos periódicos atuais. A “Manchester Catarinense”, chamada também, até a década de 1920, de “Manchester Brasileira”, é defendida como bandeira econômica da cidade e continua sendo difundida nas narrativas da imprensa local. Além do reconhecimento e da “eficiência” empresarial, a reportagem mostra, ainda, preocupações com o mercado consumidor, tanto em Joinville como em outras regiões:

O nosso mercado nacional ainda está, por assim dizer, virgem. Há muito ainda a ser conquistado. Faltam pesquisas para conhecimento das necessidades reais do consumidor a fim de se planejar a industrialização à altura dessas necessidades. Agora é que estamos começando a pôr em prática alguns métodos de pesquisa de mercado que poderão propiciar uma produção nacional em base de necessidades reais ao consumidor (*Jornal de Joinville*, 28 abr. 1970, p. 6).

Ao analisar o discurso desses jornais é necessário estar atento aos valores de cunho político e ideológico, como observa Tânia Regina

de Luca (2005). São fontes que ajudam a retratar a cidade, mas reiteram na maioria das vezes valores e desejos daqueles que manipulam as relações de poder. Nesse anúncio, se observa o apreço dispensado às necessidades do mercado consumidor, quando esse destaca as preocupações ou perspectivas dessa “nova ordem” econômica que supostamente fazem parte do processo de crescimento da industrialização metalmeccânica no país. Assim, os impressos da cidade de Joinville continuam, em suas matérias, difundindo imagens de um lugar que vive e respira o “mundo do trabalho”.

O Jornal *A Notícia* publicou, em 1973, um texto de autoria de Carlos Aduato Vieira que difunde uma imagem sobre a cidade e sobre seus habitantes em que são atribuídas determinadas qualidades ao imigrante alemão:

O “boom” econômico, fortemente ajudado pelo espírito familiar e a conhecida disciplina alemã, explicam a nova geografia e o novo urbanismo da cidade, a partir da década de 1950. Joinville aproveita o momento para expandir sua vocação original, para a indústria, depois de ter vencido o ciclo da economia de subsistência, o ciclo do mate e sua transformação em importante polo comercial, nas décadas de 1930/40.³⁴

A ideia da “disciplina” e da “vocação original” para o trabalho transforma o imigrante alemão e seus descendentes em sujeitos “bravos”, “ousados” e “criativos”. Tudo isso dentro da lógica do “empreendedorismo”. Esse discurso aparece em diversos estudos sobre a História Econômica de Joinville. Assim, a cidade preservou os aspectos culturais dos pioneiros desse desenvolvimento industrial, ideais, estes, ainda presentes entre os empresários joinvilenses. Vale observar que a cidade, até a primeira década do século XXI, conta com muitas indústrias multinacionais. Suas histórias econômicas ficam fora do mito do empreendedorismo local.

As histórias das empresas que foram fundadas nesse município, quase em sua maioria, apresentam os mesmos dados e os mesmos princípios, para os quais a principal matéria-prima do sucesso industrial são as ideias “geniais” de seus fundadores. José Augusto Gaudo reforça esse pensamento ao publicar no jornal *Diário Catarinense*, em 22 de

³⁴VIEIRA, A. Carlos. O crescimento posto em questão. *A Notícia*, Joinville, 15 abr. 1973, p. 2.

novembro de 1975, um texto no qual fortalece e reconhece o “espírito genial” dos empresários joinvilenses:

As “oficinas” de fundo de quintal, como a Tupy e o Hansen, surgiram a partir de pequenas fábricas montadas em galpões. Além do tino empresarial dos integrantes das famílias que levaram adiante esses grandes negócios, sempre havia alguém que trabalhava na criação. Gente que não ficou tão rica quanto os donos das empresas, mas que nunca desanimou e sempre procurou novos projetos para exercitar sua criatividade.³⁵

Os impressos jornalísticos aqui evidenciados alimentam e reiteram os ideais de uma cidade que se desenvolveu economicamente a partir da “disciplina” e do “tino empresarial”. Sabe-se que esse meio de comunicação exerce função importante no que tange ao desenvolvimento industrial em Joinville a partir da “vocação natural” daqueles que escolheram esse lugar para plantar as sementes do progresso. Valores e sentidos “nobres” agregados à germanidade constantemente são veiculados nas páginas desses periódicos.

A expansão industrial de Joinville, a partir da metade do século XX, segundo alguns estudos, foi impulsionada pelos pequenos comércios e oficinas que abasteciam o mercado consumidor interno e externo, como a extração e o fornecimento de matéria-prima utilizada na infraestrutura local, desde a fundação oficial da cidade, em 1851. Dessa forma, historiadores como Ficker (1965), Clóvis Gruner (2003), Rocha (1997), Niehues (2003) e Tokarski (2007) corroboram a defesa da ideia de que a indústria ervateira foi o carro-chefe da industrialização no município. Seus olhares historiográficos demonstram outras possibilidades na pesquisa regional, apontando o surgimento de oficinas e lojas comerciais como elementos subsidiários ao desenvolvimento econômico na cidade. Esses autores ajudam a compreender parte da história do desenvolvimento econômico de Joinville, contrapondo-se aos discursos que defendem, unicamente, o empreendedorismo germânico como responsável pelo sucesso industrial difundido ao longo da trajetória histórica do município.

³⁵GOUDO, A. José. Esses gênios de loucas ideias. 1987. *Diário Catarinense*, Joinville, 22 nov. 1975, p.2.

A partir dessas obras bibliográficas e demais informação dos jornais analisados nessa pesquisa é possível verificar, também, a presença da classe operária nesse processo de consolidação da industrialização metalmeccânica em Joinville. A historiadora Giane Maria Sousa (2006) afirma que junto com as indústrias e os ciclos migratórios nas décadas de 1970 e 1980, patrocinados por algumas empresas (Tupy, Embraco, Consul e Companhia Hasen), muitos trabalhadores foram se firmando em Joinville e se fixando em diversas localidades, formando bairros operários como Boa Vista, Comasa do Boa Vista, Espinheiros, Aventureiro, Jardim Paraíso, Cubatão e Costa e Silva.³⁶ Esses “novos” trabalhadores, em tese, aparecem, segundo a autora, como sujeitos que foram influenciados pela “disciplina e vocação para o trabalho” advinda dos seus patrões. Com base nesse pensamento percebe-se, ainda, que boa parte dos discursos difundidos na historiografia local sobre o desenvolvimento industrial coloca Joinville num patamar de formação de riquezas, não só para a classe empresarial, mas para seus operários também (SOUSA, 2006). Dessa forma, o trabalhador é impulsionado a acreditar que a disciplina e o bom desempenho de sua produção proporcionam um caminhar, lado a lado, com o sucesso econômico. Nesse sentido, a riqueza da empresa é defendida como sendo a do trabalhador também. Talvez a ideia de “sócio” do patrão alimente melhor o que se espera de uma mão de obra eficiente e mais rentável.

Santa Catarina, segundo Alcides Goularti Filho (2002), durante o período de 1880 a 1945, teve grande crescimento em suas atividades industriais, colocando o estado num patamar de destaque no desenvolvimento econômico. As indústrias madeireira, alimentar, carbonífera e têxtil são as mais representativas do período. A indústria metalmeccânica e a indústria moveleira também se desenvolveram nesse lapso temporal, porém partiram para um crescimento mais acelerado somente nos anos posteriores. Nesse ínterim, ocorreram duas grandes mudanças sociodemográficas em Santa Catarina: a primeira, com a

³⁶CORRÊA, R. Maria; ROSA, F. Terezinha (org.). FUCKNER, Ismael; WEBER; Fierl, R. Sérgio; SCHUTZ, M. Tânia. **História dos Bairros de Joinville**. Edição Arquivo Histórico de Joinville. 1992.

Observa-se que foi no final da década de 1960 que essas regiões passaram a abrigar o maior contingente de migrantes que chegavam buscando trabalho. Com exceção do bairro Costa e Silva, os demais bairros pertencem à região norte do município, onde se concentra a maior parte das fábricas do setor metalúrgico.

entrada de imigrantes europeus, de 1851 a 1900, no Vale do Itajaí, Norte e Sul, e que continuou num ritmo mais lento até o início dos anos de 1920; e a segunda, com o movimento migratório proveniente do Rio Grande do Sul, a partir de 1917, em direção ao oeste catarinense, estendendo-se até os anos de 1950, e que fazia parte das frentes pioneiras de colonização capitalista (GOULARTI FILHO, 2002). O autor, em seu estudo, toma como referência a movimentação/exportação da economia industrial catarinense durante o período de 1915 a 1929. Para ele, é possível acompanharmos a evolução do valor exportado dos principais produtos, bem como as mudanças ocorridas no período.

A socióloga Cécile Raud afirma que o cenário da economia industrializada em Santa Catarina só se modificou a partir de meados do século XIX e início do século XX, quando o estado passou a estabelecer relações políticas mais estreitas com a esfera nacional. Um dos pontos em destaque foram as ações de incentivo à imigração implementadas pelo governo imperial. Segundo a autora, foi definida a regulamentação da propriedade para os imigrantes e isso alavancou uma série de atividades produtivas, o que impulsionou a consolidação das indústrias. Assim, as terras passaram a gerar lucro para o estado, bem como para o país (RAUD, 2000). Ela salienta, ainda, que Santa Catarina aproveitou com sucesso os incentivos do império brasileiro no tocante às estruturas de desenvolvimento de uma economia industrializada. Desse modo, a região aparece nessas primeiras décadas do século XX como um importante polo econômico do país.

O economista Adaulo José Cunha também concorda que Santa Catarina, nas primeiras décadas do século XX, já era uma referência para a economia industrializada do país, visto que soube aproveitar os incentivos do governo, tanto nas políticas de imigração como nas ações fiscais do período (CUNHA, 1993). Assim, o estado catarinense é considerado um importante parque industrial, ocupando posição de destaque no Brasil. A indústria de transformação é a quarta do país em quantidade de empresas e a quinta em número de trabalhadores. Os segmentos de artigos do vestuário e alimentar são bastante representativos, na economia, seguindo-se dos artigos têxteis e metalúrgicos.

A expansão da indústria catarinense continuou crescendo em conformidade com as necessidades do mercado nacional, principalmente a partir da década de 1960. O grande impulso da industrialização, conforme Goularti Filho (2007), ocorreu no período de 1963 a 1980, que

é quando o estado já apresenta uma estrutura industrial diversificada, mais competitiva e concentrada. Para o autor, esse salto na indústria do estado foi resultado de experiências industriais positivas, da mão de obra, e da inovação por parte dos empresários. Destaca, ainda, como principais alicerces da indústria catarinense, o extrativismo da erva-mate, carvão, madeira, o setor têxtil, o alimentício, e mais tarde, o cerâmico, papel, e metalmecânico (GOULARTI FILHO, 2007).

Em 1907, o primeiro censo industrial³⁷ aponta Joinville e Blumenau como centros polarizadores da indústria do nordeste catarinense. Enquanto Blumenau tinha o maior número de mão de obra operária, Joinville tinha o maior número de empresas, bem como a maior diversidade de produtos industrializados.

A história de Blumenau (fundada em 1850), em termos econômicos e sociais, é bastante parecida com a de Joinville. Apesar de figurar no quarto lugar entre as maiores economias de Santa Catarina, atrás apenas de Joinville, Itajaí e Florianópolis, possui forte influência no estado, pois, junto com Joinville e Itajaí, forma a maior região industrial do estado catarinense.

Até início da segunda década do século XXI, a principal atividade econômica de Blumenau ainda é a indústria têxtil. Blumenau se destaca ainda em outros setores industriais, como metalurgia, mecânica e de material elétrico, e é o maior polo produtor de transformadores do Brasil.³⁸

Em Joinville, o cenário de atividades econômicas descrito por Ternes (1986), no final da década de 1920, é de uma região quase “independente” economicamente. A diversidade de atividades ligadas diretamente ou indiretamente à indústria nos possibilita analisar que o município figura, no período apontado pelo autor, como importante pólo econômico de diversos segmentos de produtos industrializados, embora a economia têxtil e a metalmecânica ainda não sejam os principais alicerces da indústria local. Vale destacar que esse autor é um dos principais responsáveis pela autoafirmação dos valores heroicos atribuídos aos empresários germânicos na cidade. São dele as principais expressões relacionadas ao desenvolvimento industrial em Joinville.

³⁷BRASIL – IBGE (1907) Censo Industrial de Recenseamentos Geral do Brasil, 1907. Sinopse do Censo Industrial e do Censo de Serviços, Rio de Janeiro, 1907.

³⁸Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior/SECEX/DEPLA.<<https://www.furb.br/especiais/download/117389-609616/expimp.pdf>>.

Suas palavras de ordem bastante difundidas eram: “bravo, inteligente, e ousado empresário”. Essas referências são claras em suas obras escritas e quase todas patrocinadas por empresas locais.

A industrialização em Joinville tem sido assunto de pesquisa de diversos trabalhos acadêmicos. Dentre os primeiros estudos sobre a cidade, o mais conhecido é o da *Crônica da Colônia Dona Francisca*, escrito em 1965 por Carlos Ficker, patrocinado pela Fundação Tupy. Essa obra é citada na maioria dos trabalhos posteriores sobre a cidade. Seu “prestígio” talvez ocorra pelo fato de ser uma das primeiras coletâneas a registrar aspectos geográficos, históricos e econômicos do município a partir da ocupação dos imigrantes em 1851.

Para Carlos Gomes de Oliveira (1984), os imigrantes foram abandonados à própria sorte pela Sociedade Colonizadora Hamburgo, ainda na década de 1850. Desanimados, e em estado profundo de miséria, muitos migraram para outros lugares (OLIVEIRA, 1984). Diferente de Ternes, Oliveira relata que nem todos os imigrantes enfrentaram com “bravura” as dificuldades dos primeiros tempos da colonização em Joinville.

Hering (1987) e Ternes (1986) são contrários à concepção Cepalina (COLISTETE, 2001) acerca do desenvolvimento econômico latino-americano. Para eles, a gênese da indústria no Vale do Itajaí, e também em Joinville, advindas da crise da economia agrícola no final do século XIX e que o imigrante vindo da Alemanha trouxe consigo, manteve algumas culturas econômicas e isso contribuiu como fator positivo nesse cenário de crescimento dos lugares que receberam o imigrante alemão. Defendem que a preservação da cultura artesanal (de origem) mais o beneficiamento dos produtos da lavoura concorreram para o desenvolvimento da economia industrializada nesses municípios.

Mesmo sob outra perspectiva, Hering segue praticamente na mesma direção de Ternes (1987) no que concerne à gênese da industrialização em Itajaí e Joinville. Destaca, igualmente, os feitos “geniais” da germanidade frente ao progresso econômico industrial (HERING, 1987). Percebe-se, nessa análise, que a preservação da religião protestante e da língua contribuiu para o sucesso do grupo (germânico) diante das atividades de trabalho.

O economista Ido Michels (1997) apresenta uma das pesquisas acadêmicas mais criteriosas sobre a industrialização catarinense. Suas críticas são severas a quase tudo o que já foi escrito sobre Joinville. É contundente ao examinar o chamado “modelo catarinense de

desenvolvimento industrial”. Coloca-se abertamente contra aqueles que defendem o desenvolvimento de Santa Catarina a partir do espírito empreendedor de audaciosos empresários. Para ele, a industrialização, de 1960 a 1980, não é fruto da ousadia do empresário-empendedor, mas sim, preponderantemente, da intensa ação dos governos junto aos núcleos empresariais. Michels é enfático ao afirmar a intervenção estatal nos investimentos diretos e nos planejamentos estruturais da economia industrial. Ele sugere que se estude a industrialização catarinense com foco nas ações estatais e na força de trabalho do operariado (MICHELS, 1997).

Arminda Maria Arruda também (2004) legitima a ideia de que os incentivos fiscais e financeiros, oportunizados pelas ações governamentais, contribuíram e aceleraram o desenvolvimento da economia industrial brasileira. “Essas ações governamentais favoreceram a formação de grandes blocos econômicos, a diversificação ainda maior de mercadorias e a atuação do Estado e de seus aparatos administrativos” (ARRUDA, 2004, p. 36). Essas iniciativas visavam a colocar o Brasil na rota de uma economia diversificada e global, tendo o setor metalúrgico como principal alvo econômico. Arruda destaca, ainda, que de 1968 a 1980, houve maior investimento na economia metalmeccânica. Surge o conceito do “milagre brasileiro” ou “milagre econômico”,³⁹ baseado numa política fiscal de incentivo e isenções que beneficiou o capital nacional e a entrada do capital estrangeiro no país. Além disso, segundo a autora, essas ações governamentais favoreceram exponencialmente o desenvolvimento da economia metalmeccânica no país, e impulsionaram também, a cultura de consumo, principalmente de bens duráveis e manufaturados (ARRUDA, 2004).

No entanto, mesmo numa fase de ajustes (repressão) governamentais provocados pelo regime civil-militar (1964-1985), os investimentos econômicos voltados à indústria, especialmente do ramo metalúrgico, sugerem pensar que essas práticas de investimento eram a principal bandeira de progresso/desenvolvimento do país. Assim, é possível que se compreenda que boa parte das ações de repressão social

³⁹Segundo Earp e Prado (2007, p. 219), “a expressão ‘milagre econômico’ foi usada pela primeira vez em relação à Alemanha Ocidental. A rapidez da recuperação desse país na década de 1950 foi tão inesperada que muitos analistas passaram a chamar o fenômeno de ‘milagre alemão’. A expressão foi posteriormente repetida para o crescimento japonês na década de 1960. Finalmente, na década de 1970, a expressão ‘milagre brasileiro’ passou a ser usada como sinônimo do *boom* econômico observado desde 1968”.

ficava no anonimato ou ainda invisível, já que eram fortes as propagandas promovidas pelo governo militar no período em que prevaleceu esse regime.

SEGUNDO CAPÍTULO

3.1 DISCURSOS ACERCA DA INDUSTRIALIZAÇÃO EM JOINVILLE

Tu és a glória dos teus fundadores, És monumento aos teus colonizadores, Oh! Joinville, Cidade dos Príncipes, Oh! Joinville, Cidade das Flores. Às margens do Rio Cachoeira, Um dia o audaz pioneiro, Plantou do trabalho a bandeira. E se deu corpo e alma, ao torrão brasileiro. E se hoje o bravo imigrante, Que tua semente plantou, Com a força e o vigor de um gigante. Nas mãos com que, em preces, ao céu suplicou.⁴⁰

Em meados da década de 1970, Joinville já consolidava suas bases econômicas, estas relacionadas ao setor têxtil e metalúrgico, fontes de uma economia estável. Os discursos carregados de ideologias planejadas buscam reforçar os méritos do progresso, os quais podem ser observados na composição da letra do hino da cidade. Nesse, é possível verificar que, de forma saudosa, atribui-se “glória” aos “fundadores” ou “colonizadores” que, a partir de 1851, nesse município se estabeleceram. Nessa narrativa heroica, não se destaca a imigração germânica, mas sim o imigrante de forma geral. De certa maneira, isso causa controvérsia, pois os demais enredos históricos da cidade aparecem carregados de sentidos e valores conferidos aos germânicos e a seus descendentes. Não há qualquer referência, na composição do hino, às populações que habitavam as terras que correspondem à cidade de Joinville atualmente, antes da chegada dos imigrantes a partir de 1851. É na produção dos primeiros estudos historiográficos sobre a cidade que se imprimem os desejos de uma “cidade ideal”, voltada para a ordem do trabalho e do progresso, sendo, esse, fruto da ousadia heroica do imigrante alemão e dos seus descendentes.

⁴⁰As três estrofes do Hino de Joinville mostram o quanto a narrativa idolatra seus colonizadores. Letra de Cláudio Alvim Barbosa. Melodia por Cláudio Alvim Barbosa. O Hino de Joinville, intitulado “Joinville, Cidade das Flores” foi oficializado como Hino do Município de Joinville pela Lei Municipal no 1.527, em 1º de julho de 1977.

A cidade de Joinville é qualificada por diversos adjetivos. Exaltam-se o heroísmo e o progresso de seus imigrantes. Buscam-se os sentidos mais nobres e belos de uma cidade que projetou sua história baseada no sucesso que somente alguns ofícios puderam proporcionar. É importante ressaltar que as construções acerca do trabalhador “contente, feliz e disciplinado” são parte de um discurso que acompanha a história desse município desde seus tempos remotos. O jornalista Heráclito Lobo, em um artigo publicado em 1957, reforça a ideia de uma cidade com trabalhadores disciplinados e satisfeitos com suas atividades profissionais:

Joinville tem que ser vista e sentida, nas aparências e no íntimo de sua vida, para poder ser conhecida. Por seus calmos cenários urbanos, edificadas sobre a tranquilidade e a pacatez das existências plácidas, não trai a febril inquietação de trabalho que constitui o fundo de sua existência afadigada, operosa e produtiva. Joinville é a cidade silenciosa. Não há nela os estridentes roncões de buzina, [...] toda a sinfonia rumorosa e irritante que faz enfermar os ouvidos das grandes metrópoles barulhentas e agitadas. Existem as sirenes, os automóveis e o rádio. Mas parece que todos se guiam pela disciplina e educação que nascem como instinto das sugestões do panorama tranquilo que é o todo da cidade desapressada e discreta. E, entretanto, uma vida profundamente intensa, nas dramáticas convulsões da fecundidade do progresso, se processa nas estranhas jovens da cidade-menina, onde se desenvolve o germe da grandeza futura, lançado pela mão do trabalhador.⁴¹

O discurso jornalístico local assume o compromisso de consolidar a imagem de uma “cidade ideal”, projetada para o progresso e para a disciplina de seus trabalhadores. O autor passa a ideia de que, no final da década de 1950, Joinville já era uma metrópole. Porém, preservou o silêncio que agrada os ouvidos de sua população. Esse tipo de narrativa continua nos dias atuais, reforçando os ideais de uma identidade coletiva e projetada para os sujeitos, assim como Foucault

⁴¹LOBATO, Heráclito. Página antiga para o dia de hoje. *A Notícia*, 9 de mar. 1957, v. 35, n. 7.085, p.8.

(2011) fala em a *Ordem do Discurso* ao apontar o jogo das palavras dentro do discurso da história, mesmo que não contemple as circunstâncias do presente. Logo, o crescimento econômico do município é pensado como fruto da “força” de trabalho de uma população operária que foi disciplinada e aprendeu com seus patrões o “doce sabor” das conquistas.

A historiografia local (tradicional) analisada mostra uma cidade em expansão industrial desde as primeiras atividades produtivas das últimas décadas do século XIX. Sempre o personagem principal desse feito é o empreendedor germânico que, sobremaneira, soube disciplinar seus operários (TERNES, 1986). No pensamento de Ternes, o trabalho edifica o homem e estabelece a ordem de uma cidade destinada ao progresso industrial. O mesmo concorda que a terceira economia piloto de Joinville é o setor têxtil e que este representou por décadas o município como uma referência para o estado de Santa Catarina dentro desse ramo econômico.

É importante ressaltar que a indústria têxtil, em Joinville chamada de parque industrial têxtil até meados do século XX, consolidou-se a partir da chegada da ferrovia, em 1910, que integraria a cidade com o resto do país. Salienta-se ainda que o município já tinha anteriormente o benefício da Estrada Dona Francisca, construída entre 1858 e 1883. Essa estrada ligou a colônia ao planalto paranaense, facilitando a integração daquela área de produção com o respectivo mercado de exportação de erva-mate via Joinville, haja vista a sua proximidade com o porto de São Francisco do Sul, considerado até os dias atuais um dos mais importantes do estado de Santa Catarina (TERNES, 1984).

No início da década de 1880 surgem as primeiras indústrias têxteis e metalúrgicas em Joinville. A fábrica têxtil mais antiga é a Döhler S.A., fundada em 1881. Após esse período, inúmeras malharias se instalam no município. Do ramo metalúrgico, a primeira empresa é a Metalúrgica Wetzell S.A., fundada em 1856. Porém, até meados do século XX, essa representação econômica não era expressiva na cidade. O desenvolvimento do setor metalmeccânico começa a ganhar espaço no município a partir de 1960. Na década de 1970, essa economia passou a caracterizar a cidade como um importante polo industrial do setor no estado de Santa Catarina. Assim, gradativamente, as atividades têxteis envolvidas na severa crise, iniciada na década de 1970, deixam de ser a principal economia local. No entanto, é preciso reafirmar que essa

economia predominou em Joinville até a metade do século XX. (CUNHA, 2008; TERNES, 1986).

O Jornal *A Notícia*, em setembro de 1999, divulga uma matéria em que responsabiliza o governo nacional pela crise do setor têxtil em Joinville e demais municípios do estado de Santa Catarina. A partir de 1970, inúmeras malharias têm suas atividades econômicas afetadas, levando, inclusive, boa parte delas à falência. Segundo essa fonte, a causa principal foi a abertura das importações para esse mercado. Os produtos de países do Sudeste Asiático (especialmente) entraram com facilidade devido aos subsídios fiscais concedidos pelo governo. O preço de venda chegava a ser inferior ao de custo dos produtos brasileiros.⁴² Acredito que outras hipóteses também podem ter influenciado o fechamento de muitas fábricas têxteis em Joinville. Destaco a valorização do setor metalmeccânico principalmente, beneficiado pelas políticas governamentais no final da década de 1960. A década seguinte foi marcada por parcerias (incentivos fiscais e financiamentos) entre empresas e governo, cujo objetivo era acelerar o desenvolvimento dessa economia industrial no município. Outro motivo pode estar relacionado à falta de mão de obra, haja vista o salário oferecido aos operários e operárias da metalurgia no período, era superior. Assim, muitos acabaram se desligando dessas fábricas e migraram para essa nova vertente de trabalho, a qual acabou por caracterizar a base econômica dessa cidade até os dias atuais.

Em Joinville, observa-se que as empresas do setor têxtil, em sua maioria, faziam parte da evolução profissional do fundador, que começava desenvolvendo pequenas atividades e ia ampliando o negócio e crescendo junto com a cidade. Na maior parte dos casos contavam, a princípio, apenas com a mão de obra familiar, e aos poucos iam gerando renda e, conseqüentemente, empregos. A historiadora Iara Andrade Costa diz que os empresários viam na indústria têxtil a inspiração do desenvolvimento industrial, pois no final do século XIX o município possuía um setor econômico muito diversificado e diferente de outros centros industriais do país. A autora também afirma que a cidade nasceu e cresceu sob a lógica do trabalho, da economia e da cultura do capitalismo nacional e internacional (COSTA, 1996). A defesa de um lugar oxigenado⁴³ pelos princípios do trabalho é assunto corriqueiro na historiografia local, bem como nos discursos da imprensa, que reiteram

⁴²Caderno AN Economia. *A Notícia*, 12 de set. 1999 p. 9.

⁴³Uso o termo “Oxigenado” para, referir-me ao um lugar marcado pela ideia do sucesso advindo dos ofícios benéficos que o trabalho pode proporcionar.

a imagem de Joinville como uma cidade ideal para se ter sucesso econômico e ser feliz.

O historiador Stanley Stein analisa o desenvolvimento da economia têxtil em Santa Catarina e diz que, simultaneamente aos demais estados brasileiros, nas últimas décadas do século XIX e primeiras do século XX, também este estava envolvido por uma onda de industrialização das atividades relacionadas a essa economia (STEIN 1979). Segundo o autor, durante essas primeiras décadas, as fábricas têxteis brasileiras atendiam a uma demanda de produtos pouco sofisticados. As vestimentas eram confeccionadas com o tecido ainda em seu estágio bruto. O fornecimento era destinado às camadas mais pobres da população e trabalhadores escravos. Novas tecnologias empregadas nas fábricas têxteis e a abertura desses produtos para o mercado externo a partir das primeiras décadas do século XX até meados desse período fizeram esse setor vivenciar a solidez de uma economia global e industrializada no país (STEIN 1957). Sua análise nos ajuda a compreender o desenvolvimento dessa manufatura no Brasil, bem como a importância da mesma para consolidar os primeiros vestígios de uma economia global industrializada.

Enfim, em Santa Catarina, a indústria têxtil surgiu no final do século XIX difundindo-se, principalmente, nas regiões que correspondem, atualmente, ao Vale do Itajaí, Blumenau, Brusque, Joinville e Jaraguá do Sul. O historiador Walter Piazza aduz que o desenvolvimento dessa economia no Sul do país coincidiu com a imigração europeia, que foi atraída pelas campanhas estatais firmadas entre as empresas colonizadoras e as políticas governamentais do período (século XIX). Logo, centenas de famílias germânicas chegaram ao litoral catarinense em busca de melhores condições de vida (PIAZZA, 1983). Em Joinville, o desenvolvimento da manufatura têxtil foi, de fato, o primeiro que movimentou consideravelmente a economia do município. Em pouco tempo se tornou um dos principais polos industriais do país, defendendo-se para a cidade, por isso, a denominação de "Manchester Catarinense", referência à cidade inglesa de mesmo nome.

Para Niehues (2000), já havia decorrido meio século da fundação da colônia e Joinville ainda mantinha uma produção com características artesanais e rurais. “A situação começou a modificar-se depois da Primeira Guerra Mundial” (NIEHUES, 2000, p. 85). Segundo a autora, a crise do fornecimento de produtos de necessidades básicas do

mercado europeu também afetou a cidade. Nesse sentido, acredito que os reflexos dessa crise europeia e os investimentos do governo nacional na industrialização do país colocaram muitas cidades na rota das ações econômicas, entre elas Joinville, que visava o abastecimento interno da economia e a projeção para o mercado externo. Diante disso o empresariado joinvilense, com o apoio governamental, toma suas “bandeiras” e cria seus “slogans” frente ao desenvolvimento industrial do município.

3.2 JOINVILLE NA “CORRIDA INDUSTRIAL”: OS ANOS DE 1970 E DE 1980 E A ATUAÇÃO DOS GOVERNOS MILITARES

Para situar Joinville na onda de desenvolvimento industrial ocorrida no Brasil, no intervalo acima referido, se faz necessário observar algumas políticas nacionais que visavam a preparar o país para o crescimento de sua economia. A pesquisa do historiador Nicolau Sevcenko (2006), responsável pela organização de uma série de artigos presentes no livro *História da Vida Privada no Brasil Vol.3*, nos ajuda a perceber o quanto a industrialização afetou o setor público e o privado do final do século XIX, estendendo-se para as primeiras décadas do século XX.

No final do século XIX, a cidade do Rio de Janeiro, então a capital do Brasil, sofre uma série de transformações com o objetivo de apresentar atrativos para investidores estrangeiros. Foi tomada como exemplo e houve um verdadeiro arrastão promovido no período como medida necessária para a “modernidade”. Centenas de famílias foram expulsas do centro da cidade, onde havia os antigos casarões conhecidos como cortiços. Esses espaços foram destinados aos novos projetos urbanísticos. Entre eles, a pavimentação de ruas largas, praças e uma nova arquitetura predial a fim de melhorar o visual paisagístico e urbano de uma “metrópole” supostamente beneficiada pelo progresso industrial. Tais mudanças, de imediato, causaram inúmeras alterações sociais na vida da população. Sob novas perspectivas econômicas, o início da República brasileira vive uma verdadeira revolução que afetou diretamente o setor público e o privado. Mulheres e homens são inseridos nessa nova ordem social e econômica, estabelecida a partir das ações governamentais colocadas como modelo a ser seguido, inclusive para as cidades que também estavam sendo modificadas pela onda da economia industrial (SEVCENKO, 2006).

Vale destacar que em Joinville os estudos historiográficos não apontam para drásticas mudanças provocadas pelo poder público em função da industrialização. A cidade foi crescendo e junto com ela a população e a formação de novos espaços de habitação. As mudanças paisagísticas ocorreram no entorno das fábricas. Bairros se formaram a partir da maciça presença dos migrantes (especialmente no período de 1960 a 1980) que para essa cidade acorreram em busca de trabalho. O contexto histórico acerca do desenvolvimento industrial desse município se aproxima do que ocorreu em São Paulo. Maria Auxiliadora Guzzo Decca apresenta, em sua pesquisa, dados sobre a formação de importantes bairros que nasceram com a instalação das fábricas e que também, em seu entorno, passaram a abrigar o operariado. Esses novos espaços de habitação em Joinville, como em São Paulo, são considerados bairros industriais. Essa denominação se deve à proximidade das indústrias e das respectivas moradias de seus trabalhadores (DECCA, 1987).

O crescimento populacional relacionado ao desenvolvimento industrial em Joinville fez surgir diversos problemas sociais e ambientais. O geógrafo Nilton José Cristofolin (2013) fala sobre a ocupação desordenada em áreas de manguezais. Seu foco é o bairro Boa Vista, que fica nas proximidades da Fundação Tupy S.A. Tanto o bairro quanto a empresa estão localizados, quase que em sua totalidade, em cima do mangue. Hoje as áreas de manguezais são protegidas pelas leis ambientais. Porém, até final da década de 1980, a cidade estava com seu olhar fixo no crescimento da economia industrializada. Logo, os problemas gerados pela falta de planejamento habitacional colocaram o município em situações delicadas. Algumas famílias já foram retiradas de áreas de preservação ambiental e outras aguardam a ajuda do poder público local. Sem aprofundar a análise, mas mencionando outro problema sério, tem-se a carência de grandes investimentos nas áreas sociais, uma vez que o fluxo migratório à época fez de Joinville a mais populosa cidade do estado de Santa Catarina (CRISTOFOLIN, 2013). O município vivenciou, nesse período, seu maior crescimento industrial e populacional, porém a infraestrutura não acompanhou esse desenvolvimento e o poder público atual não consegue sanar muitos dos problemas sociais que se arrastam até os dias atuais.

Considero os séculos XIX e XX como marcos importantes dentro das transformações sociais, econômicas e urbanas no Brasil. Não há fábricas sem chaminés e não há produção sem mão de obra. Diante

disso, as mudanças práticas são inevitáveis. Assim, cada estado brasileiro fez de suas bases econômicas o terreno para o desenvolvimento industrial, mesmo que isso, de certa forma, compromettesse negativamente alguns setores.

Quando o assunto é a industrialização brasileira, são comuns, na historiografia, as evidências de que a economia cafeeira foi o produto que impulsionou o Brasil rumo ao desenvolvimento industrial. Esse não é um dado que se pode tomar como referência para muitos estados brasileiros. Em Santa Catarina, destaco Joinville como exemplo dessa observação. O desenvolvimento das primeiras atividades que deram caminho à economia industrializada não contaram com a produção cafeeira nesse município, bem como no Sul do país.

Para o historiador José Miguel Arias Neto, a produção cafeeira é entendida como a principal atividade econômica da República brasileira nas primeiras décadas do século XX, pois pode ser considerada a manifestação mais forte do desenvolvimento industrial do país. O autor defende que essa atividade contribuiu, consideravelmente, desde o século XVI, para o desenvolvimento industrial da nação (NETO, 2008). Logo, a exportação do café e do açúcar, segundo o mesmo autor, estimulou outros setores econômicos no Brasil, como, por exemplo, as práticas comerciais e o desenvolvimento do sistema bancário, os quais promoveram, gradativamente, o mercado interno, principalmente após o ano de 1888. Para esse escritor, os três principais fatores que alavancaram a industrialização podem ser compreendidos da seguinte forma:

Com a abolição da escravidão, o governo imperial liberou créditos para a lavoura e adotou uma política emissionista mais flexível que, ao lado da enorme safra cafeeira e da entrada de capitais estrangeiros, provocou uma euforia nos negócios. Somente no Rio de Janeiro havia, em 1889, 14 bancos, 26 empresas industriais, 4 de estradas de ferro e 3 de navegação (NETO, 2008).

Esse conjunto de mudanças no cenário econômico do Brasil, afirma o autor, influenciaram, certamente, as relações de trabalho. A expansão do emprego remunerado resultou no aumento do consumo de mercadorias, conforme se pôde constatar. Ainda em sua análise, Neto (2008) destaca a abolição do trabalho escravo e a imigração no Brasil pós-abolição, pois se estima que esses dois acontecimentos tenham

colaborado para compor a mão de obra assalariada e o crescimento acelerado da população no país, como ocorreu na região Sul. Ainda no calor dessas atividades, a sociedade brasileira vivencia um dos maiores acontecimentos no campo político, a Proclamação da República, em 1889. Assim, da primeira fase da “nova ordem” política até as primeiras décadas do século XX, a expansão cafeeira foi, talvez, a que mais contribuiu para as novas etapas do processo industrial brasileiro (NETO, 2008).

Embora o Brasil contasse com algumas indústrias desde a metade do século XIX, a falta de maiores investimentos tecnológicos na produção nacional colocou a demanda de consumo sob a dependência do fornecimento de produtos considerados de necessidade básica. Em seus estudos, Juarez Rubens Brandão Lopes (2008) pondera que a industrialização no Brasil se fez como uma alternativa à crise de importação de produtos industrializados, em razão da dependência do fornecimento externo (LOPES, 2008). A crise mundial e os conflitos sociais acentuados no final do século XIX e primeiras décadas do século XX deixaram os países que dependiam do fornecimento de produtos em situação de emergência. Para o autor, repousa aí um dos principais alicerces do desenvolvimento da indústria nacional no Brasil. Assim, a crise no abastecimento interno de produtos de necessidade básica foi um importante acontecimento, pois obrigou o governo brasileiro a utilizar mecanismos de incentivo às indústrias nascentes nesse período.

Niehues (2000), tal qual Lopes (2008), também afirma que o ápice da indústria nacional brasileira foi durante o primeiro conflito mundial (1914-1918). Em tese, esse episódio provocou grande transtorno no abastecimento de produtos estrangeiros. Nesse sentido, os autores destacam o momento como fator decisivo para a expansão das atividades industriais no Brasil. A produção nacional começou a diversificar, no entanto, limitava-se somente à produção daqueles produtos que empregavam pouca tecnologia, como no setor têxtil e alimentício, além de fábricas de sabão e velas (NIEHUES, 2000; LOPES, 2008).

As análises sobre a industrialização brasileira estão pautados em diversos caminhos e possibilidades de análise. Neide Lopes Patarra (2003) acrescenta que o quadro da crise no abastecimento de produtos industrializados no Brasil contribuiu para a intensificação da indústria brasileira. Para tanto destaca, entre os principais fatores, o crescimento acelerado dos grandes centros urbanos, graças ao fenômeno migratório,

e o êxodo rural no final do século XIX até meados do século XX.⁴⁴ Considera que foi a partir dessa migração que houve um grande aumento de consumidores, apresentando a necessidade de produzir bens de consumo para a população (BETARRA, 2003). A autora considera, ainda, que as colônias no Sul do Brasil, fundadas a partir da imigração europeia, assumiram posição relevante no desenvolvimento da economia mercantil, uma vez que houve articulação no consumo urbano. Nessas colônias, a ausência do predomínio do trabalho escravo significou, também, o favorecimento ao surgimento do trabalho assalariado.

O tema “industrialização brasileira” ocupa um vasto campo bibliográfico atualmente. A palavra “indústria” vem associada às mais diversas práticas de trabalho, das pequenas oficinas artesanais, da produção açucareira até a do café. Porém, como já mencionado, cada região do Brasil apresenta sua especificidade de indústria ou de atividades econômicas que podem ser responsabilizadas pelo seu desenvolvimento industrial.

O período mais significativo dentro do processo de industrialização econômica no Brasil é o compreendido entre 1930 e 1980. Antes de 1930, o país dependia muito do fornecimento externo. Na visão de Celso Furtado (1976), o desenvolvimento da economia industrial acontece no mesmo período em quase todos os estados brasileiros:

O processo de industrialização começou no Brasil concomitantemente em quase todas as regiões. Foi no Nordeste que se instalaram, após a reforma tarifária de 1844, as primeiras manufaturas têxteis modernas e, ainda em 1910, o número de operários têxteis dessa região se assemelhava ao de São Paulo. Entretanto, superada a primeira etapa de ensaios, o processo de industrialização tendeu naturalmente a concentrar-se nessa região. A etapa decisiva de concentração ocorreu, aparentemente, durante a Primeira Guerra Mundial, época em que teve lugar a primeira fase

⁴⁴Sobre os processos migratórios no Brasil ver: PATARRA, Neide Lopes. Movimentos migratórios no Brasil: tempo e espaços. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Ciências Estatísticas, 2003. Disponível em: http://www.lep.ibge.gov.br/ence/publicacoes/textos_para_discussao/textos/texto_7.pdf.

de aceleração do desenvolvimento industrial nacional [...] (FURTADO, 1976).

Para Furtado (1976), é a partir das instalações das primeiras fábricas têxteis que o Brasil começa a dar os primeiros passos rumo à economia industrializada global. O autor, assim como boa parte dos demais teóricos citados nesse trabalho, destaca o primeiro conflito mundial como um dos principais responsáveis pelo aceleração dos investimentos tecnológicos na indústria brasileira.

Acredito que o desenvolvimento da indústria metalmeccânica foi significativamente importante para o processo de consolidação da industrialização brasileira ocorrido na segunda metade do século XX. Isso porque a indústria de bens de consumo durável impulsionou o desenvolvimento brasileiro durante o Plano de Metas criado no governo do Juscelino Kubitschek (1956 - 1961).⁴⁵ Destaca-se também a implementação dessas metas durante a Era Vargas (1930 a 1945). A partir daí, o Brasil começa a caminhar rumo a uma cadeia de produção de diversos bens de consumo final, como é o caso do setor automobilístico, por exemplo, que necessitava do desenvolvimento de uma indústria de base que alavancasse o crescimento do setor metalmeccânico no país. Os principais produtos do setor metalúrgico que podem ser citados são: laminação e fundição de aço, ferro, além da produção de maquinário para agricultura e indústria, uso doméstico, equipamentos hidráulicos e aerotécnicos. Logo os estados brasileiros, assim como a indústria têxtil observada por Furtado (1976), e a metalurgia também, passam a se desenvolver concomitantemente colocando o país de forma mais sólida no contexto das economias globais. Na região norte do estado de Santa Catarina, o setor da economia que mais se destaca é o metalmeccânico, com ênfase para algumas empresas que compõem esse setor e que são as maiores nesse ramo no país. No caso de Joinville, desde os idos de 1970, a Tupy ocupa esse papel.

Para Furtado (2004), o setor metalmeccânico e o agronegócio foram os mais beneficiados a partir da década de 1960. O autor ressalta que os investimentos (estatais) contribuíram para melhorar as

⁴⁵O plano consistia no investimento em áreas prioritárias para o desenvolvimento econômico, principalmente infraestrutura (rodovias, hidrelétricas, aeroportos) e indústria. Nesse plano, o principal alvo era o desenvolvimento da metalurgia brasileira.

tecnologias do setor estimulando, assim, o desenvolvimento dessa atividade, e colocando o Brasil em condições de competitividade frente ao mercado externo (FURTADO, 2004).

Apresento essa pequena análise sobre a industrialização brasileira a fim de mostrar como o país caminhou rumo a essa “nova ordem” econômica nascida na Inglaterra durante o século XVIII, bem como para inserir Joinville nesse panorama levando em conta suas especificidades políticas, sociais e econômicas.

No final do século XIX e primeiras décadas do século XX, Joinville crescia rapidamente, demandando novos serviços e produtos. Pequenas oficinas, a maioria quase artesanais, começaram a se disseminar, gerando empregos e contribuindo para o desenvolvimento da indústria metalmeccânica na cidade que ainda vivia sob os efeitos do ciclo da erva-mate. Nesse ínterim, o município passa a apostar nessa “nova ordem” econômica com o objetivo de se tornar uma economia expressiva no mercado nacional e internacional. Logo a história econômica joinvilense foi definindo seus olhares acerca do “sucesso” industrial, bem como em relação à criação dos personagens responsáveis por esse feito. Os reflexos dessa “corrida” industrial no Brasil, principalmente durante as décadas de 1970 e 1980, são assunto recorrente nos jornais que circularam na cidade de Joinville nesse período, onde as fábricas, com suas chaminés, se faziam presentes e eram beneficiadas pelos incentivos estatais. Esses registros evidenciam diversos discursos a respeito do desenvolvimento industrial no município.

Sobre a industrialização joinvilense, Gruner (2003) segue praticamente o mesmo olhar de Michels(1997) ao defender que as indústrias desse município podem ser analisadas no âmbito da industrialização metalmeccânica em Santa Catarina. Diante disso, percebe-se que os incentivos fiscais deram condições para que algumas empresas, escolhidas pelos agentes governamentais, entrassem na rota do crescimento industrial. Para tal, em 1965 houve, em alguns municípios de Santa Catarina, estudos por parte dos agentes do regime civil-militar. Nessa primeira etapa de ciclos de estudos no estado, Joinville, Blumenau e Florianópolis foram consideradas áreas de segurança nacional. Sobre esse assunto, o periódico *Correio da Tupy*, em 7 de setembro de 1965, divulga a matéria destacando a importância do município estar entre os lugares sem “violência” popular. Considera-se importante o fato da cidade ser apontada pelo governo como uma das

áreas de tranquilidade sem a presença de conflitos ou qualquer outra agitação por parte da população.

O apoio da Tupy aos governos militares é demonstrado desde a posse (golpe) do primeiro governo do regime, assim como expõe o periódico *Correio da Tupy* em 1964. A página é dedicada à posse do primeiro governo militar e esta é aclamada como um dos momentos mais nobres da política brasileira naquele momento. O anúncio diz que:

Em 31 de março as Forças Armadas Brasileiras deram passos decisivos, numa Revolução Anticomunista, legítimo movimento libertador, a fim de dar ao país novamente a serenidade e a segurança de que tanto necessita para seguir em direção a dias sempre mais gloriosos. Voltou o Brasil à trilha da verdade da democracia, garantia legítima da Liberdade, da Tolerância e da Paz. Palavras do presidente: “Venham a mim os brasileiros e irei com eles para, com o auxílio de Deus e com a serena confiança, buscar os melhores dias, os horizontes do futuro”!⁴⁶

Tamanha foi a ênfase dada pelo periódico *Correio da Tupy* à “posse” do primeiro governo do regime que fica evidente o apoio da empresa nessa tomada de poder no país em 1964. Por outro lado, é certo pensar que não foi só essa companhia que aclamou a nova ordem política, mas a burguesia empresarial na sua maioria. Até final de 1980 havia uma prática comum dentro da Tupy que era homenagear publicamente o “operário padrão”, aquele que mais produzia e cumpria todas as normas. Essas solenidades aconteciam em datas importantes como, por exemplo, primeiro de maio, com a presença de pessoas ilustres de Joinville e de muitos militares. O presidente Emílio Garrastazu Médici esteve por diversas vezes nesses eventos e entregou pessoalmente o certificado do tal reconhecimento ao trabalhador “padrão”.⁴⁷ Enquanto essa prática permaneceu na empresa, não há registros de que alguma mulher operária tenha sido homenageada dentro dessa especificidade. Vale destacar, também, que esse reconhecimento era aplicado aos operários do chão de fábrica.

⁴⁶Brasil tem novo presidente. *Correio da Tupy*, 1 maio de 1964, p. 3.

⁴⁷A Educação Moral e Cívica sob o governo do presidente Médici. *Correio da Tupy*, março de 1971, p.10.

O periódico *Correio da Tupy* publicou inúmeras informações e imagens relacionadas ao cenário político dos militares. Isso prova relações estreitas e amistosas entre o governo e a empresa. A divulgação das notícias da nação, nos periódicos da fábrica, evidencia os laços e os interesses comuns, sociais e econômicos do país e da Tupy.

Rocha (1997) relata que a Fundação Tupy, fundada em 1938, nasceu de uma pequena ferramentaria. A empresa passou por vários presidentes, sendo o mais emblemático o Sr. Albano Schmidt. Segundo sua pesquisa, o fator decisivo para seu desenvolvimento econômico ocorreu a partir da década de 1970, quando os investimentos começaram a se voltar para o setor de autopeças com dois projetos do Grupo Executivo da Indústria Automobilística e empréstimos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e do Banco Internacional de Desenvolvimento - BNDES (ROCHA, 1997). Com os benefícios das linhas de crédito, a Tupy cresceu rapidamente e consolidou-se como uma das mais importantes indústrias do município. Sua história de crescimento, segundo a autora, tornou-se visível nas décadas de 1970 e 1980, justamente no período em que a empresa mais se beneficiou das parcerias de apoio estatal oportunizadas pelas linhas de incentivo financeiro. Desse modo, se defende a ideia de que foram essas ações governamentais as que mais contribuíram para a solidez econômica dessa indústria.

Sobre os militares em Joinville a serviço da Segurança Nacional, o periódico *Correio da Tupy* (set. de 1965, p. 8) registra o fato que apontou, segundo a análise militar, o município como uma das áreas de “Segurança Nacional”, o que favoreceu investimentos estatais junto ao grupo empresarial.

Os Ciclos de Estudos foram estabelecidos logo após a tomada do regime civil-militar em 1964. Essa ação é definida, também, pelo Serviço Nacional de Informação (SNI). O objetivo era identificar possíveis inimigos ou contrários à política implantada pelos militares. Não encontramos informações de por quanto tempo esse plano estratégico esteve a serviço das relações de poder dos militares. Acredito que é possível pensar que enquanto o governo esteve solidamente no comando do país, usou de todas as ações julgadas necessárias à sua administração sem que houvesse posições contrárias.

Figura 1- 1º Ciclo de Estudos em Santa Catarina sobre Segurança Nacional.

7 de Setembro de 1965 CORREIO DA TUPY — Pág. 3

Florianópolis — Blumenau — Joinville

1.º Ciclo de Estudos em Santa Catarina sobre Segurança Nacional

INICIATIVA DA ASSOCIAÇÃO DOS DIPLOMADOS DA ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA LEMA: "COR UNUM ET ANIMA UNA PRO BRASÍLIA"

SANTA Catarina vive, durante o mês de agosto próximo findo, uma das mais vibrantes fases de sua "vida cívica", desfilando-se na "Pera Branca" em Joinville, o 1.º Ciclo de Estudos sobre Segurança Nacional, uma promoção da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (A. D. E. S. G.).

Homens e mulheres das mais diversas camadas sociais e das mais variadas ocupações e profissões tiveram oportunidade de adquirir ampla e sólida base de conhecimentos fundamentais com o Bem-Estar da Nação Brasileira.

INICIALMENTE, houve diversas comemorações assim como a instalação no dia 1.º de Setembro, em Florianópolis, tendo participado os dois grupos formados de cidadãos das cidades de Blumenau e Joinville, respectivamente as comunidades mais populosas e mais distantes de Santa Catarina.

APÓS cinco de três semanas de estudos, com a participação de renomados homens públicos e conferencistas, realizou-se no sábado de Blumenau, no monumental Teatro Carlos Gomes, a sessão solene de encerramento, presideada pelo Sr. Daniel Tórres, com a participação de todos os participantes.

Tudo veio a ocorrer no nome da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra — "Cor Unum et Anima Una Pro Brasíliá!" — "Um Coração e Uma Alma Pelo Brasil!"

A MAIOR sinceridade e a mais expressiva cordialidade receberam entre todos os participantes do 1.º C. E. S. N. que estiveram na encenação, Florianópolis. — O litúrgico acta foi colhido quando o Dr. Dieter Schmidt, Comandante da Almirante Álvaro Bastos Torres, foi colhido da recepção no 5.º Distrito Naval.

A CARAVANA da "Pera dos Principes" (Teatro) da Escola Superior de Guerra o brase de Joinville, no estado precedido pelo Dr. Dieter Schmidt, que fez a seguinte declaração: "Almirante Álvaro Bastos Torres (Comandante do 5.º Distrito Naval). — Na foto, o momento em que o Almirante Álvaro Torres e o Sr. Kárlar S. J. Paul (Coordenador do 1.º C. E. S. N.) examinam a valiosa obra (conferenciada na Escola Técnica Tupy), que trata, como já foi referido, a equitativa expressão: "Uma Alma Brasileira Magnífica" — "Também é Minha a Grandeza do Brasil!"

NOTAS

1. "O FOVO catarinense é um povo bravo e laborioso, que não aceita ser tratado de maneira humilhante pelo Brasil". — Alm. Álvaro Bastos Torres no receber os participantes do 1.º C. E. S. N. em Florianópolis.

2. "A SUA arca já consulto, por si mesma, uma verdadeira obra de arte, a ser levada a termo. Alm. Álvaro Bastos Torres, referenciando Dr. Dieter Schmidt, da sede do 5.º Distrito Naval.

3. "... JOINVILLE, que tão expressivamente contribuiu para o empadronamento econômico e industrial do país, prova a forte capacidade intelectual no setor da Segurança Nacional, demonstrando o civismo de sua gente, sempre pronta a colaborar com as autoridades competentes em tudo a que se relaciona com o Bem-Estar da Nação Brasileira". — (De uma nota publicada na "A Notícia" — Joinville).

4. "NÓS não devemos desviar nada do futuro, o futuro é que tem o direito de ser o que é e não o que não é". — Sr. Daniel Tórres, no Teatro Alvaro de Carvalho, em Florianópolis.

5. "... ELE trata da Segurança Nacional com seriedade, mostrando aos frequentadores, através de suas palavras, a importância, para o Brasil, de todas as causas que a afetam ou podem afetá-la economicamente e politicamente, promovendo a estabilidade social, a democracia brasileira dos polítronicos oportunistas, a fidelidade de princípios, as doutrinas exóticas e a submissão a conceitos genopolíticos". — (De um comentário lançado no dia 2.º — "A Notícia" — Joinville).

CIVISMO

... EM GOVERNO no qual a Justiça, imposta a todos os brasileiros com igual senão, seja uma âncora do Estado; um governo que se não colha nem o malvado, nem o malvado dos ditames públicos; um governo que todos, sem distinção, se sintam garantidos nos seus direitos e prerrogativas. Um governo, enfim, que se imponha como segurança para que todos possam viver, trabalhar e prosperar num ambiente de confiança". — (Presidente Cláudio Buarque de Gusmão — "A Revolução e o Comunismo" — em Recife).

JOINVILLE — BLUMENAU — Foi das mais cordiais e fraterno o contato entre os componentes das duas caravanas de Joinville e de Blumenau. — A foto de lado, colada no Palácio do Governo, em Florianópolis, mostra um grupo de distantes cidadãos dessa próspera cidade de Vale do Itajaí, quando participaram de prolongado contato navio entre o Diretor Schmidt (ao centro), Presidente da Associação Comercial e Industrial de Joinville, e o Coronel Bento Ribeiro (extremo à esquerda), Presidente de Associação

Fonte: Correio da Tupy, 1965, p.8.

Em Joinville, o primeiro ciclo de estudos por parte dos agentes da Escola Superior de Guerra do Brasil foi em 1965. A análise de interesse governamental propunha mapear as áreas de segurança nacional, haja vista o objetivo da viabilização de projetos econômicos ligados ao desenvolvimento industrial no país junto ao empresariado. Michels (1997) diz que o Desenvolvimento e a Segurança faziam parte

de uma doutrina elaborada pelo governo no período e estava pautado no projeto que tinha por finalidade colocá-lo em consonância com o Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) do governo do General Emílio Garrastazu Médici (MICHELS, 1997, p. 194-6). Logo, identificada a região de “Segurança Nacional”, o PND era apresentado aos governos dos respectivos estados ou municípios.

O Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES), um dos mais notáveis centros de estudos no período pré-revolucionário e também no período revolucionário, destaca as relações amistosas entre o empresariado e as Forças Armadas no Brasil. Empresários de diversos segmentos econômicos e empresas multinacionais declaravam apoio ao governo antes e depois da tomada do poder em 1964. O IPES procurava disseminar a ideologia antipopulista e anticomunista. Para isso, se utilizava de fontes como: mídia, sindicatos, educação, assistência social, análises e pesquisas econômicas, publicações e promoção de livros, entre outras. Conforme os estudos sobre o regime militar no país, René Armand Dreifuss diz que o IPES “era o núcleo de uma elite orgânica empresarial de grande visão, uma força-tarefa estrategicamente informada, agindo como vanguarda das classes dominantes” (DREIFUSS, 1981, p. 185). Acredito que diante das informações que o IPES apresentava em suas análises, os agentes das Forças Armadas do país estabeleciam suas ações “preventivas” junto às possíveis manifestações populares.

A tomada de poder pelos militares em 31 de março não foi um mero golpe militar, mas um movimento civil-militar. O complexo IPES, o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e os oficiais da Escola Superior de Guerra (ESG) organizaram a tomada do aparelho do estado e estabeleceram uma nova relação de forças políticas no poder. Nesse cenário político da história brasileira começam as ações governamentais junto à elite empresarial. Grandes empreendimentos industriais, financeiros e de interesses multinacionais acumularam vários postos na nova base governamentista.

O programa estatal que emergia da direita, apoiado pelos ativistas do IPES, impôs uma modernização da estrutura socioeconômica e uma reformulação do aparelho do Estado, o que beneficiou as classes empresariais e os setores médios da sociedade em detrimento da população trabalhadora. Dreifuss (1981) colabora para essa análise quando expõe que havia uma “elite orgânica” de orientação empresarial que contribuiu de forma positiva tanto nos acontecimentos sociais que antecederam 1964 quanto com o apoio após a chegada dos

militares ao poder. O autor chama essa ação de “golpe de classe” (DREIFUSS, 1981). Essa é uma das reflexões que mais nos ajuda a entender o apoio dispensado pela Tupy ao regime civil-militar. Essa aliança entre empresários e governo pode ser entendida também como um caminho de mão dupla, vez que os benefícios fiscais e financeiros oportunizados pelo sistema financeiro possibilitaram um crescimento econômico rápido para muitas empresas em solo brasileiro.

Em 9 de abril de 1965, o periódico *Correio da Tupy* dá amplo destaque à Revolução Anticomunista no Brasil. Informa o primeiro aniversário da ação que colocou os militares no poder: “31 de março de 1964, data de alto significado: Democracia, Liberdade e Cristianismo. Assim, registramos a passagem do primeiro aniversário da Revolução Anticomunista que eclodiu nessa data”.⁴⁸ O posicionamento da Tupy, em apoio ao regime governamental, caminha na direção de um olhar voltado ao “sucesso” que as ações do governo poderiam proporcionar para todos. A ideia do crescimento econômico, associado à Segurança Nacional, é um discurso quase que permanente da burguesia empresarial, principalmente nos primeiros anos da tomada do poder. Enfim, são inúmeras as manifestações de apoio e admiração registradas no jornal da Tupy. Dizeres que enaltecem a pátria e o civismo foram explorados em diversas páginas desse informativo: “Maravilhosa Pátria Brasileira: trabalho, produção e prosperidade”.⁴⁹ Até meados da década de 1980, o *Correio da Tupy* reiterava em suas publicações a imagem da indústria e da Segurança Nacional. Penso que o objetivo era manter o trabalhador sob o sentimento de proteção em relação ao seu emprego.

Em Joinville, são poucos os registros na imprensa sobre os Ciclos de Estudos em prol da Segurança Nacional. Em Florianópolis, o jornal *O Estado* divulgou algumas notas sobre o tema: “O ciclo de estudos sobre Segurança e Desenvolvimento visa a difundir os conceitos preconizados pela Escola Superior de Guerra quanto aos temas de segurança e desenvolvimento” (*O Estado*, 1970, p. 12).⁵⁰ Acredito que esse conjunto de ações faça parte das percepções acerca dessa nova ordem governamental reinante no país. Seus agentes buscavam realçar a magnitude e a iminência das possíveis ameaças à segurança nacional.

⁴⁸Revolução Anticomunista no Brasil. *Correio da Tupy*, 9 de abril de 1965, p. 4.

⁴⁹Civismo: A Maravilhosa Pátria Brasileira. *Correio da Tupy*, 10 de jul. de 1964, p. 7.

⁵⁰*O Estado*, Florianópolis, 22 de jul. 1970, nº 16436, ano 56, p. 12.

Em tese, os militares veem com alarme a probabilidade e a iminência das ameaças à segurança do Estado e sentem-se responsáveis por alertar a nação sobre a gravidade das supostas interferências. No entanto, é preciso observar que o interesse não era só o de identificar as regiões seguras para o sistema. Havia a preocupação com as questões econômicas e as possíveis demandas do poder bélico, caso houvesse no Brasil um levante popular. Dessa forma, as parcerias (incentivos fiscais e empréstimos via Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico - BNDE) entre os empresários e o governo exigiam a adoção de uma postura de alerta constante em relação à probabilidade de ameaças populares contra o sistema vigente.

A Tupy foi muito beneficiada, dada a sua especialidade de produção, visto que os interesses do governo estavam voltados às hipóteses de produção de armamento bélico em caso de real necessidade. Foi devido à parceria estabelecida entre essa empresa e o governo que a mesma passou a receber importantes empréstimos, de acordo com notícias do *Correio da Tupy* publicadas em 1975.

Embora as discussões bibliográficas sobre a “parceria” da Tupy com os governos militares sejam parcas, é possível constatar que essa empresa recebeu consideráveis benefícios estatais, os quais ajudaram a alavancar seu crescimento enormemente. O auge dos acordos políticos entre governo e empresa se deu no final da década de 1960 e continuou na década seguinte. Gruner (2003) aponta que os interesses governamentais dos militares ao tomarem Joinville como “força aliada” tinham como fim, de certa forma, firmar eventuais compromissos relativos à produção de materiais bélicos. Temia-se, durante o regime civil-militar, que pudesse ocorrer um levante popular. Nesse sentido, seria primordial para o governo brasileiro contar com seus “aliados” no fornecimento de produtos bélicos sem a preocupação de ter que importar (GRUNER, 2003).

Figura 2 – Representantes do governo e do BNDE repassam o maior empréstimo à Fundação Tupy

CORREIO DA TUPY

— Março/Abril/1971

CONCEDIDO À FUNDAÇÃO TUPY S. A. O MAIOR EMPRÉSTIMO JÁ FEITO PELO BNDE A UMA EMPRESA PRIVADA

A comunidade catarinense - especialmente a Joinvilense - recebeu com enormes demonstrações de satisfação a notícia auspiciosa deste acontecimento empolgante.

Se o apoio do BNDE à Fundação Tupy já não é extraordinário, pois em ocasiões anteriores referido estabelecimento de crédito foi expressivo na sua colaboração - dois aspectos ressaltam, de grande significado: o montante do crédito oferecido à Tupy e a presença pessoal do próprio Presidente do BNDE na fábrica, para assinar o competente contrato, demonstrando, assim, o alcance do projeto aprovado, que se vincula aos planos de desenvolvimento de nosso país.

A data de 3 de abril de 1971 marca uma etapa, nova e grande, nas atividades da Fundação Tupy que, havendo apenas há poucos meses inaugurado a fase de duplicação, foi chamada pelos poderes públicos e pelos consumidores de fundidos a aplicar sua tecnologia em empreendimento ainda maior, ou seja, triplicar sua capacidade de produção, para, além da ampliação do volume da linha normal, (conexões, autopistas e ferragens eletrotécnicas), entrar firme na produção de blocos para motores, cabecotes e peças de grande peso, visando tanto o mercado nacional como o internacional.

O lançamento de uma tão grande meta merecia revestir-se de solenidades especiais, o que se efetivou com a vinda a Joinville do Presidente do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, Dr. Marcos Pereira Vianna, acompanhado de Dr. Alberto dos Santos Abade e Dr. Euricles Pereira, da alta administração do BNDE.

O evento contou com a presença de autoridades dos Governos Estadual e Municipal e dirigentes de indústrias, que receberam os Ilustres visitantes, na Escola Técnica Tupy.



O Prefeito de Joinville, sr. Pedro Ivo Figueiredo de Campos, dando as boas-vindas a Dr. Marcos P. Vianna.

Na foto: Dr. Paulo M. Aguiar, Secretário dos Serviços Públicos de S. Catarina e representante do Governador, congratulando-se com Dr. Marcos P. Vianna e Dr. H. Dieter Schmidt, Presidente da Fundação Tupy.

O Sr. Roland Jennings, Presidente da Motores Perkins, salda o Ilustre visitante. A Motores Perkins é grande interessada no suprimento de blocos para motor e cabecotes, com a marca



Fonte: Correio Tupy, 1971, p. 4.

Ainda sob a análise de Gruner (2003), o maior crescimento da Tupy foi a partir dos incentivos estatais de 1968 a 1980, resultado do acordo com o governo do período. Assim como já citado, na eventualidade de o país ser tomado por manifestações contrárias ao

sistema governamental, a empresa passaria imediatamente a produzir armamento bélico. Em troca, a Tupy recebeu empréstimos para expandir a produção. Com isso, o crescimento de seu capital foi de aproximadamente 650%, de 1971 a 1981. Em 1971, a empresa tinha um patrimônio líquido de 17 milhões de dólares, passando para 125 milhões dez anos depois (GRUNER, 2003). Logo, defende-se a ideia de que foram os investimentos estatais que fizeram da Tupy uma das maiores empresas do município, o que também pode ter ocorrido com outras empresas de Santa Catarina e do Brasil. Essa solidez econômica pode estar relacionada ao fato de que não houve manifestações populares de magnitude no país a ponto de essa fundição mudar seu foco de produção para armamentos bélicos, como previam as estimativas dos acordos. Salienta-se, ainda, que a Tupy não foi a única beneficiada pelas ações governamentais: Embraco, Cia Hansen e Consul (entre outras) também receberam incentivos dos órgãos estatais durante os planos estratégicos de desenvolvimento da indústria metalmecânica no município.

Michel Goulart da Silva (2012) ressalta que as políticas ou parcerias entre os governos militares e os blocos econômicos, principalmente durante a década de 1970, “contribuíram também para a demanda de consumo de bens, predominantemente de determinados ramos da indústria, como o setor automobilístico, que liderou a expansão industrial do período” (SILVA, 2012, p.28). Segundo as observações do autor, o Brasil estabeleceu ou redesenhou com suas diretrizes econômicas novas necessidades de consumo, o que elevou o país ao conceito de economia globalizada e diversificada.

Ainda em sua análise, Silva (2012) destaca que em Santa Catarina, entre 1971 e 1973, o aumento do PIB foi de 52,2%, correspondendo a uma taxa média anual de 15%, principalmente durante o governo de Colombo Salles (1971-1975). Os efeitos desse crescimento industrial colocaram o setor metalmecânico do estado catarinense em posição de destaque e de otimismo financeiro nesse período considerado importante para as regiões afetadas pela “bandeira” do “milagre econômico” (SILVA, 2012). Dessa forma, a região Sul assume papel importante na economia metalmecânica desde a década de 1970.

Goularti Filho (2007) também apresenta alguns dados sobre as ações governamentais, mormente aquelas voltadas à produção metalmecânica durante a década 1970, período expressivo de crescimento industrial no país. O Plano Nacional de Desenvolvimento I e II (PND) consistia em elevar as taxas de crescimento econômico do país, bem como aumentar os índices de exportações da indústria

nacional. Essas ações ou investimentos fizeram surgir a expressão “Milagre Econômico”, defendido pelo governo brasileiro como uma prática de desenvolvimento da nação, especialmente entre os anos de 1969 e 1973, em que o país atingiu os melhores índices de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB).. Nesse período, o PIB brasileiro cresceu a uma taxa de quase 12% ao ano, enquanto a inflação beirava os 18%. Com investimentos internos e empréstimos do exterior, o Brasil avançou consideravelmente na produção da indústria nacional gerando milhares de emprego no período (GOULARTI FILHO, 2007).

A “nova ordem política” implantada no Brasil em 1964 e a instabilidade econômica pela qual o país passava levam o governo a pensar num plano de emergência baseado no desenvolvimento da indústria nacional, haja vista a dependência de importações, um dos problemas vivenciados pela nação. Logo, o que se percebe não é apenas um novo sistema governamental, mas a necessidade de um plano econômico que caminhe junto com o “novo” comando político. O economista Carlos Lessa expõe que:

A colocação das indústrias básicas como setor líder da industrialização; o fortalecimento da grande empresa nacional restabelecendo o ‘equilíbrio’ da organização industrial; e o aprofundamento das relações externas com as retificações necessárias para aumentar o ‘grau de independência da economia Nacional, com relação a fatores externos, no quadro de uma política mundial interdependente, em suas articulações recíprocas, compõem o projeto de Nação-Potência do governo Geisel. Este projeto guarda grande semelhança com o projeto nacional desenvolvimentista da década de cinquenta e, em parte, apresenta conotações ideológicas assemelhadas (LESSA, 1988, p. 53).

O Plano Nacional de Desenvolvimento (PND I e II) acarretou intensa movimentação de trabalhadores em diversos setores da economia. Como já dito, os maiores investimentos estatais foram destinados para a indústria metalmeccânica brasileira, pois era nesse setor que estava a maior necessidade de produtos. Então, a demanda por mão de obra pode ter sido maior em atividades relacionadas ao setor metalúrgico entre as décadas de 1970 e 1980.

Em paralelo ao Plano Nacional de Desenvolvimento (PND I - II), outro projeto apresentado estava voltado para o Litoral Sul de Santa Catarina, área de abrangência da Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul-SUDESUL⁵¹. Esse plano/projeto de metas voltado ao crescimento da economia industrial pode ser interpretado como um elo importante no cenário da economia brasileira, pois era estratégico para o fortalecimento do desenvolvimento industrial do país devido principalmente à produção de carvão e enxofre na região. A partir dos resultados positivos do PND “foram criados ainda o III PND, sendo que no II, 55,1% do total dos investimentos na região Sul era destinado apenas ao SUDESUL” (GOULARTI FILHO, 2007. p. 473).

O campo historiográfico sobre o processo de fusão dos metais no Brasil é amplo. Como o objetivo não é dissertar sobre a historiografia nacional desse setor econômico, referenciamos apenas o trabalho do geógrafo Lima Miguel Bohomoletz (1999) a fim de situar o contexto nacional dentro das primeiras práticas da economia relacionada ao setor metalúrgico no Brasil. Segundo esse autor, as primeiras atividades metalúrgicas remontam aos anos de 1557. Segundo ele, a siderurgia brasileira tem como marco histórico a instalação de uma pequena produtora de ferro por Afonso Sardinha, em 1557, em São Paulo. No entanto, o período de desenvolvimento da economia metalmeccânica no país é apontado pela historiografia a partir das primeiras décadas do século XX. O estado de Minas Gerais é considerado pioneiro no setor metalúrgico, além de concentrar o maior parque do setor no país. A Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira, fundada em 1917, e a Companhia Siderúrgica Mineira aparecem entre as primeiras empresas metalúrgicas do país. Assim, em pouco tempo, surgem outras desse mesmo segmento industrial em outros estados brasileiros. A usina de Monlevade (João Monlevade/MG, onde, após sucessivas expansões, ainda se encontra a unidade da Belgo-Mineira) foi inaugurada em 1939, sendo na época a maior siderúrgica integrada a carvão vegetal do mundo. Logo, a expansão desse setor aparece em diversas regiões do Brasil. Vale destacar que uma das siderúrgicas de maior visibilidade econômica nessa atividade é a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) fundada em 1946, em Volta Redonda, Rio de Janeiro. Essa se tornou no país a maior usina produtora de aço da América Latina (BOHOMOLETZ, 1999).

Em Joinville, a indústria metalmeccânica aparece em meados do século XX como um importante setor de desenvolvimento econômico

⁵¹SUDESUL - Foi criada a partir da Lei nº 5.365, de 01 de dez. de 1967.

do município e referência no estado de Santa Catarina. Cabe observar que no final do século XIX, a engenharia metalúrgica já apresenta sinais de representatividade na economia local, ainda que as empresas tivessem pequena movimentação de seus produtos no mercado. As indústrias mais antigas desse segmento na cidade são a Indústria de Fundação Tupy S.A. (1938) e a Metalúrgica Wetzel S.A. (1856).⁵² A expansão desse setor se deu de forma gradativa, tendo como marco temporal importante a década de 1960. Os dois conflitos mundiais são apontados pela historiografia local como acontecimentos que contribuíram para o desenvolvimento da indústria nacional. Assim, a metalúrgica evoluiu, pois a necessidade de investimentos tecnológicos voltados ao setor metalmeccânico buscou aperfeiçoar os processos de melhoria da produção, além de fomentar novas aplicações, como nos setores automobilístico, eletrônico e aeroespacial. Dessa forma, à época, se apresenta uma economia industrial diversificada, com fábricas de tecidos, de produtos alimentícios, fundições e indústria mecânica.

O geógrafo Gerd Kohlhepp (1968) observa que em Joinville as atividades de fundição produzem para a indústria automobilística, para as fábricas de geladeira, de compressores, de tubos de plástico e de conexões, e são líderes em suas especialidades na América Latina. Esses produtos fazem parte da economia global. Ressalta, ainda, que o município foi beneficiado em seu desenvolvimento industrial por sua posição geográfica, já que fica próximo a um dos mais importantes portos do estado de Santa Catarina, o Porto natural de São Francisco do Sul, fortemente expandido nos últimos anos. A boa ligação rodoviária com Curitiba e com o sul do estado, como também uma ligação ferroviária com o Planalto, mais o aeroporto, apresenta uma boa infraestrutura de transportes no município, facilitando o escoamento de sua produção industrial (KOHLHEPP, 2008).

Os planos econômicos implementados pelo governo tinham como objetivo mudar o foco das exportações brasileiras para que fosse possível exportar não só produtos primários, mas também produtos industriais ligados ao ramo da metalurgia. Para atender às novas necessidades do mercado, os governos estaduais, a partir dos incentivos fiscais, passaram a apoiar no país a indústria metalmeccânica, esta

⁵²Sobre esses dados ver: **História econômica de Santa Catarina**. Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Do Instituto Histórico e Geográfico. <www.cfh.ufsc.br>.

servindo como suporte às propostas econômicas voltadas ao desenvolvimento industrial brasileiro.

A Associação Comercial e Industrial de Joinville (ACIJ) traz um levantamento estatístico chamado de *Guia de Joinville em dados, 2013*.⁵³ Nesse documento, são evidenciadas algumas informações como percentuais relativos aos segmentos econômicos e a infraestrutura do município.⁵⁴ Assim, essa cidade redesenhou suas bases de desenvolvimento industrial e ocupa um *ranking* importante na economia do estado de Santa Catarina.

O Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* de Joinville é considerado pelos índices apontados como um dos maiores no Brasil, chegando a R\$ 14.402,70, ocupando a 1ª posição no estado e tendo participação de 0,41% no PIB do país. O PIB *per capita* de Santa Catarina é de R\$ 12.159,00, registrando o 5º lugar no país. Joinville é o terceiro pólo industrial da região Sul, abaixo apenas de Porto Alegre e Curitiba.⁵⁵

A localização das empresas teve papel fundamental para a definição do sentido de ocupação urbana da cidade. Joinville, que até a década de 1960, tinha um sentido de expansão norte-sul, com maior concentração na área Sul, modifica totalmente esse sentido com a instalação de quatro grandes empresas (Tupy, Consul, Embraco e Grupo Hansen) em áreas até então periféricas da cidade, localizadas nas zonas norte e leste, ocasionando um crescimento urbano para áreas até então pouco habitadas e que mantinham características agrícolas.

A matéria do *Jornal de Joinville*, publicada em 18 de novembro de 1975 sob o título *Alcançou pleno êxito o encontro da construção civil em Joinville*, mostra os reflexos provocados pela industrialização no cenário urbano-habitacional joinvilense. Novas paisagens passam a integrar a cidade, sendo que cada fase de desenvolvimento econômico, segundo o jornal, implica mudanças nesse espaço.⁵⁶

⁵³Informações disponíveis no endereço <http://www.acij.com.br> e na sede da ACIJ (Av. Aluísio Pires Condeixa, 2550 - Saguaiçu, Joinville - SC, 89221-750).

⁵⁴**Fonte: ACIJ** - Associação Comercial e Industrial de Joinville – ACIJ (2013). Segmentos de negócios em Joinville: 78% Indústrias; 18% Comércio e 4% Serviços. Disponível em: <http://www.acij.com.br>

⁵⁵Fontes: Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior, IBGE (2010), FIESC, SEBRAE, IPPUJ, Secretaria da Fazenda do Município e Prefeitura Municipal de Joinville.

⁵⁶Alcançou pleno êxito o encontro da construção civil em Joinville. *Jornal de Joinville*. 18 de nov. de 1975, p. 7.

Em 1975, acontece em Joinville o primeiro encontro entre os empresários da indústria e os empresários da construção civil. O encontro foi noticiado na época pelo periódico *Correio da Tupy* e contou com a participação dos líderes sindicais, políticos de diversos segmentos legislativos do país e do núcleo industrial da cidade de Joinville. A pauta que mais interessava era a liberação das verbas para dar início à construção dos conjuntos habitacionais⁵⁷, sendo esses distribuídos no entorno das empresas já citadas. “532 Casas para os colaboradores da Fundação Tupy. Velho sonho começa a ser realidade”⁵⁸, o primeiro conjunto habitacional em Joinville foi construído para os operários da Tupy.

A questão habitacional ganhou manchetes na cidade. A Tupy era, nesse momento, a mais interessada num plano habitacional, já que a maioria dos seus trabalhadores eram migrantes recém-chegados no município. É justamente nesse período que a cidade recebe seu maior contingente de migrantes (operários e operárias) que chegam buscando trabalho. Os primeiros custos de permanência em Joinville eram pagos pela empresa, o que, em tese, onerava a folha de pagamento além do que se pretendia pagar como salário ao operário na época.⁵⁹

⁵⁷COHAB do Aventureiro; Itaguara; Comasa; Costa e Silva e Ademar Garcia. Esses foram os primeiros cinco conjuntos habitacionais construídos em Joinville, a partir das políticas da COHAB. A média de moradia no complexo residencial gira em torno de cem a cento e cinquenta famílias. Hoje os planos habitacionais são chamados de “Minha Casa Minha Vida”, porém, do ponto de vista burocrático, não houve muita alteração. <http://www.ippuj.sc.gov.br>

⁵⁸Habitação para nossos operários. *Correio da Tupy*. 2 de jun. 1969, p. 5.

⁵⁹Problemas Habitacionais. *Jornal de Joinville*. 18 de nov. 1975, p. 7.

Figura 3- Encontro dos empresários da construção civil e da indústria joinvilense com o ministro do Banco Nacional de Habitação.



Fonte: Correio da Tupy, 1975, p. 8.

A construção das COHABs e a implantação dos “Distritos Industriais” criaram, na cidade de Joinville, um novo cenário social. Essas mudanças impulsionaram novas paisagens urbanas, bem como novas relações sociais no cotidiano advindas principalmente do grande fluxo migratório nas décadas de 1960 a 1980. Pessoas das mais variadas regiões do estado do Paraná e do interior de Santa Catarina deslocaram-se para Joinville em busca de melhores condições de vida e trouxeram,

em suas bagagens, seus costumes, crenças etc. Hoje, a representação da população germânica é composta por uma pequena parcela da população joinvilense, haja vista o contingente migratório acentuado em meados do século XX, o que diversificou o cenário das etnias no município. Dados mostram que, em média, 70% da população é de migrantes de diversas etnias, segundo informações do IBGE (2010).

A falta de trabalhadores em Joinville nas décadas de 1970 a 1980 foi um dos principais fatores de mudanças de diversas ordens sociais na cidade. Gruner (2003) enfatiza a corrente migratória quando observa que a “farta” oferta de trabalho atraía as pessoas que necessitavam de novas oportunidades de sobrevivência: “atraídos pelas luzes da cidade e pelo ‘espetáculo’ das máquinas e motores, alimentaram a corrente migratória que perdurou intensamente entre as décadas de 1960 e 1980” (GRUNER, 2003, pp. 128-129). Diante desse “espetáculo” de desenvolvimento industrial e a necessidade de operários e operárias, o grupo empresarial do município empreende campanhas publicitárias em diversas regiões do estado do Paraná e municípios de Santa Catarina. O alvo era atrair pessoas que viviam em regiões afetadas pela crise agrícola ou enchentes que devastaram muitas regiões desses estados entre as décadas de 1970 e 1980.

3.3 MANCHESTER CATARINENSE NA CORRIDA POR MÃO DE OBRA

Todo mundo dizia: Ah, Joinville é melhor de emprego. Eu tinha um vizinho [...] ele virou a me atentar: “Vamos pra Joinville, vamos pra Joinville. Eu digo: ‘Tá, então vamos’. Viemos.”⁶⁰

Boas férias, descanse bastante. Na volta, traga um amigo para trabalhar com a gente. É bom trabalhar entre amigos⁶¹

⁶⁰SILVA, Manoel José. Entrevista concedida a Valdete Daufemback Niehues. Joinville, 25 jul., 1998. (Acervo Núcleo de História Oral – Arquivo Histórico de Joinville – AHJ).

⁶¹Dizeres de um dos panfletos do final da década de 1970 que continha informações sobre a Tupy.

Vale observar que vários foram os motivos que atraíram a vinda de grandes quantidades de habitantes da zona rural para os centros urbanos: busca de emprego, mecanização da produção rural, fuga de desastres naturais (secas, enchentes etc.), qualidade de vida, necessidade de ensino para a família e serviços públicos (hospitais e transportes, por exemplo). Diante das dificuldades enfrentadas no campo, não foi difícil sensibilizar as populações rurais, já que as campanhas publicitárias empreendidas, principalmente pela Tupy, nas décadas de 1970 a 1980, visavam a atrair mão de obra para a empresa mediante promessas de melhores condições de vida.

Os recrutadores de mão de obra da Tupy davam preferência aos homens solteiros, já que para esses era mais fácil conseguir acomodações nas imediações da empresa. Segundo relato de um dos recrutadores da empresa entre os anos 1970 e 1980, período em que o Sr. Verner Lemke trabalhou no setor de recursos humanos, acomodar em quartos de pensão trabalhadores solteiros era mais tranquilo, principalmente porque os cômodos, em boa parte, eram de uso coletivo e não ofereciam condições adequadas para abrigar casais ou mulheres:

Nós dávamos preferência para os solteiros. Casados não trazíamos, porque não tínhamos estrutura. [...] Nós tínhamos pensões no Boa Vista. Tinha uma com cerca de 1.200 leitos. [...] Nós tratávamos com o dono da pensão, ele dava cama, chuveiro pra pessoa tomar banho e nós dávamos o café da manhã, almoço e janta. Isto ele fazia no refeitório da empresa. Quando ele chegava, a primeira coisa, colocávamos o homem lá na pensão.⁶²

A empresa bancava as despesas com essas moradias num período de três meses. Segundo a assistente social Marlene Silveira Custódio (1999), era uma forma de manter esse trabalhador pelo menos nos três primeiros meses, período que era destinado à experiência no posto de trabalho.

A Tupy pagava para a pessoa que alugava os quartos para os empregados, para garantir que eles

⁶²LEMKE, Verner. Entrevista concedida a Valdete Daufemback Niehues. Joinville, 24 jun., 1999. (Acervo Núcleo de História Oral – Arquivo Histórico de Joinville – AHJ).

ficassem. Então eles tinham uma pensão garantida e próxima da empresa. Após esse período muitos recebiam ajuda da Tupy para construir suas casas. A empresa doava a madeira e eles se viravam com o resto.⁶³

Após o período de três meses, os operários solteiros ou casados gradativamente iam trazendo seus familiares. A Tupy manteve durante a década de 1970 recrutadores volantes em várias regiões do estado de Santa Catarina e do Paraná, principalmente naquelas localidades afetadas pela crise rural e enchentes. O Jornal *A Notícia*, principal meio de comunicação no período em Joinville, registrava preocupações com a falta de mão de obra na cidade. Cita a falta de trabalhadores como um dos principais motivos de entrave no crescimento industrial do município:

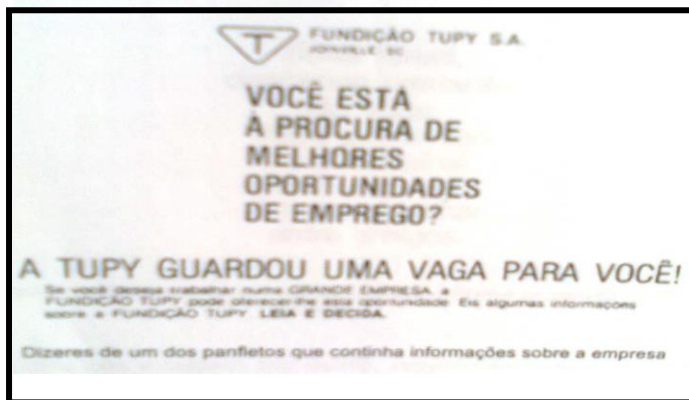
Joinville, o maior município em índice de industrialização, debate-se com o grave problema de escassez da mão de obra de todos os tipos. O empresário enfrenta a concorrência no mercado de trabalho. O SINE realizou, em Joinville, uma pesquisa entre os assalariados, no intuito de fazer um levantamento parcial da disponibilidade e das tendências no mercado de trabalho. É preciso trazer mais trabalhadores para a região, inclusive com qualificação profissional.⁶⁴

Assim, se percebe que no início da década de 1980 era ainda comum a busca por trabalhadores. A Tupy foi a empresa que mais empreendeu campanhas publicitárias. Produzia seu material de *marketing* e usava seus próprios operários para divulgar e atrair novos trabalhadores:

⁶³CUSTÓDIO, Marlene Silveira. Entrevista concedida a Valdete Daufemback Niehues. Joinville, 8 jun. 1999. (Acervo Núcleo de História Oral – Arquivo Histórico de Joinville – AHJ).

⁶⁴ PRIMEIROS passos positivos do SINE. *A Notícia*. Joinville, 31 jul. 1976. Editorial.

Figura 4 – Panfleto de propaganda da Tupy.



Fonte: Acervo Biblioteca da Tupy, 1981.

Eram vários os dizeres desses panfletos. Todos com o objetivo de atrair novos trabalhadores. Os mesmos eram distribuídos em pontos estratégicos de circulação da cidade de Joinville, bem como para os operários que saíam de férias, já que os mesmos, na sua maioria, eram de outros municípios do estado de Santa Catarina e do Paraná. Esses trabalhadores aproveitavam o período de férias para visitar amigos ou familiares de sua localidade de origem.

Niehues (2000) conta que, na entrega da cesta de brindes de final de ano para os funcionários, eram colocados panfletos que traziam informações sobre a empresa e, no verso, os dados a serem preenchidos pelos futuros operários. “Estes operários, saídos do campo, mantinham ligação com o local de origem, e retornavam à sua terra, ocasião em que a empresa costumava dar férias coletivas à maioria dos empregados” (NIEHUES, 2000, p. 105). Assim, boa parte da mão de obra na indústria joinvilense é fruto dessa campanha publicitária empreendida pelos dirigentes empresariais da cidade. A Tupy é citada como exemplo, mas, segundo Niehues (2000), outras empresas também usaram do mesmo instrumento de *marketing* para atrair a mão de obra operária para a cidade, especialmente nas décadas de 1970 a 1980.

Com o aumento dos grupos de operários em Joinville, a cidade passa a conhecer outras manifestações sociais. A historiadora Iara Andrade Costa (1996) afirma que os jornais noticiavam que as insurreições classistas, como as greves, eram certamente ocasionadas

por migrantes e caboclos. Essa “perda” de identidade atribuída à presença dos migrantes faz com que os discursos acerca da ideia da “vocação original para o trabalho” sejam constantemente lembrados por alguns autores, como Ternes (1984), por exemplo. Em linhas gerais, a migração é vista em Joinville como necessária para o desenvolvimento da economia industrializada da cidade. Por outro lado, ela sofre discriminação, pois é encarada como a causadora dos “malefícios” sociais. Enfim, ser migrante em Joinville é compartilhar da condição de corresponsável pelos problemas sociais que afetam o cotidiano urbano dessa cidade. As correntes migratórias do período trouxeram centenas de famílias com suas culturas e costumes para a região. Por isso, além das diversas mudanças estruturais, há o choque cultural, fator a ser observado na historiografia da cidade.

Em Joinville, as discussões a respeito do desenvolvimento industrial no tocante às práticas de trabalho, apontadas como responsáveis pelo crescimento dessa economia, têm sido, nas últimas décadas, um campo de estudo bastante explorado. De maneira geral, a historiografia local segue a visão dos historiadores que sugerem que a indústria joinvilense partiu de um fenômeno evolutivo do capital acumulado pela economia da erva-mate e pelo espírito “empreendedor” do núcleo empresarial do município, o que deu origem às atividades industriais do setor têxtil, metalúrgico e metalmeccânico.

O contato com a historiografia joinvilense leva o leitor, de imediato, a perceber as contradições entre os autores que defendem um ideário de cidade diferenciada, que apresenta em suas bases econômicas o espírito da disciplina voltada para o empreendedorismo germânico. Por outro lado, as discussões são calorosas quando o tema é a “cidade ideal” voltada ao tino industrial. Nesse sentido, as principais contradições aproximam-se das teorias Cepalinas, no Brasil e na América Latina. Esse novo pensamento ganha o espaço acadêmico na década de 1950 e vem sendo um importante tema de debate dentro das análises que buscam compreender os alicerces do cenário econômico em suas especificidades políticas e geográficas. Entre os discursos e a história de fato, é preciso observar o que Foucault (2011) diz sobre a “verdade” que se esconde nas entrelinhas e é manipulada por aqueles que detêm o interesse em dar visibilidade às suas práticas dentro do que lhes convêm.

Diante disso, ao percorrer a historiografia local, identificam-se os ideais relacionados ao mundo do trabalho e a defesa dele como um

dos maiores princípios de edificação daqueles que laboram (COSTA, 1996). O periódico *Correio da Tupy*, em uma de suas publicações, em 1976, reforça a ideia sobre a valorização das grandezas que o trabalho pode oportunizar para seus trabalhadores. "*Só tem direito à vida as pessoas que produzem e as que trabalham*"⁶⁵. Assim, Joinville estabelece a "ordem do trabalho". Logo, o trabalhador joinvilense acaba por ser envolvido nessa lógica "benéfica" que o trabalho pode oportunizar.

Vale destacar que os discursos que constituíram as bases de uma identidade coletiva diferenciada para Joinville podem ter servido como atrativos para a vinda dos migrantes para esse município. Assim, se justifica a corrida de milhares de pessoas em busca de melhores condições de vida. Acredito que o processo migratório tenha muita relação com as campanhas de *marketing* organizadas pelas forças políticas e empresariais locais. Portanto, esses acontecimentos provocaram mudanças de diversas ordens sociais e urbanas, também.

Entre as mudanças sociais ocorridas nesse processo migratório, aparece a figura da mulher migrante como operária na cidade. Sua presença nas atividades metalmeccânica em Joinville, logo era notada. A Fundação Tupy foi a primeira empresa desse ramo no município a contratar mulher para as atividades relacionadas às linhas produtivas da fábrica no início da década de 1970. Assim, homens e mulheres, gradativamente, são inseridos na lógica do trabalho e do capitalismo de uma "cidade ideal", inspirada na historiografia tradicional como um local oxigenado pelo dom de abrigar trabalhadores ordeiros e comprometidos com as práticas do seu ofício de produção.

Diante do desenvolvimento da economia industrializada, cada vez mais a mulher está presente em postos de trabalho que há poucas décadas eram destinados apenas aos homens. Pesquisas apontam que essa participação vem atingindo patamares consideráveis nos últimos tempos. Segundo dados da Central Única dos Trabalhadores - CUT (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos) - DIEESE CNM/CUT, de 2002 a 2012, apresentou um crescimento de 26%. Em 2002, a mão de obra de mulheres nas atividades do ramo metalúrgico era de 14% comparada a dos homens. O aumento em uma década foi de 18%. Nesses dados estão computadas apenas as atividades

⁶⁵*Correio da Tupy* 1976, N.6, p.1.

relacionadas à metalurgia.⁶⁶ Essa mudança revela que a presença dessa “força” de trabalho vem se intensificando em espaços onde, historicamente, o único personagem era o homem. Isso especialmente em atividades relacionadas ao ramo metalúrgico no país. Herdeiras de uma geração que fez a sua própria revolução, já ocupam importantes fatias nessa atividade industrial.

Nas atividades relacionadas ao setor têxtil, a mão de obra feminina predomina em muitas fábricas desde o início do século XVIII na Inglaterra, e gradativamente vão ultrapassando fronteiras. Os estudos sobre as operárias têxteis são extensos, tanto no Brasil como em outros países.⁶⁷

Em Joinville, são poucos os estudos sobre mulheres em atividades profissionais, especialmente as ligadas ao setor metalúrgico. A historiadora Janine Gomes da Silva (2004) apresenta uma das primeiras reflexões sobre mulheres em trabalho de fábrica no final do século XIX.⁶⁸ A autora não aponta em sua pesquisa um setor ou uma profissão específica pensada para o universo feminino. Fala das tensões sociais e dos espaços de sociabilidade ocupados por homens e mulheres. No entanto, sua análise aborda questões sociais relacionadas à história de mulheres germânicas e teuto-brasileiras no município, haja vista a existência de algumas barreiras culturais que permeiam o universo feminino.

A historiadora Jeisa Rech (2010) analisa as histórias dos namoros em Joinville na década de 1950, a partir das lembranças de seus entrevistados na pesquisa. Seu estudo abrangeu pessoas que vieram para o município para trabalhar. Por isso, os relatos envolvem o campo profissional. Boa parte das mulheres entrevistadas pela autora exercia funções remuneradas como domésticas. Ela salienta que para muitas jovens moças da época havia outro caminho profissional. Nesse caso, a maioria era encaminhada às fábricas têxteis (RECH, 2010). A autora cita, ainda, outras atividades pouco representativas em relação à

⁶⁶Fonte: Subseção do Dieese da Confederação Nacional dos Metalúrgicos - CUT (CNM/CUT) <www.cutsp.org.br/noticias/2013/03/11/crece-participacao-das-mulheres-metalurgicas-no-mercado>.

⁶⁷Sobre isso ver: HOBBSAWM, E. J. Da revolução industrial inglesa ao imperialismo. Rio de Janeiro: Forense-iversitária, 1979; STEIN, Stanley J. Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

⁶⁸SILVA, Gomes Janine da. **Tensões, trabalhos e sociabilidades**: histórias de mulheres em Joinville no século XIX. Joinville, SC: Ed. UNIVILLE, 2004.

presença feminina: fábrica de macarrão, pequenos estabelecimentos comerciais e economia rural.

Carla Bassanezi (2004), ao falar sobre mulheres no mercado de trabalho na década de 1950, afirma que havia muito preconceito na sociedade, pois, conforme suas reflexões, funções profissionais fora dos espaços domésticos no período eram interpretadas como incompatíveis com a capacidade feminina.

Perrot (2012), na obra *Minha história das mulheres*, faz importante análise sobre o trabalho delas fora dos espaços domésticos, nos diversos campos de atividades produtivas. A *costura*, como a autora destaca, foi, por séculos, a área de maior empregabilidade remunerada para as mulheres. Em outras áreas da economia industrial, a resistência à presença feminina foi notável. Segundo Perrot, havia a preocupação relacionada à desvalorização profissional a partir da ocupação delas. Vale destacar que o maior impacto do preconceito estava em setores ou atividades industriais historicamente masculinas: “as mulheres são raras na metalurgia e na construção mecânica, profissões viris mais qualificadas. Nas gráficas, os operários são contrários à sua admissão, considerada desvalorizante. Os ofícios do livro são nobres, logo, masculinos.” (PERROT, 2012, p. 120). Com base nesse olhar e em muitas outras discussões acerca da mão de obra feminina, presente nos mais diversos setores da economia, ainda se percebe, nesse início do século XXI, a discriminação, e a consequente desvalorização das funções que a mulher passa a desenvolver.

Cristina Bruschini (2000), ao analisar a participação da força de trabalho feminino no Brasil, mostra a intensidade e o crescimento da inserção da mulher no mercado de trabalho nos últimos anos do século XX e início do XXI: “Com um crescimento de cerca de 12 milhões e uma ampliação da ordem de 63%, a mulher desempenha um papel muito mais relevante do que o homem no crescimento da população economicamente ativa” (BRUSCHINI, 2000, p.13-58).

No entanto, mesmo com a crescente participação da mulher no mercado de trabalho em diversos setores da economia nacional, as diferenças salariais e profissionais entre homens e mulheres, segundo Bruschini, permanecem. Para a autora, a explicação para esses fatos repousa sobre a divisão sexual do trabalho em nossa sociedade, relacionada às diferentes atividades produtivas ou demais responsabilidades profissionais atribuídas a homens e mulheres.

Estudos apontados por Scott (1995) nos fazem perceber as definições dos papéis adequados para o homem e para a mulher. A

autora usa o conceito de gênero⁶⁹ para a definição dos papéis sociais que determinam as funções de cada um na sociedade. O mesmo expõe que as características masculinas e femininas não são de ordem natural ou biológica, são construções sociais, e indicam as funções desses indivíduos nos espaços que ocupam, por meio de um sistema de aprendizado, que se referem a diferentes hábitos, costumes e formas de pensar atribuídos a cada um dos sexos (SCOTT, 1995). Suas reflexões podem ser utilizadas para analisar e compreender o exercício dos papéis sociais presentes também no mercado de trabalho, em áreas produtivas de cultura masculina.

⁶⁹Gênero como uma categoria de análise que envolve as práticas sociais entre homens e mulheres dentro de um campo específico de estudos em que persiste a desigualdade, quase sempre sobre as mulheres.

TERCEIRO CAPÍTULO

4.1A INSERÇÃO DA MÃO DE OBRA DA MULHER NA INDÚSTRIA METALÚRGICA EM JOINVILLE (1970-1980)

Para o homem, a madeira e o metal. Para a mulher, a família e os tecidos.⁷⁰

A frase acima reflete ideias culturais as quais ajudam a promover a segregação profissional. As atividades de trabalho produtivo são projetadas e ocupam lugares específicos para o homem e para a mulher, mesmo que estas, em boa parte, fiquem no imaginário social e distante das práticas atuais. Muitas são as relações de poder que determinam os papéis de cada um numa sociedade por excelência capitalista. Foucault privilegia essa interpretação ao apontar a dinâmica da acumulação do capital entre “as mutações tecnológicas do aparelho de produção, a divisão do trabalho e a elaboração de técnicas disciplinares” (FOUCAULT, 1994, p. 195). A inserção e o crescimento da presença feminina em profissões remuneradas não aboliram as antigas “normas” de opressão e subordinação do seu universo.

Entender essa representação social atribuída à mulher, estranha ao âmbito doméstico, é pensar em fatores que possam ter influenciado a sua presença em atividades industriais: dificuldades econômicas na família; “emancipação” feminina; maior aceitação do trabalho feminino; diminuição do número de filhos; demanda por mão de obra no mercado industrializado; novos desejos de consumo e acesso às instituições de ensino.

Essa ideia pode ser compreendida em Foucault na obra *Microfísica do poder*, quando o autor afirma que “cada sociedade tem seu regime de verdade, sua ‘política geral’ de verdade: isto é, os tipos de discursos que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros” (FOUCAULT, 1979, p.12). Nesse sentido, Foucault nos ajuda a refletir sobre a criação dos papéis sociais representados como “certos ou verdadeiros” nos espaços de trabalho, os quais refletem constantemente as relações de poder.

Ainda que as mulheres sofram desvantagens relacionadas às relações de poder em suas funções laborais, não se pode negar que tal

⁷⁰PERROT, Michelle. CÔRREA, ÂNGELA M. S. (Trad.). **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2012, p. 119.

experiência vai além de suas necessidades monetárias ou sua emancipação social. Pode estar ligada a projetos de carreira, ascensão profissional e experiências de vida que, gradativamente, na contemporaneidade, enfraquecem os mecanismos sociais que qualificam as antigas características culturais atribuídas a elas. Nesse “enfrentamento sutil”, principalmente a partir de meados do século XX, a mulher em atividades produtivas passa a ocupar espaços de trabalho na sociedade que até então não eram permitidos à sua condição social. Mesmo diante das inúmeras barreiras ou preconceitos que dificultaram essa inserção, sua presença como já afirmou Bruschini (2000), estatisticamente, vem crescendo em relação ao homem.

O trabalho nas fábricas do ramo metalúrgico, até o início da década de 1970, era um campo masculino. Mudanças de diversas ordens, impostas pelo capitalismo industrializado, transformam o cenário das atividades profissionais. A historiadora Luciana Carlos Geroleti (2013) reforça essa ideia ao afirmar que a inserção da mulher no mercado de trabalho em profissões que até então pertenciam ao homem é um fato que marcou profundamente as relações sociais. Em sua análise sobre a inserção feminina no serviço bancário, objeto de sua pesquisa, isso fica claro. Segundo ela, as mulheres passam a se inserir nos bancos quando estes promovem a automação de seus serviços, assemelhando-se ao trabalho de escritório, profissão esta que foi a que mais empregou mulheres ao longo do século XX (GEROLETI, 2013).

Foram vários os motivos que permitiram o ingresso da mulher em atividades profissionais consideradas masculinas. Sua representatividade em cargos e funções cada vez mais diversificadas mostra sua crescente participação, especialmente em indústrias do ramo metalúrgico. Contudo, sua antiga situação de discriminação foi apenas atenuada, uma vez que as condições de sua presença no mercado ainda são inferiores em relação às dos homens. Além disso, mesmo emancipada profissionalmente, a mulher tem sido, muitas vezes, desafiada no que diz respeito ao desempenho de papéis ligados a questões de gênero, o que implica continuar sendo a principal responsável pelas tradicionais funções do lar e pelos cuidados da prole.

Neste capítulo dissertarei sobre a inserção do trabalho feminino nas atividades produtivas do ramo metalúrgico em Joinville a partir da década de 1970, bem como sobre os principais acontecimentos sociais e econômicos que envolvem esse fato. Para entender os impactos culturais e a própria trajetória da mulher operária nessas funções, é necessário compreender o perfil socioeconômico dessa cidadã, assim como as

situações pelas quais se permitiu sua participação nas linhas de produção da indústria metalmeccânica em Joinville.

4.2MULHER MIGRANTE EM JOINVILLE

Assim como o homem, a mulher migrante para a cidade de Joinville veio em busca de sua emancipação econômica. Ao chegar a esse município, sua colocação no trabalho fabril era praticamente imediata, haja vista a necessidade de mão de obra nas atividades produtivas que sofriam transformações provocadas pela substituição do modelo de produção taylorista-fordista. Nesse cenário consolida-se uma nova organização industrial, dentro desse binômio que busca a divisão das tarefas e o aceleração da produção. Nesse sentido, a Fundação Tupy S.A., que será citada constantemente nesse capítulo, se mostra entre esses dois principais modelos de produção, de tempo e de trabalho.

Assim, sob a égide da divisão social e sexual do trabalho, a mulher está presente como o maior contingente de trabalhadores nos setores onde predominam o trabalho manual repetitivo, numa articulação direta e indireta com as características femininas construídas socialmente: paciência, destreza e concentração. Características, estas, desenvolvidas historicamente/culturalmente e incorporadas às práticas produtivas da fábrica.

Os impactos da migração no processo de urbanização e desenvolvimento industrial em Joinville levam a cidade a retomar o discurso sobre a constituição do caráter de “cidade com vocação original para o trabalho”. Assim, os “novos” habitantes são inseridos no mercado de trabalho e ao mesmo tempo tomados pelas narrativas da “verdade” que permeiam as relações sociais no interior das fábricas, buscando, assim, o trabalhador ideal. Para essa etapa da dissertação serão analisadas as notícias publicadas nos jornais locais e nos periódicos da empresa Tupy, entrevistas que estão disponíveis no acervo de História Oral do Arquivo Histórico de Joinville (AHJ) e outros relatórios do acervo documental da Biblioteca da Fundação Tupy, além dos dados disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A inserção da mulher no trabalho metalúrgico em Joinville trouxe inúmeras mudanças, além do choque cultural, um dos mais notáveis nesse estudo. Ela ocupa espaço expressivo no mercado de

trabalho, no entanto, não se pode esquecer que as relações sociais mantêm viva a definição dos papéis ditos próprios para elas. Perrot (2012) esclarece esse pensamento quando fala dos valores agregados à “sutileza” da mão de obra feminina, da paciência e dos cuidados. Isso nos auxilia na compreensão da histórica divisão do trabalho, bem como em relação às interpretações sobre as profissões para homens e para mulheres.

Diante do déficit de mão de obra em Joinville e das fortes campanhas publicitárias citadas anteriormente, identifica-se que a maioria dos migrantes desse período foi absorvida para os trabalhos nas fábricas do ramo metalúrgico, uma vez que era nesse setor a maior necessidade de mão de obra. Embora não tenha sido possível o acesso aos cadastros dos trabalhadores da Tupy ou de outra empresa na cidade, do mesmo ramo industrial, é possível identificar que a Fundação Tupy foi a que mais se beneficiou com a mão de obra dos migrantes na época.

Dados do IBGE, referentes à década de 1970, mostram que a população rural representava 57% da população total no país, portanto, mais da metade do total de habitantes vivia no campo. Já pelo censo do ano de 2000, estima-se que apenas 21% da população brasileira vivia no campo, ou seja, a maior concentração de pessoas nesse início do século XXI era nos centros urbanos.

Na análise de Rago (2007) sobre as primeiras décadas do século XX, o período é considerado tenso para a vida da mulher no interior das fábricas. Havia, portanto, na sociedade, poucas discussões sobre os direitos dessas trabalhadoras, bem como os debates relacionados aos movimentos feministas ainda eram bastante discretos no Brasil.

Cabe observar que representatividade do trabalho feminino estive presente desde o início da Revolução Industrial (Inglaterra, século XVIII) nas fábricas, como mostra Eric Hobsbawm quando faz referência às fábricas da Inglaterra e à presença de mulheres e crianças: “Em 1838, apenas 23% dos trabalhadores das fábricas desse país eram homens adultos” (HOBSBAWM, 1979, p.64). Em Joinville, isso também ocorreu com a partir do advento da industrial têxtil datada nas últimas décadas do século XIX.

Sustento a hipótese de que a configuração social ou a divisão do trabalho, como colocam Perrot (2012) e Scott (1995), ainda é um problema a ser vencido pelas mulheres em trabalhos remunerados. Em tese, a mão de obra feminina prepondera, justamente, em atividades subsidiárias ao trabalho do homem, bem como nas consideradas leves e fáceis. Assim, se manipula a ideia de que a mulher fica “isenta” do

trabalho difícil e complicado, logo, se justifica a desigualdade salarial. Esse pensamento não se aplica só às atividades do ramo metalúrgico, mas também aos demais setores industriais. Logo, a mão de obra da mulher não está na fabricação da peça ou do tecido, mas sim nos diversos processos de acabamento. É nesse terreno que está a ideia de atividade profissional “leve”. Assim, sua valorização monetária também pode ser inferior.

Os postos de trabalho nas fábricas, em Joinville, desde o início do processo de industrialização, são ocupados, quase em sua totalidade, pela mão de obra migrante ou por pessoas que viviam às margens da sociedade. Silva (2004) observou que existe um imaginário nesse município que “desqualifica” o trabalho do chão da fábrica. Essa atividade, no início da industrialização, não era de “bom grado” para as “moças”, principalmente as “germânicas” nascidas na cidade. Portanto, o trabalho nas primeiras unidades industriais era destinado às mulheres migrantes chamadas também de caboclas ou brasileiras. Segundo Silva, “um aspecto relevante é a participação de mulheres no trabalho das fábricas. Uma participação que, segundo algumas memórias, se restringe apenas às mulheres brasileiras” (2004, p. 343). Essa denominação relacionada às mulheres é para aquelas que não eram de descendência germânica ou as luso-brasileiras. O trabalho a que a autora se refere está relacionado às atividades de produção em uma fábrica de charutos em Joinville no final do século XIX, na qual trabalhavam trinta operárias migrantes, caboclas, “brasileiras” que podem ser entendidas como migrantes também.

Até meados do século XX, mulheres jovens de origem germânica aprendiam os ofícios “nobres” do lar. Seu ingresso no mercado de trabalho estava relacionado ao perfil socioeconômico familiar. Muitas dessas “moças” trabalhavam em atividades subsidiárias de pequenos estabelecimentos comerciais da própria família (SILVA, 2004). Enfim, essa ideia de mulher germânica, brasileira ou cabocla, caminhou junto com a própria construção da história da cidade. É como se fosse um divisor social entre os modelos idealizados para aquelas mais “nobres” em uma sociedade em pleno desenvolvimento econômico.

Pensar a construção de uma história com divisor social entre mulheres é presumir que as atividades consideradas de pouco prestígio social deveriam ser, então, para aquelas mulheres, no caso de Joinville, “brasileiras”, migrantes ou “caboclas”, no trabalho de chão de fábrica.

Foi justamente nessas funções que o primeiro grupo de 30 (trinta) operárias, na fábrica de charutos, atuou entre o período de 1885 a 1895, e essas não eram germânicas (SILVA, 2004).

A historiadora Silvia Fávero Arend (2012) afirma que o ingresso de “meninas moças” no mercado de trabalho dependia das condições socioeconômicas de suas famílias. Num primeiro momento, essa inserção ficava relacionada às atividades domésticas. Muitas delas já na fase adulta passavam a trabalhar nas “nascentes fábricas” do século XIX. A presença feminina vai se firmando nesse espaço a partir do próprio crescimento da economia industrial e da necessidade de mão de obra em maior quantidade e com custo mais reduzido.

As “meninas moças” que não necessitavam buscar uma atividade de trabalho remunerado, a fim de reforçar o orçamento familiar, eram encaminhadas aos ensinamentos pedagógicos voltados à “prendagem” do universo feminino do século XIX e ao conhecimento dos papéis sociais para homens e mulheres (ARENDA, 2012). Assim, a sociedade do trabalho representada pelas famílias configura os papéis para os sujeitos. Na reflexão da autora, é possível perceber que a condição social da mulher era marcada desde a infância. A situação socioeconômica da família determinava os caminhos de trabalho que as “meninas moças” deveriam seguir. Nesse caso, o divisor social estabelecido se diferencia entre as mulheres, em Joinville, durante o século XIX e primeiras décadas do século XX. Estavam em questão a etnia e suas descendências e se a mulher havia nascido no município ou era migrante.

Vale destacar, igualmente, que a mulher, desde seu nascimento, é orientada pedagogicamente a conhecer seu papel na sociedade. Mesmo diante das inúmeras mudanças de ordem social ou econômica, seu lugar permanece determinado pelas relações sociais. Nas famílias mais abastadas, esse divisor é mais forte, marca cada etapa da vida. Logo, é no recinto familiar que a educação entre meninos e meninas é diferenciada. Esse processo é fortalecido pela igreja e pelas instituições de ensino tradicional. Em tese, mesmo nesse início do século XXI, as fases/condições pelas quais a mulher é inserida na sociedade ainda promovem segregação de direitos. À época, “meninas moças” estavam entre o período da infância e da curta adolescência. Nessa etapa se estabeleciam os “ensinamentos”, os quais buscavam o entendimento do que era ser mulher numa sociedade marcada por dogmas culturais. O termo “moças” predominou principalmente até meados dos anos 1980 e determinava que a jovem fosse solteira. Por último, tem-se que as

“esposas”, até o período citado, tinham como missão o dever do cumprimento dos códigos de conduta diferenciados para as casadas.⁷¹

4.3 MULHER OPERÁRIA DA METALURGIA EM JOINVILLE

Imagens mais comuns relacionadas à participação da mulher no mercado de trabalho estão associadas às atividades têxteis e aos serviços de secretariado. Em Joinville, a presença feminina na economia têxtil não é recente, nem novidade. As primeiras fábricas desse ramo foram fundadas no final do século XIX, logo após a chegada dos imigrantes europeus em 1851⁷². Até a segunda década do século XXI a base econômica do município é a indústria metalmeccânica. Ainda existe uma boa representatividade da indústria têxtil e de vestuário na economia da cidade, mesmo com o fechamento de algumas tradicionais fábricas que comandaram por décadas a economia no município.⁷³

Sobre o trabalho têxtil em Joinville, um fato observado na pesquisa por Niehues (2000) chama a atenção. Segundo a autora, a maioria da mão de obra relacionada à produção é de mulheres. São também pessoas que migraram do campo para a cidade em busca de trabalho (NEUHUES, 2000). Diferentemente da indústria metalmeccânica, é comum encontrar mulheres em funções de liderança, com cargos de “encarregadas/chefes” nessa atividade fabril.

A partir da década de 1970, a mão de obra da mulher, gradativamente, é incorporada aos setores da indústria metalmeccânica no Brasil. Elizabeth Souza-Lobo, em *A classe operária tem dois sexos*, diz que a “força” de trabalho da mulher na indústria estava concentrada nas atividades têxteis e de vestuário. A partir desse período, a presença da mão de obra feminina aparece em diferentes ramos da economia industrializada no país: “concentradas anteriormente em setores

⁷¹Ver mais sobre a educação de meninas e mulheres em: ALMEIDA, Jane Soares de. *Porque educar meninas e mulheres*. Universidade Metodista São Paulo. 2007. <<http://books.google.com.br/books>>.

⁷²Sobre esses dados ver: **História econômica de Santa Catarina**. Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Do Instituto Histórico e Geográfico. <www.cfh.ufsc.br>.

⁷³Fonte desses dados: Segmentos de negócios em Joinville. 78% indústria (O peso da indústria têxtil é de 6,91% e do vestuário, 10,83%.); 18% comércio e 4% serviços. <www.acij.com.br>.

tradicionalmente femininos, como o têxtil, o vestuário e o de calçados, a mulher passa a penetrar em outros ramos industriais, principalmente de determinados setores da indústria metalúrgica” (SOUZA-LOBO, 1991, p. 15).

Em Joinville não foi diferente do que relata Souza-Lobo (1991). A transição dessa “força” de trabalho para as atividades relacionadas às linhas de produção do setor metalúrgico ocorre num momento em que a cidade precisa de operários. Devido à carência de trabalhadores, os setores industriais mais rentáveis foram os que conseguiram atrair para seus postos de trabalho maior quantidade de mão de obra e, entre os contratados, estava a mulher. A diferença salarial oferecida pelas empresas metalúrgicas pode ter sido um dos principais atrativos, o que justifica a presença feminina nas atividades relacionadas a esse setor.

Figura 5 – Carteira profissional da operária Lídia da Silva do setor metalúrgico em 1976.

CONTRATO DE TRABALHO
FUNDAÇÃO TUPY S.A.

Empregador: Albano Schmidt Nº 3400
Rua: Joinville Est. S.C.
Município: Joinville Est. S.C.
Esp. do estabelecimento: Industrial
Cargo: TRABALHADOR (A)
C.B.O. nº
Data admissão: 21 de maio de 1976
Registro nº: 29.878
Remuneração específica: 2.835,7 por hora
FUNDAÇÃO TUPY S.A.
Ass. do empregador ou a rgo c/ test.
1º
2º
Data saída: 01 de outubro de 1982
Ass. do empregador ou a rgo c/ test.

Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora.

Figura 6 – Carteira profissional da operária Lóris Miers do setor têxtil em 1974.

11

CONTRATO DE TRABALHO

N.º do estabelecimento, empresa ou instituição
MALHAS ELIANA S. A. Ind. & Com.

Cidade Joinville
Estado Santa Catarina
Rua Fuzi

Espécie do estabelecimento Industrial 472

Natureza do cargo Costureira

Data de admissão 07 de Março de 19 74

Registro n.º _____

Remuneração (mensal) R\$ 420,00/hora

MALHAS ELIANA S. A. Ind. & Com.
Lóris Miers

Setor Pessoal

Assinatura do empregador _____

Data de assinatura 3 de Março de 19 75
MALHAS ELIANA S. A. Ind. & Com.

Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora.

O salário de uma operária do setor têxtil, na década de 1970, era bastante inferior ao que se pagava para as operárias do ramo metalúrgico. A diferença chega a 198% a mais do que era pago para as trabalhadoras que desejassem ingressar na metalurgia. Em tese, é possível acreditar que tamanha vantagem tenha provocado um êxodo de trabalhadoras das fábricas têxteis para a indústria metalmeccânica. Vale observar, também, o registro que indica qual atividade essas operárias teriam sob sua responsabilidade na empresa. A fábrica têxtil aponta a função/cargo de costureira, já a Tupy apenas menciona trabalhador (a). Diante disso, fica uma lacuna, pois essa operária trabalhou no setor da *Macharia* e não tem isso especificado em sua carteira profissional. Essa carteira com informações da Tupy pertence a uma mulher que era casada na época de sua contratação. A empresa já havia mudado a forma de registro de “alisa macho” para outras expressões relacionadas ao “núcleo de areia”.

Imhof (1977) publica uma das primeiras reflexões sobre o trabalho feminino na metalurgia em Joinville. O estudo no qual analisa a entrada da mulher na indústria metalmeccânica é um dos textos de partida sobre essa temática na cidade. Sua análise apresenta subsídios que ajudam a entender esse acontecimento. Assim ele expõe:

A mulher em Joinville era, até 1974, mão de obra destinada principalmente para as indústrias têxteis (tecelagem, fiação, malharias, confecções), plásticas, de refrigeração e química. Era-lhe recusada a entrada na indústria metalmecânica, mas a partir de 1974 assistimos a entrada da mulher como operária em uma empresa (Tupy) a maior do município e recentemente em outras menores (IMHOF, 1977).

O estudo de Imhof (1977) confirma a ausência da participação da mulher nas atividades do setor metalmecânico no período referido. Sua análise se aproxima dos demais estudos sobre essa temática. Reconhece o trabalho da mulher nas atividades têxteis em Joinville e diz que a cidade assistiu à introdução dessas operárias nas fábricas metalúrgicas no período. O assunto também foi valorizado pelos impressos jornalísticos da época. O Jornal *A Notícia* publicou um artigo, em 9 de setembro de 1974, no qual fala sobre a inserção do trabalho feminino nas atividades de produção da metalurgia em Joinville:

A Fundação Tupy SA., bem como a Indústria de Refrigeração Consul e a Cia Hansen Industrial, além de selecionar pessoal de fora do município de Joinville, estão ampliando a capacidade de absorção da mão de obra feminina, ocupando principalmente as esposas e filhas de trabalhadores, no sentido de melhorar a renda do próprio trabalhador e de sua família.⁷⁴

A análise da imprensa oferece a possibilidade de uma leitura de mão dupla. Sua função é política e se insere em uma relação de poder. No caso dessa informação, o texto busca consolidar a imagem da empresa como a “grande mãe” que acolhe a todos os filhos com a mesma preocupação. Na visão do jornal, oportunizar emprego à mulher é mais uma das ações nobres dos empresários. Isso pode justificar a forma simplista como o discurso jornalístico se posiciona acerca da inserção da mulher na metalurgia. Sua análise não oferece qualquer reflexão sobre o que representou esse acontecimento no período em Joinville, tanto para as empresas que puderam se beneficiar, quanto para

⁷⁴Qualificados. *A Notícia*. Joinville, 9 set. 1974, p.12.

a própria mulher que, historicamente, estava escrevendo uma página importante ao se fazer presente num espaço marcado pelo homem. O mesmo faz uma simples dedução da mão de obra feminina na indústria ao afirmar e reproduzir a “velha” ideia de trabalho subsidiário, quando esse coloca que o salário que a mulher e as filhas dos operários receberiam seria no sentido de melhorar a renda familiar.

Na visão jornalística, o trabalho da mulher é apresentado como meio para reforçar o orçamento familiar. O texto defende que a participação delas seria um apêndice ao trabalho dos homens. Nesse discurso, não há evidências do déficit de mão de obra operária na cidade de Joinville, embora o período mostrasse o contrário.

O fato destacado, de que a empresa passará a empregar as filhas e as esposas, sugere que a mesma preocupava-se com o orçamento da família e o bem-estar do seu operário. Diante da falta de reflexão sobre a presença ou a inserção da mulher nesse ramo metalúrgico, a imprensa joinvilense, com forte relação com o meio empresarial, evidencia o que se pode considerar como “boa ação” do empregador. Em tese, empregar mulheres da família é praticar um gesto “nobre”, indício de preocupação social por parte das empresas joinvilenses. Logo, percebe-se que a voz jornalística do período (década de 1970) não se distancia da voz empresarial. Os discursos seguem praticamente o mesmo caminho. Vale aqui destacar o que Foucault (2011) afirmou ao se referir às “verdades” que se escondem nas entrelinhas das narrativas.

Imhof (1977), a partir de seu estudo, defende algumas hipóteses sobre a inserção da mulher no trabalho metalúrgico. Segundo ele, vários fatores podem ter contribuído para esse acontecimento, entre os quais destaca a baixa remuneração das famílias provenientes principalmente das áreas rurais. Segundo ele:

A empresa Tupy, pioneira na adoção do emprego de mulheres, revela-se otimista quanto aos aspectos de produção, disciplina e assiduidade. São estes aspectos, além da discriminação salarial que pode estar ocorrendo, que nos levam à formulação de hipóteses sobre a manipulação econômica da oferta de trabalho à mulher (IMHOF, 1977).

Leva-se em consideração, igualmente, que a mulher está ocupando o lugar dominado historicamente pelo homem, mesmo diante

das desvantagens salariais e sociais (IMHOF, 1977). Diante desse cenário, é preciso observar que o ritmo acelerado de crescimento da indústria metalmeccânica em Joinville, entre o período de 1970 e 1980, enfrenta déficit de mão de obra operária e é justamente em meio a essa crise que aconteceu a entrada da mulher como operária nesse ramo industrial. Assim, sua participação nessa área da economia continuou a aumentar, apresentando novas práticas sociais nesses espaços de trabalho, na cidade de Joinville. Empresas como a Tupy, principalmente, buscam na mão obra das mulheres uma saída para os problemas relacionados à linha de produção por falta de operários no período. É diante dessa necessidade que a cidade passa a vivenciar a inserção da mulher operária nas atividades industriais do setor metalúrgico no município.

O jornal *Extra*, em 1984, torna essa questão pública ao anunciar que o grande fluxo migratório na cidade é resultado, também, das publicações da mídia: “Joinville era apresentada fora do estado com grande fama de empregadora. Ônibus eram fretados a todo instante para trazer mão de obra para a cidade, desde meados da década de 1970 até o início de 1980”.⁷⁵ Isso justifica a migração feminina.

Boa parte das mulheres ao chegarem a Joinville, de imediato, eram envolvidas pela necessidade de mão de obra na indústria, tornando-se operárias da economia industrializada. A imprensa jornalística teve forte atuação nesse sentido. O jornal *A Notícia* foi o que mais divulgou anúncios de empregos, especialmente na década de 1970. Os registros eram chamativos e clamavam por operários e operárias:

Figura 7 Anúncio de emprego



Fonte: jornal *A Notícia*, mai. de 1974, p. 7.

⁷⁵Migração aumenta em Joinville. *Extra*. Joinville, 25 abr. de 1984, p. 4

Nesse anúncio, é interessante observar como o discurso da imprensa caracteriza as expressões destinadas às mulheres. Conforme esse jornal, a mão de obra para a indústria, até a metade da década de 1980, ainda dava preferência às moças. Como já mencionado, esse termo, no período, se refere às solteiras. Para os serviços administrativos (secretariados/escritórios) aceitavam-se funcionárias menores de 18 anos de idade. Para as atividades produtivas da fábrica, solteiras, porém, maiores de idade.

Outro anúncio do mesmo jornal mostra várias áreas de atividades produtivas dentro da metalúrgica. Neste, aparece a disponibilidade de vagas para moças maiores de idade com desejo de atuar como operadoras de máquina. A inserção da mulher nesse ramo industrial foi em atividades subsidiárias consideradas “leves” e “fáceis”. No entanto, em meados da década de 1970, em muitas indústrias de Joinville, as operárias passaram a ser recrutadas para serem operadoras de máquina. A restrição da mão de obra feminina nesse período estava associada à questão civil.

Figura 8 – Anúncio de emprego.

METALÚRGICA DUQUE
Sociedade Anônima

Ampliando o seu quadro de colaboradores, oferece oportunidade de admissão imediato para:

- ★ **POLIDORES DE METAIS**
Com alguma experiência em serviços de politrizes ou esmerilhado de peças leves.
- ★ **OPERADORES EM BANHOS DE:**
Anodização, Polimento Químico, Zincação Eletrolítica e Fosfatação.
- ★ **LIXADOR**
Com algum conhecimento em lixa rotativa ou esmeril.
- ★ **TRABALHADORES (Homens e moças maiores)**
Para serviços diversos da indústria.
- ★ **OPERADORES DE MÁQUINAS DE PRODUÇÃO**
Para serviços com resinas, furadeiras e tornos.

HOMENS: Admitidos com idade entre 18 a 50 anos.

OPERECEMOS:

- Ótimo salário inicial;
- Semana de cinco dias;
- Assistência médica gratuita;
- Convênio alimentício mantido com supermercados locais;
- Convênio farmacêutico mantido com diversas farmácias;
- Reais possibilidades de progresso;
- Ótimo ambiente de trabalho.

Os candidatos deverão dirigir-se ao Setor de Recrutamento e Seleção, Rua Blumenau, esquina com Dona Francisca (antigo depósito da Ce...

Fonte: jornal *A Notícia*, Junho de 1974, p. 5.

A Tupy, então, foi a primeira empresa do setor metalúrgico a beneficiar-se com a mão de obra feminina. Porém, em seus anúncios difundidos pelo jornal *A Notícia*, não faz qualquer menção à disponibilidade de vagas para mulheres. O que fica evidente, como nas demais propagandas, é a necessidade de trabalhadores.

Figura 9 – Anúncio de emprego.

FUNDAÇÃO TUPY S/A.
JOINVILLE — SANTA CATARINA

Está oferecendo novas oportunidades de emprego para:

TORNEIROS MECÂNICOS	- 10 Vagas	INSTRUTORES DE TREINAMENTO
MECÂNICOS DE MANUTENÇÃO	- 20 Vagas	
MECÂNICOS AJUSTADORES	- 12 Vagas	
FRESADORES	- 12 Vagas	
RETIFICADORES	- 10 Vagas	
PLAINADORES	- 10 Vagas	DESENHISTAS E PROJETISTAS
ELETRICISTAS INDUSTRIAIS	- 30 Vagas	
TRABALHADORES BRAÇAIS		

INSTRUTORES DE TREINAMENTO
Os interessados deverão ter experiência numa das seguintes especialidades: TORNEARIA, AJUSTAGEM, PRESAGEM, ELETRICIDADE e conhecimento em LEITURA e INTERPRETAÇÃO DE DESENHO. Daremos preferência a candidatos que venham exercendo a função de Instrutor; todavia, estudaremos as ofertas de profissionais que tenham interesse em seguir esta atual e fascinante carreira.

DESENHISTAS E PROJETISTAS
Com conhecimentos de desenho em uma das especialidades: MECÂNICO, ELÉTRICO e FUNDIÇÃO.

PLAINADORES
Necessário: Domínio em leitura e interpretação de desenho mecânico, e experiência na função.

ELETRICISTAS INDUSTRIAIS
Necessário: Experiência anterior comprovada em montagem e manutenção elétrica industrial.

TRABALHADORES BRAÇAIS
Aos selecionados serão oferecidas todas as vantagens sociais de uma grande empresa, além de justa remuneração e amplas possibilidades de desenvolvimento profissional.

Para contatos pessoais procurar o Depto. de Recrutamento e Seleção — Rua Albano Schmidt, 3400, de 2ª a 6ª feira, das 7:30 às 17:30 horas, ou remeter correspondência p/ caixa postal, D-019 — Joinville — SC, para futuro contato.

Fonte: jornal *A Notícia*, abr. de 1974, p. 8.

Assim, o discurso da empresa modifica as formas de pensamento e direciona novas interpretações nesse campo de trabalho. Para Foucault, a prática discursiva está no jogo das palavras ou das imagens construídas a partir dos desejos selecionados como “ideais” para o grupo. “O discurso nada mais é do que um jogo, de escritura, no primeiro caso, de leitura, no segundo, de troca, no terceiro, e essa troca, essa leitura e essa escritura jamais põem em jogo senão os signos” (FOUCAULT, 2011, p. 49). Na prática, a inserção da mulher no

trabalho dessa fundição em parte é “silenciada” pelas propagandas produzidas pela Tupy, haja vista aparecerem destinadas aos homens.

O periódico *Correio da Tupy* apresenta a imagem de uma moça operária em seu local de trabalho. O anúncio deixa claro que ela está solteira. A foto em destaque busca realçar a “beleza” dessa mulher. Acredito que o discurso produzido nesse jornal esteja mais para evidenciar a jovem trabalhadora livre para casamento do que para possibilitar para os leitores do período qualquer reflexão sobre a importância do trabalho da mulher nesse espaço de atividade produtiva. Embora sua representatividade aconteça em meio a uma crise na indústria, o jornal não faz menção ao fato.

Figura 10 – Operária solteira (moça).



Fonte: *Correio da Tupy*, 1975, p.12.

O uso da imagem feminina no jornal interno da Tupy ganhou destaque. Como o primeiro grupo de operárias era de solteiras, acredito que tenha havido preocupações relacionadas à condição civil, uma vez

Tais eventos sociais colocam a família em destaque nos anúncios do periódico da Tupy. Acredito que a empresa, como uma das aliadas do regime-civil militar do Brasil, tenha buscado nos alicerces da família mais um apoio ao sistema governamental. Talvez a questão de as mulheres serem solteiras ou os homens solteiros, no olhar do empregador, seja sinônimo de “rebeldia” ou de “vulnerabilidade”, condição esta não permitida pelo regime e nem pelas normas sociais. Logo, a união conjugal entre os próprios operários é vista, nesse pensamento, como um dos mecanismos de controle social. Faço essa afirmação levando em conta que o casamento para o período representava um conjunto de regras sociais bastante rígido, especialmente para a mulher. Outra hipótese está relacionada às obrigações com os gastos requeridos por uma família. Assim, esposa e esposo passam muito de seu tempo dentro da fábrica, pois precisam dobrar suas jornadas de trabalho para subsidiar o sustento familiar. Com isso, não há tempo livre para quaisquer outras questões que não sejam relativas ao trabalho e às obrigações familiares. Situações estas mencionadas pelas operárias Terezinha e Ivonete.

Algumas mulheres falam sobre a inserção delas na indústria do setor metalúrgico como um período de dificuldades. Para muitas, não é fácil acompanhar o ritmo da fábrica. Como visto, a maioria delas são provenientes do campo e vêm de uma realidade diversa de trabalho. Logo, as tensões provocadas por essa, “nova” realidade são percebidas em suas falas. Suas reclamações nos fazem perceber a árdua tarefa de adaptação a esse “novo” cenário laboral. Em depoimento, Terezinha Fernandes compara sua vida e suas obrigações no sítio à “dureza” do seu serviço na indústria: “O mais difícil foi o horário. Tudo tem hora. É para chegar, sair, ir comer. Lá no sítio a gente faz a hora. Se receber uma visita, não importa, tem que deixar a visita sozinha e ir trabalhar”.⁷⁶ Salienta ainda que trabalhando na fábrica, o tempo fica só para a casa e a igreja. Não dá nem para conhecer a cidade.

Maria Ivonete Vieira chega a Joinville durante a década de 1970 e logo vai trabalhar na Tupy. Guarda mágoa, pois diz que ao chegar à cidade, a primeira coisa que conheceu foi essa empresa. Afirma que por muito tempo não conheceu nenhuma forma de lazer a não ser as curtas visitas que fazia à sua mãe. Isso porque ela morava no município. Além

⁷⁶FERNANDES, Terezinha. Entrevista concedida a Valdete Daufemback Niehues. Joinville, 9 ago.,1999. (Acervo Núcleo de História Oral – Arquivo Histórico de Joinville – AHJ).

de trabalhar na Tupy, ainda fazia “bico” de diarista. Lamenta profundamente pelo tempo que não teve para cuidar dos filhos, além de ter punido com “surras” sua filha mais velha, ainda criança na época, por não limpar a casa e a roupa adequadamente. Acrescenta: “guardo remorso por isso”.⁷⁷

Outro registro sobre a dura fase de adaptação ao trabalho da fundição vem de Enedir Bese: “Minha adaptação na fábrica foi difícil. No sítio era melhor. Às vezes estou trabalhando e me dá uma saudade do tempo da roça. Eu penso que estou num presídio.”⁷⁸ A partir da fala dessas operárias identifica-se que, apesar de a empresa, desde o início, afirmar que a mão de obra feminina foi empregada em atividades “fáceis” e “leves”, dentro da fábrica o que se percebe são os obstáculos relacionados às normas disciplinares do ambiente de trabalho, bem como a rigidez imposta aos resultados da produção. A comparação com a vida no sítio sugere que essas trabalhadoras sentem que perderam sua “liberdade”. O sentimento expressado por essas mulheres pode ser compreendido no trabalho de Foucault quando este aborda a liberdade vigiada e controlada a todo o momento por uma rede de saberes e de instrumentos (FOUCAULT, 2004).

No entanto, mesmo diante das possíveis dificuldades enfrentadas por essas operárias, a participação delas na indústria tem aumentado consideravelmente. O IBGE (2010)⁷⁹ aponta um acréscimo de mais de 10 milhões de trabalhadoras de 1976 a 2010. Destaque maior para o setor metalmeccânico. Enfim, penso que a entrada da mulher nesse campo produtivo suscitou novos olhares acerca do “novo” papel social feminino, bem como novas práticas inerentes à sociedade e à família, as quais ganharam terreno a partir de desse acontecimento.

⁷⁷VIEIRA, Maria Ivonete. Entrevista concedida a Valdete Daufemback Niehues. Joinville, 9 ago.,1999. (Acervo Núcleo de História Oral – Arquivo Histórico de Joinville – AHJ).

⁷⁸BESSEN, Enedir. Entrevista concedida a Valdete Daufemback Niehues. Joinville, 9 jul.,1999. (Acervo Núcleo de História Oral – Arquivo Histórico de Joinville – AHJ).

⁷⁹http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/defaulttab_hist.shtm>.

4.4 MOÇAS E CASADAS: OPERÁRIAS DA MACHARIA

Eu sempre digo pra minha mulher: prefiro trabalhar com duzentos homens, mas não com dez mulheres.

Verner Lemke⁸⁰

Verner Lemke, em uma parte de sua entrevista, diz com satisfação ter participado da decisão de contratação da mão de obra feminina. Porém, em outro momento de sua fala, apresenta contradição ao dizer que a presença da mulher é incômoda e dá “dor” de cabeça. Essa manifestação é contrária, também, ao parecer da Indústria de Fundição Tupy S.A. quando esta se refere aos resultados positivos do trabalho das “novas” operárias.

Na Tupy, como em outras empresas de fundição, o processo de fabricação das peças fundidas envolve dois tipos de molde: o molde que determina o formato externo da peça, cujo nome é “Molde”; e o molde que dá o formato interno da peça final que se deseja produzir, cujo nome é “Macho”. Tanto o Molde quanto o Macho são feitos de areia, porém, são areias de tipos diferentes e os processos de fabricação de cada um também são diferentes. O Molde é fabricado num setor chamado de “Moldagem” e o Macho é fabricado na “Macharia”. Esses nomes não são adotados apenas pela Tupy. É uma nomenclatura tradicional na indústria de fundição. Dentro do processo de fabricação do “Macho”, existe uma etapa que é a de tirar as rebarbas e imperfeições presentes na parte oca da peça. É nessa atividade que se concentra a mão de obra feminina, segundo a empresa, não se exige força e sim cuidado com detalhes.⁸¹

Essas informações não estão baseadas em preocupações específicas e técnicas, aqui, o que se busca, é entender a movimentação das operárias num setor voltado aos homens. Os dados acima abrangem a fabricação e a transformação da peça “Macho”, passando pelo setor da

⁸⁰LEMKE, Verner. Entrevista concedida a Valdete Daufemback Niehues. Joinville, 28 jul., 1999. (Acervo Núcleo de História Oral – Arquivo Histórico de Joinville – AHJ).

⁸¹Relatório (0105000000C2967). Processo da peça na *Macharia*. Set.1978. Biblioteca Fundição Tupy S.A. Acervo privado. Mais informações no blog: <<http://tupy.firbweb.com.br/a-empresa/o-setor-de-fundicao>>.

“Macharia”. Fica evidente a divisão de tarefas nesse processo e é justamente aí que entra a participação da mulher.

O trabalho “leve” no setor da *Macharia* seria mais eficiente se fosse desenvolvido pela mulher, haja vista a desnecessidade de força física. No desenrolar dessa pesquisa identificam-se algumas explicações para a inserção do trabalho feminino nesse ramo industrial. A historiografia local aponta como principal fator o déficit de mão de obra. Já a Tupy, como evidenciou Niehues (2000) ao falar da existência da atividade “muito leve”, pondera que esta causava desconforto aos homens, já que boa parte desses operários das décadas de 1970 e 1980 era proveniente do campo e estava acostumada aos serviços “pesados” (NIEHUES, 2000). Assim, percebe-se a colocação da mulher nessas atividades, uma vez que, de acordo com a visão da empresa, os homens estavam acostumados ao serviço pesado e tal função (rebarbação da peça e observação de pequenas imperfeições) era “tão leve” que não condizia com sua força física ou condição social. Suas mãos não eram tão “delicadas” para manusear peças que exigem habilidade, cuidados e muita atenção.

A necessidade de mão de obra ou qualquer outra vantagem proveniente do trabalho feminino levou a Fundação Tupy S.A. a fazer a primeira contratação de um grupo de cinquenta operárias solteiras, as quais eram chamadas de “moças”⁸². Sebastião Rodrigues, responsável por uma das seções do setor da *Macharia* entre os anos de 1974 e 1976, fala que o período foi uma das piores experiências de trabalho na empresa e na sua vida. Era sua responsabilidade supervisionar o trabalho dessas novas operárias que, segundo ele, eram “malvadas” e difíceis de lidar.⁸³

Niehues (2000) aduz que a opção pelas “moças” solteiras para trabalhar na metalúrgica pode fazer parte de um plano psicológico da Tupy. Considerava-se importante a presença feminina na fábrica, onde o ambiente era quase sempre “embrutecedor” e carregado das mais variadas tensões (NIEHUES, 2000). Não existe consenso até o momento quanto aos motivos da inserção da mulher no ramo metalúrgico, nem mesmo porque, em 1976, dois anos após a contratação das operárias

⁸²A expressão “moças” ou “moças operárias” no decorrer do texto é a forma como se referiam às mulheres solteiras, principalmente entre as décadas de 1970 e 1980.

⁸³RODRIGUES, Sebastião. Entrevista concedida a Valdete Daufemback Niehues. Joinville, 28 jul., 1999. (Acervo Núcleo de História Oral – Arquivo Histórico de Joinville – AHJ).

solteiras, a empresa optou pelas casadas. Segundo Niehues, a hipótese mais aceita é o déficit de mão de obra em Joinville no período já mencionado.

Em tese, a mulher solteira, entre 16 e 22 anos de idade, seria a figura que proporcionaria mais seriedade e responsabilidade ao trabalho na produção ou aos códigos disciplinares no interior da fábrica. Com isso, os homens equilibrariam melhor as tensões e produziram mais e com satisfação? Essa indagação tem fulcro na fala do Sr. Laércio Goeder,⁸⁴ ex-funcionário da Malharia Döehler e da Tupy. Esse senhor afirma que quando trabalhou na Döehler, a chefia decidiu colocar pelo menos uma mulher naqueles setores onde predominava homens. A justificativa era para que não houvesse “brincadeiras” e o trabalho fosse levado mais a sério. Ele até concorda com essa hipótese, mas afirma que isso poderia fazer parte de uma ideologia da empresa que ia além da produção referente ao trabalho feminino. Costuma se pensar que na presença de mulheres os homens não falaria “besteiras”, mas o Sr. Laércio discorda, pois diz que as mulheres entravam nas “brincadeiras” também. Enfim, o assunto é cercado de polêmicas, porém os dados bibliográficos e demais informações consultadas para essa pesquisa nos remetem ao déficit de mão de obra na cidade de Joinville no período.

Até 1938, em algumas regiões da Europa, as mulheres necessitavam de autorização (do pai, marido, irmão mais velho ou, na ausência desses, um tio) para trabalharem em espaços públicos. No Brasil, a situação era semelhante até início da década de 1970. Até 1962, a mulher casada era considerada relativamente incapaz (segundo o código civil de 1916), o que significava que precisava de autorização do marido para trabalhar. Isso só muda em 1962 com a promulgação do Estatuto da Mulher Casada. Geroleti (2013), ao narrar a história de Dona Vênus, conta que a mesma foi impedida de voltar ao trabalho em um banco, pelo marido, após a licença-maternidade em 1938. Embora essa mulher já atuasse profissionalmente como bancária antes do casamento e por meio de concurso, o marido fez valer os artigos do estatuto da mulher casada após a união conjugal. Assim, o artigo 62 não reconhecia a capacidade (autônoma) da mulher casada. Já o artigo 242 do mesmo estatuto abordava a submissão da mulher em relação ao esposo.

⁸⁴ GOEDER, Laércio. Entrevista concedida a Valdete Daufemback Niehues. Joinville, 28 jul., 2000 (Acervo Núcleo de História Oral – Arquivo Histórico de Joinville – AHJ).

A mulher que ocupasse antes do casamento uma profissão de carreira⁸⁵, no caso das bancárias ou de qualquer outra atividade fora dos espaços domésticos, após a união civil, ficava sob o comando do marido. Talvez isso explique a decisão da Tupy de fazer sua primeira experiência com a mão de obra de mulheres solteiras. Mesmo com o fim do estatuto da mulher casada, muitos maridos não permitiam que suas esposas trabalhassem em espaços públicos. Na prática, a mulher solteira, principalmente, a partir de 21 anos de idade, gozava de maior liberdade nos espaços públicos comparada à casada. Estima-se que esse seja um dos motivos para a Fundação Tupy decidir contratar mulher solteira para os serviços do “chão” de fábrica na época.

A mulher sempre esteve presente, seja em postos de trabalho, seja em acontecimentos religiosos e até políticos. A sua invisibilidade social deve-se a uma produção cultural que é fruto da imaginação do homem, ou, ainda, a uma produção intelectual forjada na esteira do silêncio das histórias ou participações femininas (PERROT, 2012). É preciso, então, compreender que a presença e os feitos da mulher na sociedade foram silenciados pelas relações sociais determinadas historicamente pelos homens. Acredito que nos espaços de trabalho ainda se manifestem as relações de poder que fixam os papéis sociais e promovem a segregação profissional com prejuízos para muitas mulheres.

O trabalho feminino presente, principalmente, na economia metalmeccânica, é apresentado com grandes desvantagens salariais, já que a participação delas nas linhas de produção fica quase que em sua totalidade restrita às funções consideradas mais leves e fáceis de manusear. Agrega-se a isso o fato de essas atividades em boa parte (até início do XXI) não necessitarem de qualificação profissional específica ou qualquer outra forma de conhecimento técnico. Logo, a mulher passa a ocupar as atividades que requer atenção aos detalhes e habilidade no manejo da peça, como, por exemplo, o controle de qualidade. Já o processo de fabricação de peças metálicas era considerado atividade qualificada e deveria ser exercida pelos trabalhadores homens.

Uma das dificuldades relativas a essa pesquisa sobre a história da mulher nas atividades do ramo metalúrgico (e possivelmente em outras áreas de atividades produtivas) está na própria produção historiográfica. Embora o campo de estudos acerca dessa temática seja

⁸⁵O termo profissão de carreira ou plano de carreira está relacionado ao funcionalismo público em que na maioria das vezes o ingresso é por meio de concurso público.

vasto, existem poucas reflexões femininas. Essa lacuna é analisada por Perrot (1989) quando afirma que, “ os modos de registro das mulheres estão ligados à sua condição, ao seu lugar na família e na sociedade.” (PERROT, 1989, p. 15). A História permaneceu com o olhar de homens sobre outros homens, o que calava e silenciava as mulheres. Porém, sua presença em espaços públicos antes desconhecidos de sua participação gerou um choque cultural imediato e a construção de novas práticas sociais, além de configurações no mercado de trabalho.

Assim o Sr. Sebastião Rodrigues relatou em entrevista:

Em 1974 teve mudança, botaram alguns pra rua e admitiram mulheres e eles não colocaram mulheres, colocaram moças. Se colocassem mulheres casadas, seria melhor, mas colocaram moças. Eu era o mais velho e fui o líder delas. E eu era solteiro e não sei se você sabe, mas viver com uma mulher, a gente tem que saber viver, e viver junto com trinta e cinco mulheres que eu tinha era o caos. Justamente quando elas vieram trabalhar comigo eu parei de fumar. Foi o período mais difícil que eu tive aquele tempo, porque eu queria organizar elas, porque eu não conhecia nenhuma delas. Eram todas acima de vinte e dois anos de idade, todas solteiras. Não podia entrar na fábrica mulher casada. Então a dificuldade é que tem aquela dengosa, tem aquela que é braba, tem aquela que ri [...] Aquela mulherada tudo junto, uma trazia problema de namorado, outra chorava porque estava com dor de barriga, outra trazia fofoca, era o caos. Não sei se foi por causa da situação das mulheres, mas eu comecei a ficar doente [...] Um dia eu virei a mesa. Nunca esqueço aquele dia. Chamei o encarregado, que avisou o chefe de departamento: “A partir de amanhã, toda mulher que entrar na Tupy tem que ser casada”. Seu Castelo perguntou: “Por que Rodrigues? Porque mulher moça só dá trabalho”.⁸⁶

⁸⁶RODRIGUES, Sebastião. Entrevista concedida a Valdete Daufemback Niehues. Joinville, 24 jun., 1999. (Acervo Núcleo de História Oral – Arquivo Histórico de Joinville – AHJ).

Diante do exposto, observa-se que a inserção das “moças” na Tupy causou mudanças substanciais nas relações de trabalho no interior da fábrica. O choque de “valores culturais” é talvez um dos mais notáveis desse relato, um quase “desabafo” do Sr. Rodrigues. O mesmo, em momento algum, reconhece vantagens no trabalho feminino; seu olhar volta-se para a “dor” dos problemas gerados, segundo ele, pelas “moças operárias”.

Para o Sr. Rodrigues, a falta de mão de obra não foi o motivo pelo qual a Tupy decidiu contratar as “moças”, mas a existência de atividades “muito leves”. Ele também não concorda com as atitudes de tratamento diferenciado às operárias, pois ao serem contratadas, elas recebiam ordens diversificadas. Eram lhes apresentados seus “protetores-homens” que tinham a missão de orientar e vigiar seus passos no interior da fábrica quanto aos “riscos” do ambiente de trabalho. Fica evidente, nesse cenário de “preocupações”, a “fragilidade” feminina, mesmo que elas trabalhassem em uma atividade “leve”. Talvez os cuidados estejam relacionados à circulação dessas operárias, já que o setor onde elas trabalhavam ficava no meio da fábrica. Importante ressaltar o olhar cultural desse depoente ao falar da mulher, mesmo que esta esteja compartilhando o mesmo espaço de trabalho fabril. Valores e sentimentos “machistas” são expressos em sua narrativa. Cabe ao pesquisador analisar e refletir sobre o que se esconde nas entrelinhas desse discurso (FOUCAULT, 2011).

Dona Evanir Matias (1999)⁸⁷ aposentou-se como funcionária da Tupy. Sempre atuou na linha de produção e considera seu trabalho “um presente de Deus”. Afirma que sempre procurou atender às reivindicações da empresa e do encarregado/chefe. Embora não relate detalhes do seu cotidiano de trabalho dentro da fábrica, observa que o encarregado não era grato a ela. A operária não evidencia particularidades dos possíveis tratamentos hostis entre operárias e chefia direta. É a própria trajetória silenciada historicamente, como já observou Perrot (2012), que dificulta expor os fatos quando esses envolvem relações de poder.

Diante disso, observa-se a necessidade de se desenvolver mecanismos de controle e vigilância sobre essas trabalhadoras, aspecto este já bastante analisado a partir dos estudos de Foucault (2004). Nesse

⁸⁷MATIAS, Evanir. Entrevista concedida a Valdete Daufemback Niehues. Joinville, 28 jul., 1999 (Acervo Núcleo de História Oral – Arquivo Histórico de Joinville – AHJ).

caso, e levando em consideração o olhar dos homens (chefes e demais colegas de trabalho) frente à presença das operárias, o vigiar/cuidar para que nada coloque essas colaboradoras “frágeis” em situações de risco é apenas uma prática social. Assim, o controle dessas ações no interior da fábrica se justifica na ideia da segurança do trabalho e possivelmente no silêncio de boa parte da história dessas trabalhadoras.

O jornal interno *Correio da Tupy* registra em dezembro de 1973 as primeiras imagens das operárias solteiras. As frases *Na produção de peças Tupy, elas participam ativamente* e *Elemento feminino na área industrial* sugerem o bom desempenho dessas trabalhadoras e o reconhecimento da sua participação. Logo, percebe-se que a empresa, por meio do seu veículo de informações, demonstra satisfação quanto ao trabalho feminino na linha de produção do setor da *Macharia*. Novidade no período.

Figura12- Primeiras imagens de mulheres operárias. Dezembro de 1973.



Fonte: *Correio da Tupy*, 1974, p. 12.

O texto e as imagens divulgadas pela empresa, por meio do seu veículo de informações, o *Correio da Tupy*, não deixam dúvidas quanto à satisfação com o trabalho das mulheres nas atividades relacionadas à linha de produção do setor da *Macharia*. Esse periódico empresarial, com fotos e textos, valoriza seus colaboradores, exibindo-os enquanto executam atividades em seus postos de trabalho. O especialista em segurança do trabalho Christophe Dejours (1999) diz que esse recurso de *marketing* é uma importante ferramenta de autopromoção da empresa. A imagem ilustra o texto ou substitui o mesmo. Esse recurso demanda o funcionamento imaginativo, em vez da reflexão, da análise, e modo geral, da atividade de pensar com a qual compete o imaginário (DEJOURS, 1999). Por outro lado, as jovens operárias precisam se identificar com essas representações, pois o modelo deve ser tomado como algo positivo e que revele potencialidade de produção nesse campo de trabalho, além de atrair respeito e responsabilidade para o ambiente. Essa afirmação traduz as políticas internas da Tupy no período em que esta mais carecia de mão de obra e enfrentava problemas de violência entre os operários. Assim, a presença feminina dentro dessa fundição é interpretada além das práticas de trabalho.

Em seu relato oral, dado muitos anos após a inserção das trabalhadoras mulheres, o Sr. Sebastião Rodrigues⁸⁸, não demonstra reconhecimento ou satisfação em relação à produtividade das primeiras operárias da Tupy, o que se contrapõe ao que foi publicado no *Correio da Tupy*. Muito pelo contrário, o depoimento do indivíduo que, por determinação da empresa, tinha que supervisionar ou auxiliar o setor onde elas desempenhavam suas atividades, é marcado pela desaprovação e lamentações em relação a estas trabalhadoras. Já a empresa, pelo uso dos seus mecanismos de publicidade interna (jornal interno), valoriza a produtividade das moças operárias. A distribuição do jornal *Correio da Tupy* acontecia entre os funcionários e seus familiares, já que os mesmos os levavam para suas casas a fim de compartilhar informações, pois em algumas situações eram evidenciadas imagens ou histórias sobre suas pessoas.

A empresa a época organizou um ambiente somente para elas. Hoje não há mais essa separação. Homens também são a “força” de trabalho no setor da *Macharia*, embora sejam a minoria, pois permanece

⁸⁸RODRIGUES, Sebastião. Entrevista concedida a Valdete Daufemback Niehues. Joinville, 24 jun., 1999. (Acervo Núcleo de História Oral – Arquivo Histórico de Joinville – AHJ).

a ideia de atividade “leve”, logo, mais adequada às mulheres. Dados atuais informam que no setor da *Macharia* existem aproximadamente mil operários, desses, 50% são mulheres que trabalham nas atividades de rebarbação e montagem da peça “Macho”. As demais funções de fabricação e os cargos de liderança são ocupados por homens. Existe a presença da mulher em algumas funções de lideranças dentro da fábrica, na ausência do “chefe”, mas isso é raro.⁸⁹ Ou seja, as relações hierárquicas são claras nesse campo industrial. É interessante observar o que Foucault fala sobre as técnicas de hierarquia que sancionam e normatizam as práticas entre os sujeitos a fim de manter o controle das relações de poder nos grupos: “É um controle normalizante, uma vigilância que permite qualificar, classificar e punir. Nele vêm-se reunir a cerimônia do poder e a forma da experiência, a demonstração da força e o estabelecimento da verdade” (FOUCAULT, 2004, p. 154).

Para Foucault, as hierarquias manifestam as relações de poder no coração dos processos disciplinares, bem como a sujeição do outro. É nesse cenário de trabalho subsidiário que a mulher está inserida, sob a guarnição do homem. Assim, pode-se justificar também a baixa remuneração salarial atribuída a elas. Os mecanismos que qualificam e classificam os sujeitos, segundo Foucault, fazem parte dos rituais aos quais esses indivíduos estão sujeitados, dizem respeito aos exercícios do seu “papel social”, determinado pelo aparelho institucional da empresa, e pelas sanções normalizadoras inseridas. Aqui me reporto novamente à fala do Sr. Rodrigues sobre os “tutores” que a Tupy designava para “cuidar” das “moças operárias”. Essa ação tinha o intuito de “proteger” as trabalhadoras para que as mesmas não corressem o risco de se machucar. A partir do olhar empresarial, temos então uma mulher “frágil”, que pode cair ou esbarrar numa máquina, causando danos à sua integridade física. De forma explícita, não se apresenta, em nenhum momento, preocupação com as questões morais.

O *Jornal O Estado* publicou, em 1976, uma matéria sobre a experiência positiva da Tupy com o trabalho feminino na linha de produção da *Macharia*. O mesmo informa que o primeiro grupo de operárias (cinquenta “moças”), demonstraram resultados altamente positivos, modificando, inclusive, os padrões de rendimento estabelecidos pela empresa, que era baseado no trabalho masculino. A

⁸⁹Repórter Tupy. Relatório interno da Tupy S.A. 2013. Acervo particular da Tupy.

mão de obra da mulher superou os índices de produção dos homens, situação anterior à sua presença. Esse é um dos motivos pelos quais a Tupy passou a valorizar cada vez mais a participação feminina nas atividades relacionadas às linhas de produção.⁹⁰ Já entre os funcionários homens que acompanharam a inserção das “moças operárias”, a opinião diverge. Para alguns foi louvável, para outros uma tragédia.

O Sr. Verner Lemke, funcionário do setor de Recursos Humanos (RH) da Tupy, destaca com orgulho ter participado da iniciativa que originou a contratação da mulher no período:

Modéstia à parte foi minha e da minha equipe a ideia de colocar mulheres aqui. A mulher, no entendimento nosso naquela época, era mais tolerante, aceitava melhor a instrução do chefe. Ela se colocava melhor dentro da fábrica. E o ambiente melhorou, porque com um montão de homens, havia um desrespeito. A produtividade aumentou. O respeito dentro da fábrica aumentou.⁹¹

Anteriormente, Verner Lemke registra seu desafeto em relação ao primeiro grupo de operárias da Tupy. Seu discurso não imprime um mesmo olhar acerca desse acontecimento. No texto acima, sua narrativa é carregada de “orgulho” ao relatar que fez parte das discussões que decidiram pela contratação da mulher no setor da *Macharia*. Já para o Sr. Sebastião Rodrigues, a convivência com as “moças” sob sua responsabilidade de chefia foi uma lástima. Para ele, a empresa deveria ser mais rígida com elas, mas era o contrário. Muitos homens temiam que elas os acusassem de algum tipo de assédio e isso poderia colocar o emprego deles em risco. Assim ele argumenta:

Era contar peças e colocar nas caixas. Então se era para pegar esta caixinha e colocar lá, chamavam a gente: “Ei, vem cá, leva pra mim?”. “Por que tu não pega, guria, esta caixa e leva pra lá?”. “Ah, se fosse pra outra tu pegava, mas como é mim, tu

⁹⁰*Jornal O Estado*. Mão de obra feminina resolve problema de empresa do Norte. Florianópolis, 06 de mai., 1976, p. 9

⁹¹LEMKE, Verner. Entrevista concedida a Valdete Daufemback Niehues. Joinville, 28 jul., 1999. (Acervo Núcleo de História Oral – Arquivo Histórico de Joinville – AHJ).

não pega”. Tinha quem dizia: “Ah, cuidado com elas, porque elas são malvadas. Elas podem fazer um rolo contigo e tu podes ir pra rua sem direito”. Eu era líder e nós, encarregados, arrumávamos as nossas roupas pra ver o que acontecia. Então elas faziam tudo, se eu for contar tudo o que acontecia dentro daquela Tupy com aquela mulherada, o que a gente já sofreu.⁹²

Em tese, os problemas de relacionamento tomam conta do seu enredo. Parece que o que mais pesa para esse líder é o tratamento “diferenciado” colocado pela Tupy a essas “moças operárias” chamadas por ele de “malvadas”.

Já uma das análises feita pelo Sr. Lemke se aproxima do olhar da empresa no que tange à disciplina e produtividade. O que, na prática, pode contribuir para a compreensão dessa diferença de opiniões, talvez seja o fato de onde parte o olhar. Enquanto o Sr. Rodrigues relata a experiência da convivência diária, pois mantinha contato direto com elas por ser o responsável pelo setor no qual as operárias trabalhavam, o Sr. Lemke participa do processo de recrutamento e dos resultados de produção, sem um contato maior com as trabalhadoras. Nesse caso, a maior dificuldade relacional está representada na convivência diária com as mulheres, num espaço de trabalho historicamente dominado pelo homem. Perrot (2012) diz que uma das coisas que a presença da mulher em setores supostamente destinados aos homens causa “medos” ou ainda as “inseguranças” que a mulher pode provocar quando ela passa a ocupar postos de trabalho antes só deles. Talvez o que Perrot observa justifique a forma como o Sr. Rodrigues interpreta a presença da mulher na fábrica.

A presença da mulher no mercado de trabalho, desde os primórdios da Revolução Industrial, foi marcada pela longa e difícil jornada de atividades dentro das fábricas e por inúmeras situações de exploração e de assédio sexual. Rago (2007) analisa diversos informativos da imprensa operária que denunciam as situações caóticas pelas quais as operárias passavam no início do século XX. Para muitas

⁹²RODRIGUES, Sebastião. Entrevista concedida a Valdete Daufemback Niehues. Joinville, 24 jun., 1999. (Acervo Núcleo de História Oral – Arquivo Histórico de Joinville – AHJ).

trabalhadoras, o assédio sexual talvez fosse um dos piores problemas, pois quando se negavam a tal ato, colocavam o seu emprego em situação de risco.

O trabalho da mulher no início do século XX era marcado por perseguições e, em especial, pelo assédio sexual. Segundo os relatos dos homens nesse estudo, a culpa do assédio é atribuída à mulher, principalmente às “moças operárias”, primeiro grupo de trabalhadoras da Fundação Tupy. Acredito que a partir de 1980 essa situação comece a melhorar, haja vista a presença maior de discussões sobre os direitos das mulheres, bem como os códigos de conduta das empresas, que prezam pela ética, além dos códigos jurídicos que abriram caminho para inúmeros processos judiciais relacionados aos conflitos nos espaços de trabalho.

A sociedade, de forma geral, vivenciava, nesse período, transformações substanciais em diversos setores públicos e privados. A incorporação dos códigos que reprimiam principalmente o assédio sexual passou a ser um ponto debatido pela Justiça, haja vista o número de mulheres vítimas desse crime. Elas passaram a acionar o Judiciário, o qual, na maioria das vezes, determinava a indenização monetária ou ainda outras punições quando havia provas mais graves de que a dignidade e a honra da mulher haviam sido afetadas.

A imagem de uma trabalhadora fabril “passiva” e “indefesa” avançou por boa parte do século XX. Rago diz que “essa visão está associada, diretamente ou indiretamente, à vontade de direcionar a mulher à esfera da vida privada” (RAGO, 2007, p. 585). Mesmo diante da crescente presença feminina nos espaços públicos e exercendo diversos tipos de trabalho, muitos setores da sociedade mantinham um discurso sobre os papéis que eram considerados “próprios” para a mulher.

A Legislação Trabalhista no Brasil, apesar de um pouco tardia, prevê sanções tanto para o assediador, quanto para o empregador que for conivente ou omissivo com esse tipo de conduta. Até início da década de 1970 o assédio sexual contra mulheres, recebia pouca atenção das autoridades. Atualmente na esfera penal, esse crime vem regulado no artigo 216-A do Código Penal,⁹³ prevendo pena para o assediador de um

⁹³ **Art. 216-A.** Constranger alguém com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual, prevalecendo-se o agente da sua condição de superior hierárquico ou ascendência inerentes ao exercício de emprego, cargo ou função. (Lei: L-010.224 de 2001). <<http://www.dji.com.br/codigos/1940>>.

a dois anos de detenção. Já na esfera trabalhista, o assediado tem direito à rescisão indireta de contrato, tendo também o empregador responsabilidade objetiva e subsidiária em caso de indenização por dano moral por assédio cometido por seu preposto. De maneira geral, o assédio sexual e a violência sexual ainda são estão entre as aflições que atingem mulheres de todas as idades, classes e etnias, restringindo sua liberdade, seja para ocupar determinados espaços públicos ou para andar sozinha em certo horário, seja para escolher o que vestir. No caso do assédio sexual no ambiente de trabalho, há o agravante de, na maioria das vezes, envolver não apenas a relação de opressão de gênero, mas também a opressão de classe.

Embora de extrema importância, a mera conduta punitiva do agressor e do empregador omissivo ou conivente ainda não é suficiente. Acredito que igualdade entre homens e mulheres seja o caminho para extirpar qualquer tipo de submissão de um sexo a outro, acabando com as diferenças tidas como “naturais”. É com o respeito à autonomia da mulher sobre seu corpo e suas escolhas que se afasta qualquer tipo de violência de gênero. Rago (2007) diz que são inúmeras as barreiras de discriminação enfrentadas pelas mulheres em espaços públicos: “Da variação salarial à intimidação física, da desqualificação intelectual ao assédio sexual, elas tiveram que lutar contra inúmeros obstáculos para ingressar em um campo definido pelos homens como naturalmente masculino” (RAGO, 2007, p. 581).

A despeito da Legislação Trabalhista regulamentar os direitos para a mulher em atividades de trabalho, sendo esta mais recente comparada aos direitos do homem, o que se identifica nesse estudo, é que a Tupy, a partir do ingresso de mulheres no interior da fábrica, estabeleceu normas (cuidados) diferenciadas para suas operárias. Acredito que essas ações já faziam parte das preocupações da empresa com a presença da mulher e, provavelmente, como já mencionada, isso não agradou àqueles que foram designados a cumprir as determinações que visavam “cuidar” das mulheres enquanto estivessem em funções de trabalho. Isso pode justificar boa parte dos problemas relacionais relatados, principalmente, na fala do Sr. Rodrigues e do Sr. Lemke. Por um lado, a empresa quer se resguardar de qualquer problema, já que o que visa é a mão de obra, e por outro, aparentemente, está a difícil fase de adaptação da chefia direta às “novas” operárias.

O intenso desenvolvimento da economia metalmeccânica leva a cidade de Joinville a vivenciar, em maior proporção, a presença da mão

de obra feminina dentro desse ramo industrial. Sua participação nesses espaços também contribuiu para novas práticas sociais, não só nos ambientes laborais, mas na sociedade como um todo. A busca por direitos e maior equidade no mercado de trabalho são palavras de “ordem” para muitas mulheres ingressantes nesses locais, como disse Rago (2007), definidos pelo homem e entendidos como um lugar naturalmente masculino. Nesse caso me refiro à indústria metalúrgica.

A influência de pensamentos como o de Simone de Beauvoir (1948) contribuiu muito, principalmente a partir de meados do século XX, para a busca por direitos iguais em espaços públicos de trabalho. Suas ideias ajudam a ultrapassar as barreiras de discriminação que separam a mulher dos espaços da sociedade. Para a autora, o trabalho é uma das principais ferramentas do empoderamento social do sujeito diante do cenário de desigualdade. Talvez repouse nesse conceito o que Perrot (2008) observa sobre a presença da mulher no mercado de trabalho, principalmente em ambientes até então desconhecidos da participação feminina. Acredito que além do empoderamento social diante do homem, ela pode despertar outras preocupações de insegurança no sentido de “tomar conta” de lugares onde se desenvolvem atividades produtivas, historicamente masculinas.

Mesmo nesse início de século XXI os ambientes de trabalho são fortemente marcados pelas práticas sociais, pois a presença da mulher ainda é cercada por valores culturais tidos como “naturais” à sua pessoa. Penso que os impactos culturais nesse momento são menores se nos detivermos ao início da década de 1970. Hoje, a entrada da mulher em qualquer setor de engenharia ligada à metalurgia pode até despertar olhares curiosos do tipo: “será que ela vai dar conta?”, porém não são tão assustadores e intrigantes como foram quando da inserção da mão de obra feminina nas linhas produtivas da Tupy.

Pensar na situação de discriminação, perseguições e assédio sexual, como relatou Rago (2007), sobre a presença feminina dentro da fábrica em meados do século XIX, é perceber que, embora a passos lentos, a mulher em atividades produtivas passou a posicionar-se, mesmo em espaços onde sua representatividade era menor. A inserção da mão de obra feminina na Tupy, segundo os depoimentos mencionados, evidenciam amargos conflitos relacionados às práticas de convivência do dia a dia entre as operárias e seus respectivos chefes/encarregados. Acredito que para esses senhores pedir, dizer não ou ainda receber questionamentos não eram situações às quais estavam acostumados, ainda mais por vozes femininas. Essas práticas sociais,

afetadas ou modificadas nos ambientes de trabalho, podem ter sido um choque cultural difícil para eles. Porém, o que a empresa esperava era produtividade e isso os números provavam. Assim, se estabeleceram algumas “normas” a serem observadas pela mulher e pelo homem. Talvez tenha sido esse o grande entrave nas relações de trabalho com as primeiras “moças operárias” da Tupy no período.

Joana Maria Pedro, há mais de duas décadas, pesquisa as relações que se configuram entre homens e mulheres ao longo da história, principalmente de 1859 até os nossos dias. Com base em jornais, processos, registros policiais e entrevistas, ela identifica as histórias femininas ou a ausência delas nos fatos históricos. Esse “silêncio”, para a pesquisadora, atravessou séculos. Em sua análise, Joana evidencia os estereótipos femininos das mulheres do Sul do país, os valores da “boa” mãe, filha, irmã, esposa e avó. Vinculam-se ainda à ideia de “pureza” e “docilidade”. (PEDRO, 2007).⁹⁴ Mesmo diante desses adjetivos, o que se sabe é que a mulher esteve sempre lado a lado com o homem na agricultura, nas pequenas casas comerciais, na indústria do ramo têxtil e, a partir de 1970, na metalurgia.

No entanto, é preciso observar que boa parte da emancipação da mulher é resultado da sua ascensão profissional, mesmo em uma sociedade normatizada e hierarquizada pelas relações de poder ainda determinadas pelo homem (PEDRO, 2007). O século XX é um período de grande ascensão feminina nos diversos espaços públicos de trabalho. Acredito que sua inserção no setor metalúrgico tenha sido um momento de maior impacto social e cultural. Atribuo esse pensamento à própria especificidade do ambiente considerado “embrutecedor” e de domínio do homem, relativo a atividades “complexas”, “difíceis” e com a exigência de conhecimentos distintos.

A presença da mulher na metalurgia vai além da produção e das mudanças de práticas no ambiente da fábrica. A Tupy promoveu alterações inclusive no nome da peça, a qual seria manuseada pelas operárias. A peça “Macho”, produzida no setor da *Macharia*, era encaminhada ao serviço (subsidiário) de rebarbação e montagem. Esse procedimento era chamado de “Alisa Macho”. Após inserção da mão de obra feminina nesse setor, a Tupy mudou a denominação da função,

⁹⁴PEDRO, Maria, Joana. **Mulheres do Sul**. In. PRIORE, Del Mary; BASSANEZI, Carla. (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 9º. Ed. – São Paulo: Contexto, 2007.

trocando o nome de “Alisadoras/limpadoras de Machos” para “Núcleos de areias”. Assim declara o Sr. Floriani:

O homem não é muito dado a minúcias. Por isso entendemos que ninguém melhor do que a mulher para fazer aquele trabalho [...] Isto era uma coisa que gerava certo constrangimento. “O que você faz na Tupy?” “Ah, eu sou limpadora de macho”. Às vezes se levava isso para outro lado. Ficava até ruim em casa. A mulher falava pro marido quando ele perguntava: “o quê que tu faz?” “Ah, eu limpo macho”. Falava-se também, em “alisadoras de macho”. Então foi introduzida uma alteração. Passou-se a denominar de limpador de núcleos de areia. Hoje o pessoal volta a falar em limpador de macho porque já passou esta fase. Virou coisa de domínio e não tem mais problema.⁹⁵

Reconhece-se a falta de registros sobre possíveis críticas relacionadas à mudança do nome “Alisadoras de Machos” para “Núcleos de Areia”. No entanto, a experiência das muitas visitas até o acervo documental da Tupy, que fica no meio da fábrica, trouxe a evidência de que é comum ouvir as expressões sobre as atividades do setor da *Macharia*. Essas continuam a ser chamadas de “Alisa Macho”. Logo, a denominação para quem trabalha na função é “Alisadora de macho”, ou seja, mudou-se a nomenclatura no papel, mas na prática prevalece o nome anterior e o mesmo é citado normalmente entre os operários e operárias da empresa.

Os problemas mencionados anteriormente não estão na mudança do nome da peça ou do setor, mas sim nos conflitos de relacionamento entre as “moças” e suas respectivas chefias. Assim como relata o Sr. Sebastião Rodrigues, eram corriqueiros os desafetos com a presença das “moças operárias” e as inúmeras “confusões” que, segundo ele, elas causavam. Mesmo assim, esse senhor se sente orgulhoso por ter participado das discussões que resultaram na contratação da mulher para o setor da *Macharia*. Seu depoimento, a exemplo do de Verner Lemke, veicula contradições ao se referir à presença feminina na Tupy. Eles pouco refletem sobre os resultados

⁹⁵FLORIANI, Moacir, José. Entrevista concedida a Valdete Daufemback Niehues. Joinville, 28 jun., 1999. (Acervo Núcleo de História Oral – Arquivo Histórico de Joinville – AHJ).

positivos de produção mencionados e registrados pelo jornal interno da empresa (*Correio da Tupy*) e pela mídia jornalística de Joinville no período.

Jose Moacir Floriani, também funcionário do setor de Recursos Humanos (RH), externa orgulho ao afirmar que a Tupy foi a primeira empresa de fundição no Brasil a ter mulheres no trabalho de fábrica. Porém, desaprova o fato de essas primeiras operárias serem solteiras. Na visão dele, as operárias casadas dariam menos problemas, principalmente no que tange aos códigos de conduta do período (década de 1970) determinado para as esposas.⁹⁶

Interessante observar uma das reflexões de Verner Lemke⁹⁷ que, acaba por reconhecer o que de fato a Tupy esperava do trabalho feminino. Ele destaca, ainda, como positivos, os valores considerados próprios das mulheres: receptivas e tolerantes às normas/ordens da chefia, além da influência determinante na convivência entre os operários homens e o aumento da produtividade, ou seja, seu parecer nesse momento é contraditório ao anteriormente quando aponta desafeto com relação às “moças” operárias. O fato de serem consideradas “malvadas” e causadoras de “confusões” parece que não afetou em nada a produção. É possível que o problema maior esteja relacionado às preocupações apontadas por Perrot (2012) no sentido da existência de “medos” ou “ameaças”. É o novo chegando e gerando mudanças. Isso deve ter sido motivo de muitas preocupações.

Moacir Floriani (funcionário do RH da Tupy de 1976 até o início de 1990) coloca que os primeiros anos da presença da mulher no setor da *Macharia* foram os piores devido à necessidade de adaptação.⁹⁸ Com base no raciocínio dos depoentes, é possível perceber que os conflitos entre essas “novas operárias” eram mais acentuados entre os chefes/encarregados. Eram com esses as relações mais estreitas dentro da fábrica.

Os registros no acervo de História Oral do Arquivo Histórico de Joinville não falam necessariamente da inserção da mão de obra

⁹⁶FLORIANI, Moacir, José. Entrevista concedida a Valdete Daufemback Niehues. Joinville, 28 jun., 1999. (Acervo Núcleo de História Oral – Arquivo Histórico de Joinville – AHJ).

⁹⁷LEMKE, Verner. Entrevista concedida a Valdete Daufemback Niehues. Joinville, 28 jul., 1999. (Acervo Núcleo de História Oral – Arquivo Histórico de Joinville – AHJ).

⁹⁸(Id. Nota 100).

feminina nas atividades metalúrgicas em Joinville. As poucas entrevistas de mulheres que lá se encontram relatam as dificuldades e a difícil tarefa de adaptação dentro da fábrica. O periódico *Correio da Tupy* não publicou a voz de suas operárias, apenas fez uso das imagens delas em pleno exercício de trabalho e divulgou suas manchetes conforme os ideais da empresa. Porém, os depoimentos citados, mesmo que na voz do homem, sugerem que o alvo dessas “malvadas” operárias eram os “chefes”, já que não há nos devidos relatos qualquer menção mais calorosa aos colegas operários. O Sr. Floriani concorda que faltou orientação, do ponto de vista comportamental, por parte da Tupy, aos que trabalhariam diretamente com as moças operárias. Os encarregados/chefes estavam acostumados a tratamentos mais ásperos (de homem para homem). Em tese, a empresa entendia que para a mulher o tratamento social deveria ser diferenciado e talvez isso incomodasse muito os homens no período.

Diante dos supostos conflitos presentes na fala dos depoentes, a empresa decide contratar mulheres casadas e de preferência esposas dos funcionários da fábrica. Os registros não apontam por quanto tempo a Tupy manteve essa norma discriminatória com relação às operárias solteiras. Com base nos relatos, é possível pensar que a decisão foi no período (1974 a 1976) de adaptação da inserção do trabalho feminino no setor da *Macharia*.

Com base nos depoimentos de funcionários e ex-funcionários que atuaram na Fundação Tupy S.A., principalmente entre as décadas de 1970 e 1980, algumas mudanças de ordem administrativa com relação à contratação da mulher para o serviço da fábrica são notáveis: “A empresa mudou a tática. Agora são as casadas com idade superior a trinta e cinco anos, cujos filhos já têm certa independência aos cuidados básicos.”⁹⁹ Essa demonstração é discriminatória, não só para a mulher solteira, mas sim para a casada também, já que havia limite estabelecido de idade por julgar-se que estariam fora da fase procriativa.

A Fundação Tupy a partir da experiência com o primeiro grupo de operárias continuou, apostando no trabalho da mulher. Passou a valorizar a contratação da mão de obra feminina das operárias casadas. Na fala do Sr. Lemke, visualizam-se algumas normas que foram estabelecidas para essa mudança do público feminino no setor da *Macharia*. O objetivo talvez estivesse em buscar alternativas para

⁹⁹LEMKE, Verner. Entrevista concedida a Valdete Daufemback Niehues. Joinville, 24 jun., 1999. (Acervo Núcleo de História Oral – Arquivo Histórico de Joinville – AHJ).

amenizar os conflitos internos entre as “moças operárias” com seus chefes. Seria a busca por mulheres consideradas adultas, casadas, a definição de um novo perfil profissional desejado no período? Esse questionamento visa entender a inserção e a permanência da mulher nos trabalhos de produção da Tupy, bem como as mudanças de práticas sociais nesse ambiente de trabalho, a partir da presença dessas operárias.

É relevante pensar na faixa etária estipulada como um dos requisitos para a contratação. Estima-se que essa idade, estipulada pela Tupy, servia de parâmetro, por se entender que uma mulher após os 35 anos de idade já tinha os filhos desejados pelo casal e que a mesma podia dedicar mais tempo às atividades ligadas ao mercado de trabalho.

Os documentos analisados, como os periódicos da fábrica e entrevistas concedidas por operários ou ex-operários, não evidenciam conflitos entre os chefes/líderes e as operárias que eram casadas. Nesse caso, é preciso levar em consideração que o jornal interno da empresa é um veículo de informações privilegiado e importante para o empregador. Sua função é política e ajuda a consolidar a imagem de uma “empresa ideal”. Suas narrativas e imagens estão inseridas em uma relação de poder dentro da fábrica que visa despertar olhares de compreensão de seus trabalhadores no sentido de ver a empresa como a “grande mãe”, sempre preocupada com o seu bem-estar e o de seus familiares. Pierre Bourdieu contribui com esse reflexão ao dizer que o discurso jornalístico é uma das formas de enquadrar acontecimentos que ajudam a construir o capital simbólico desejado sobre os seus: “o poder simbólico é um poder que está em condições de se fazer reconhecer, de obter reconhecimento” (BOURDIEU, 1989, p. 61). Essa observação pode ser confirmada para todos os veículos de informação, principalmente aqueles que, de certa forma, se utilizam das notícias que convêm para consolidar imagens e ideais. Logo, a informação jornalística ou a voz do trabalhador, normalmente, estão no mesmo caminho quando o assunto está relacionado à empresa e suas práticas.

A Tupy fez e continua fazendo uso de seus mecanismos de informação. O contexto narrativo obedece às condições sociais e econômicas de cada período, tanto na voz dos operários como nas notícias divulgadas pelo jornal interno da empresa, os quais evidenciam os acontecimentos e as mudanças pelas quais o ambiente de trabalho passou após a presença feminina como operárias do “chão” de fábrica. Para o Sr. Lemke, investir na mão de obra de operárias casadas foi uma ideia que tinha por objetivo amenizar os conflitos relacionais dentro da

Tupy. Buscava-se na mulher casada um novo perfil de trabalhadora. Segundo seu parecer, elas eram mais “comportadas” e incomodavam menos. Algumas normas foram estabelecidas para evitar principalmente transtornos conjugais. As operárias casadas foram colocadas em setores diferentes de seus cônjuges. Mesmo assim, o depoente diz que havia “gracinhas” por parte de alguns operários, o que era resolvido por ali mesmo.

Às vezes um colega olhava pra uma delas, diziam qualquer coisa e se o marido estivesse por perto, falava mal o outro por ter olhado pra mulher dele. Então nós procurávamos colocar a mulher numa outra seção, nunca na do marido. Ou marido na outra. E foi uma boa experiência. Depois, sabe o que nós fizemos com elas? Colocamos como Operadoras de ponto rolante, mecânicas, torneiras, isto tudo qualificadas, com salários mais altos do que do marido. Treinávamos elas.¹⁰⁰

A inserção da mulher casada no trabalho produtivo da Tupy sugere a existência de novos cenários no que tange às práticas sociais internas da empresa. Sua presença em outras atividades fora do setor da *Macharia* é um dos fatos observados no depoimento acima. Sua participação, ainda na década de 1970, em atividades consideradas masculinas e que exigem qualificação, talvez tenha contribuído para uma série de mudanças. Assim, a mulher passou a circular em outros ambientes dentro da fábrica. Sua presença é percebida em outros setores de trabalho além da *Macharia*.

O acesso a novos espaços de trabalho para a mulher, independentemente de seu estado civil, foi um caminho importante, embora construído lentamente, porém, acredito que diminuiu um pouco a segregação profissional. Uma vez que homens e mulheres desempenham atividades industriais para as quais se exige “qualificação” é percebida a igualdade, talvez não assim tão justa. Só não se pode esquecer que a representatividade de mulheres nessas funções “qualificadas” ainda é bastante inferior se comparadas a dos homens.

¹⁰⁰LEMKE, Floriani. Entrevista concedida a Valdete Daufemback Niehues. Joinville, 24 jun., 1999. (Acervo Núcleo de História Oral – Arquivo Histórico de Joinville – AHJ).

A falta de valorização monetária e prestígio social nas profissões ditas próprias para mulheres é um dos grandes focos de discussão dos estudos de gênero sobre o campo profissional. No entanto, é preciso observar que, independentemente dos motivos que as levaram às atividades industriais, sua relação com o mercado de trabalho ainda é marcada por valores culturais e sociais que definem modelos e condições para os sujeitos trabalhadores dos espaços dessa economia industrializada. Nesse sentido, investigar a inserção feminina fora dos espaços domésticos ou em áreas de atividade produtiva desconhecidas de sua condição social requer analisar os mecanismos que definem os papéis “certos” e “verdadeiros” para os sujeitos, assim como pensa Foucault (2011) ao criticar a sociedade na definição das funções, a partir dos processos discursivos que estabelecem as regras.

O trabalho da mulher como operária na indústria metalúrgica ou metalmeccânica provocou na sociedade joinvilense, e possivelmente em outras regiões do Brasil, mudanças de diversas ordens sociais. Sua participação em espaços de trabalho historicamente ocupado e dominado pelo homem contribuiu certamente para a construção de um “novo” homem e de uma “nova” mulher nesses locais compartilhados. Porém, a divisão social e sexual do trabalho ainda é um dos fatores que coloca a mulher em desvantagem, mesmo representando o maior contingente de trabalhadores empregados em empresas onde predomina atividades manuais, repetitivas e de acabamentos diversos (linha de produção, modelo Fordista e Taylorismo), pois ainda se associa esse tipo de trabalho às características femininas, construídas socialmente/culturalmente: paciência, destreza, concentração e cuidados. Qualidades, essas, consideradas “natas” e que ajudam a promover a segregação profissional e associação dessas trabalhadoras com os ofícios domésticos e familiares.

Esse estudo mostra a crescente participação da mulher na economia industrial desde o início da Revolução Industrial (século XVIII na Inglaterra). Porém, foi sua inserção nas “engenharias” da metalurgia o que mais contribuiu para as mudanças substanciais dentro da sociedade do trabalho. Sua participação nesse meio influenciou novas práticas sociais no interior das fábricas, na sociedade e nos códigos jurídicos que normatizam direitos trabalhistas diferenciados para todas as mulheres em atividades de trabalho, independentemente de suas especificidades econômicas. Entre os mais significativos, estão o direito à jornada noturna e o direito à licença-maternidade.

Em Joinville a mulher operária e questão da licença-maternidade foi assunto de notícias em Joinville. Mesmo tendo os ônus custeados pela Previdência Social, a questão não agradava muitos empresários da cidade. O Jornal *Diário Catarinense*, em 3 de abril de 1988, publicou duas páginas sobre o assunto. Nessa divulgação, traz o parecer do empresário Udo Döhler, presidente da Döhler S.A., do Hospital Dona Helena e membro da Associação Empresarial de Joinville – ACIJ. Para Udo Döhler, um período de afastamento “longo” pode trazer prejuízos para as operárias:

O período de licença concedido é muito longo e pode provocar dificuldades para a própria mulher. Um afastamento prolongado como este faz com que a mulher perca o contato com o trabalho e, em seu retorno, demore em retomar o ritmo ideal. Em algumas áreas talvez seja necessário até mesmo um retreinamento. Com o período tão longo de licença, a trabalhadora pode retornar ao trabalho grávida novamente e passar por outro período de licença se ausentando novamente da linha de produção. Além disso, existem áreas onde o trabalho feminino é especializado e pensar numa substituição é prejuízo para o empregador.¹⁰¹

O posicionamento do empresário fica restrito à ausência da trabalhadora, talvez pelo fato de que quando ela retornar às funções já seja uma operária com filho que necessita de cuidados básicos. Como não havia, ainda, na cidade, até final da década de 1980, creches suficientes para as crianças de zero a cinco anos de idade, isso era um entrave, ou seja, as faltas decorrentes de problemas relacionados com os filhos pequenos poderiam ser, na visão empresarial, outro complicador dentro das perspectivas de produção da fábrica. Vale observar que a despesa salarial do período da licença- maternidade não onera a folha da empresa desde 1974, e que na última Constituição Federal, em 1988, ficaram definitivamente sob responsabilidade do Sistema Previdenciário (INSS) do país todos os custos relacionados ao afastamento da trabalhadora mãe.

O empresário Udo Döhler destaca, ainda, que a substituição da operária em período de licença-maternidade pode acarretar prejuízos,

¹⁰¹Licença-Maternidade ameaça trabalhadoras. *Diário Catarinense*, 3 de Abr., de 1988, p. 6-7.

principalmente no caso daquelas funções qualificadas. Logo, seu posicionamento contrário ao período que foi estendido de oitenta dias para cento e vinte é evidente. Seus argumentos demonstram contrariedade e voltam-se aos interesses da produção da empresa. Talvez o que mais tenha deixado a classe empresarial descontente tenha sido a garantia de emprego gozada pela gestante após o cumprimento de sua licença. Se a lei permitisse o desligamento dessa operária da empresa, seria possível que a licença-maternidade não fosse questionada pelos empresários, já que os custos de folha desse período não eram de sua responsabilidade.

A posição exposta por Udo Döhler demonstra, na verdade, um apelo ou desejo da classe empresarial de Joinville, uma vez que, no período de alteração da licença- maternidade, ele era presidente da Associação Comercial e Industrial (ACIJ). Ficou à frente da ACIJ por cinco mandatos intercalados. Iniciou em 1974 e em 2012 encerrou suas atividades de presidência dessa instituição.¹⁰² Por isso, seu pronunciamento pode ser tomado como expressão dos interesses do empresariado local. O que entra em cena não é o direito dessas trabalhadoras, mas o funcionamento contínuo das máquinas que garantem a produção.

Com base nos depoimentos acima citados e no parecer de Udo Döhler, acredito que foram esses os fatos que levaram à empresa Tupy, em 1976, a optar pela mão de obra de mulheres casadas com idade superior a 35 anos. Acredito que a resistência do empresariado está no “desfalque” de mão de obra ocasionado pela ausência da trabalhadora durante o período da licença-maternidade, bem como a garantia do seu emprego ao fim do período de afastamento maternal.

O *Diário Catarinense*, em 3 de abril de 1988, denunciou a discriminação que algumas mulheres estavam enfrentando após serem sancionadas as mudanças na licença-maternidade no país:

Essa foi uma conquista da nova Constituição (1988). Mas as demissões já começaram. O aumento da licença-maternidade, de 80 para 120 dias, votado pela Constituição, já está se tornando uma ameaça para as trabalhadoras do país. A partir da decisão, algumas empresas começaram a

¹⁰²Mais informações ver: <<http://www.acij.com.br/institucional/show/area/historico>>.

adotar medidas discriminatórias contra a mão de obra feminina, demitindo funcionárias ou exigindo das candidatas a emprego comprovante de esterilização, conforme denúncias chegadas até o ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, na última semana. Pazzianotto já enviou telex a todos os delegados regionais do Trabalho pedindo uma rigorosa apuração dessas ocorrências.¹⁰³

A insatisfação que a mudança do período de afastamento da licença-maternidade de 80 para 120 dias gerou não foi um caso específico de Joinville, mas do grupo empresarial brasileiro, assim como o jornal *Diário Catarinense* expõe na matéria. Não temos nenhuma informação específica sobre discriminação ou demissões da mão de obra feminina na cidade.

Essas informações permitem analisar a condição imposta pela Tupy quando decidiu contratar a operária casada em substituição da solteira. No depoimento do funcionário Verner Lemke¹⁰⁴, que atuou na Tupy durante o período, é possível perceber a discriminação latente quando ele fala que, na medida em que as trabalhadoras solteiras iam saindo da empresa, sua ausência era preenchida pela presença de mulheres casadas, e essas eram enquadradas dentro de requisitos do tipo: esposas de seus operários e com idade superior a 35 anos.

Tanto na opção pelas operárias solteiras, como, em seguida, pela casadas. Em tese, ambas atendiam aos requisitos ligados à gestação. É um momento de conflitos e preocupações, pois diante da situação apresentada, a questão não é o fato de ser a mulher solteira ou casada, mas sim o fator idade no período em que se “permite” ter filhos ou não.

As alterações na legislação trabalhista que estabelecem leis específicas para a mulher em atividades de trabalho, segundo Rago (2007), foram impactadas pela onda de debates das correntes feministas a partir das primeiras décadas do século XX, pois esses movimentos provocaram no universo feminino uma “Revolução Social”, em especial no campo de trabalho (RAGO, 2007).Essas mudanças sociais advindas dos movimentos liderados por mulheres contribuíram também para a sua

¹⁰³Licença-Maternidade ameaça trabalhadoras. *Diário Catarinense*, 3 de Abr., de 1988, p. 6-7.

¹⁰⁴LEMKE, Verner. Entrevista concedida a Valdete Daufemback Niehues. Joinville, 24 jun., 1999. Acervo de História Oral do Arquivo Histórico de Joinville (AHJ).

representatividade nas instituições de ensino básico (Ensino Fundamental e Médio) e profissionalizante no país.

4.5 QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DA MULHER METALÚRGICA

Vale destacar que a inserção feminina nos espaços educacionais, a partir de meados do século XX, cresceu consideravelmente, principalmente nos centros urbanos. A mulher era encaminhada ainda jovem às salas de aula. Acredito que a economia industrial tenha exigido, cada vez mais, uma mão de obra qualificada. A necessidade de conhecimento aumenta conforme avança a tecnologia desse setor. Desde o início da década de 1990, em Joinville, um dos requisitos mínimos para o ingresso no mercado de trabalho está na comprovação da escolarização. Em cada área de atuação um grau de estudos deve constar no currículo. Porém, independentemente da atividade desenvolvida na empresa, há a necessidade permanente de capacitação profissional. Esse é um dos caminhos que mantém o trabalhador e a trabalhadora conectados às tendências da economia globalizada.

A gestão do conhecimento torna-se importante dentro da empresa, que cada vez mais exige de seus trabalhadores conhecimento. Para tanto, a criação de ambientes que ajudem a promover a qualificação profissional é uma prática comum na atualidade. Dessa forma, as políticas educacionais promovidas pelo empregador possibilitam a implantação de novas ideias dentro da fábrica e a prestação de serviço com melhor qualidade. Atualmente as empresas oferecem espaços e auxílios financeiros para que seus profissionais possam buscar conhecimento a fim de solucionar problemas, formular hipóteses e elaborar projetos. Acredito que essa “pedagogia empresarial” visa à melhoria dos processos instituídos na empresa, como garantia da qualidade da mão de obra.¹⁰⁵

Nos dias correntes, é crescente a participação da mulher em todos os níveis de ensino. Dados de 2003 a 2010 (IBGE)¹⁰⁶ apontam que a mulher que já está inserida no mercado de trabalho vêm ocupando cada vez mais as vagas das instituições de ensino no país. Na medida em

¹⁰⁵Ver mais em: O pedagogo empresarial <<http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/pemp02.htm>>.

¹⁰⁶IBGE (2003 - 2010).

que os índices de escolaridade aumentam, sua presença cresce em ritmo acelerado nos diversos setores da atividade econômica brasileira.

As primeiras preocupações com o ensino da classe operária aconteceram na década de 1920 em São Paulo. A historiadora Maria Auxiliadora Guzzo Decca mostra, em sua pesquisa, que as indústrias, com o apoio da Igreja Católica, empenharam-se na educação do operariado e dos filhos desses. Embora a economia industrializada já apontasse no período os primeiros sinais da necessidade de conhecimento institucionalizado no país, especialmente na Educação Básica e no ensino tecnicista, não era pequeno o percentual de operários que apresentava baixo grau de instrução educacional, sendo a maioria analfabeta.¹⁰⁷ A participação dos trabalhadores, em especial das mulheres, nos espaços de ensino, era relativamente pequena (DECCA, 1987). A mesma autora coloca que foi a partir da década de 1930 que o estado de São Paulo passou a gerir as escolas noturnas a fim de possibilitar a educação de nível primário para os trabalhadores. A institucionalização da Educação Técnica Profissional, sob a responsabilidade do poder público, surge na década de 1940, no governo de Getúlio Vargas, com a criação do SENAI, do SENAC e do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – IF (SAVIANI, 2008).

Quanto à escolarização, estamos nos referindo apenas aos níveis de alfabetização e ensino da Educação Básica e Profissional, pois são esses os níveis de ensino mais requisitados pelos mecanismos da economia industrializada e global do país.

Na corrida pela “qualificação” mínima dos operários em atividades de trabalho, não se pode deixar de citar a importância do Instituto Universal Brasileiro (IUB)¹⁰⁸, fundado em 1941, que inclusive continua ofertando seus cursos de forma ininterrupta até os dias de hoje, e com a mesma finalidade, que é a de desempenhar um papel no desenvolvimento da educação com uma nova proposta educacional: a distância. Essa modalidade de ensino levou muitas empresas a organizarem espaços pedagógicos dentro das próprias imediações. Em Joinville não foi diferente.

¹⁰⁷O ensino institucionalizado foi referido por se tratar de um conhecimento tecnicista requerido pela sociedade do trabalho.

¹⁰⁸O Instituto Universal Brasileiro – IUB funciona no Brasil desde 1941. É um dos pioneiros do Ensino a Distância (EaD) da Educação Básica modularizada(Supletivo). Hoje oferece cursos técnicos também em AD. Mais informações em: <<http://www.institutouniversal.com.br/historia.php?IUB>>.

Segundo Verner Lemke,¹⁰⁹ funcionário da Tupy, logo após a inserção da mulher operária nas atividades da *Macharia*, ela começa a ocupar no interior da fábrica funções que exigiam qualificação, e era a própria empresa que oportunizava o conhecimento que lhes permitia desempenhar tal função, considerada “importante” (motorista de empilhadeira, eletricista, mecânica e outros cargos de liderança no interior da fábrica), além do trabalho de rebarbação e montagem. No setor da *Macharia*, o acesso aos cursos de qualificação profissional citados na fala do Sr. Lemke é percebido como uma “preocupação” da Tupy com o ensino básico ou ainda com aqueles que possibilitam a mão de obra especializada. Nesse caso o conhecimento técnico. De todo modo, essa oportunidade de estudo profissional é benéfica para a mulher, mesmo que nessa ação sejam revelados os interesses econômicos da empresa que passa a contar com uma mão de obra qualificada.

A Tupy é apontada como pioneira na contratação da mão de obra feminina em Joinville e também por ser uma das primeiras empresas a organizar um acervo bibliográfico no interior da fábrica disponível para leitura e pesquisa por funcionários e seus familiares.

A bibliotecária Adriana Calegari Crispim (2009) analisou o uso da informação disponibilizada aos trabalhadores em empresas do setor metalmeccânico do município de Joinville, especialmente a Fundação Tupy S.A.:

A Tupy S/A, Indústria de Fundação de Joinville, desde a década de 1960 já se empenhava para que os seus colaboradores procurassem se aperfeiçoar cultural e intelectualmente e isto, antes de tudo, através da leitura. Nesta época, já existia biblioteca para suprir os serviços de informações de seus pesquisadores e engenheiros atuantes na empresa e também mais de 200 volumes destinados à consulta por parte das mulheres do escritório (CRISPIM, 2009).

¹⁰⁹LEMKE, Verner. Entrevista concedida a Valdete Daufemback Niehues. Joinville, 24 jun., 1999. (Acervo Núcleo de História Oral – Arquivo Histórico de Joinville – AHJ).

A ideia de organizar um acervo bibliográfico voltado à pesquisa, conforme defende Crispim, surge ainda na década de 1960. Desde então, segundo suas análises, a Tupy já demonstrava interesse em instruir seus trabalhadores, porém, foi durante as décadas de 1970 e 1980 que a biblioteca foi instalada a fim de disponibilizar bibliografias voltadas às áreas de pesquisa das engenharias, bem como atender a outras necessidades de conhecimento inerentes à realidade da empresa. A implantação do *Projeto Indústria do Conhecimento na Tupy*, segundo Crispim, nasceu da necessidade de um espaço onde os engenheiros pudessem estudar e realizar pesquisas voltadas às especificidades da indústria metalmeccânica, principalmente. Do momento em que a Tupy institui a Biblioteca até 2009, o acervo foi sendo estruturado para seus usuários com o objetivo de atender às suas necessidades informacionais (CRISPIM, 2009).

Na prática, a Tupy investe no conhecimento que julga imprescindível a seus colaboradores em consonância com as tendências da economia global do período que indicavam a importância do serviço especializado, não só dos setores administrativos, mas do “chão” de fábrica também. Essa é uma hipótese que pode justificar a localização da Biblioteca no meio da fábrica.

As diversas visitas até a Biblioteca da Tupy, em busca de informações acerca da temática desse projeto, despertaram inúmeras curiosidades. A caminhada da portaria até o local do acervo é longa (área total de 1.208.000 m² e área construída de 230.417 m²)¹¹⁰. No caminho, havia o encontro com máquinas, homens e mulheres, todos em ritmo acelerado, cada um com a sua função. De repente, no meio de toda aquela movimentação, pessoas com as devidas vestimentas (uniforme da fábrica), entrando e saindo da biblioteca com livros, revistas e até jornais na mão. Acredito ser estratégica a localização desse ambiente no meio da fábrica. Logo, o acesso aos operários e operárias que trabalham no entorno fica mais prático, o que lhes permite conciliar seus horários de intervalo e trocas de turno para fazer uma visita até esse espaço destinado ao “conhecimento” ou à “cultura”. Há controle interno para a retirada da bibliografia desejada.

A Biblioteca da Tupy, ainda na década de 1960, me faz acreditar que era parte das preocupações da empresa melhorar ou oportunizar um mínimo de conhecimento “adestrado” para seus trabalhadores a fim de obter a qualidade dos serviços dentro da fábrica.

¹¹⁰Ver mais em: http://www.tupy.com.br/portugues/empresa/estrutura_jlle.php

O funcionário Lemke relata que a partir de 1976, quando as mulheres solteiras iam saindo, as vagas passaram a ser preenchidas pelas esposas de seus operários e essas foram as primeiras operárias a exercerem atividades qualificadas (operadoras de ponto volante, mecânicas, torneiras e outras). Acrescenta dizendo: “A experiência foi boa, olha o que fizemos com elas. Seus salários ficaram superiores, comparados ao dos maridos.”¹¹¹ A análise feita por Lemke nos possibilita perceber que era a empresa que qualificava a mão de obra especializada no período. Faço essa afirmação com base na expressão “Olha o que nós fizemos com elas”. A voz desse funcionário representa a voz da empresa e isso ajuda a justificar um espaço dentro da fábrica com acervo voltado às necessidades de conhecimento no período. Logo, no caso da Tupy, os primeiros cursos de qualificação do trabalho foram oportunizados pela própria empresa. A qualificação de operários e operárias segue em ritmo acelerado, visto que a globalização econômica e industrial assim o exige. Dessa forma, as “políticas educacionais” da empresa adentram o século XXI buscando cada vez mais capacitar seus trabalhadores.

Acredito que a ascensão feminina em áreas (técnicas) qualificadas, as quais exigem capacitação, também causou impactos e ainda causam. Talvez isso justifique sua pequena representatividade nesses setores. Com isso me vem a contribuição de Perrot (2012) ao analisar a divisão de trabalho na fábrica no que concerne ao serviço qualificado ou não. Atividades que requerem conhecimento logo se entendem como masculinas, embora, gradativamente, esses serviços vêm sendo compartilhados com a mulher.

Depois de qualificada, a mulher começa a ocupar vagas na ferramentaria como mecânicas. Essa área é ampla, e engloba fresadores, torneiras e recondicionadores, entre outros.¹¹² Vale destacar que desde os primeiros cursos de capacitação oportunizados pela empresa, o custo gerado em função da qualificação profissional é, quase na sua totalidade, deduzido dos encargos fiscais junto à União. Dessa forma, é mais vantajoso para o empregador capacitar a mão de obra do seu quadro efetivo do que contratar um serviço especializado, uma vez que

¹¹¹LEMKE, Verner. Entrevista concedida a Valdete Daufemback Niehues. Joinville, 24 jun., 1999. Acervo de História Oral do Arquivo Histórico de Joinville (AHJ).

¹¹²Mulheres e mercado de trabalho em Joinville. *Diário Catarinense*, 5 de jul., de 1986, p. 27

os investimentos na formação na prática não são pagos pela empresa, mas pelo estado.

Segundo o periódico *Correio da Tupy*, o projeto capacita funcionários e eleva a qualidade na fábrica. Boa parte das operárias da *Macharia* já passou pelos cursos de capacitação. Assim, como registra o jornal interno da empresa, “A ajudante II, Karin, foi uma das funcionárias que passou pela capacitação e já vê diferença no trabalho. ‘Eu sabia executar as tarefas, mas não entendia todo o funcionamento e, principalmente, os porquês do processo’, revela”.¹¹³ Mesmo com dados que provam a presença da mulher em áreas qualificadas, sabe-se que ainda há resistência forte de segregação ocupacional dentro da fábrica. Mas, por outro lado, não se pode negar que a partir da década de 1970 as conquistas no campo de trabalho foram notáveis. O processo é lento, mas estabelece avanços que não permitem retrocesso. Perrot (2012) investiga essa trajetória quando aduz que a inserção da mulher nas atividades industriais foi um caminho sem volta. No entanto, cabe destacar que o acesso a esse campo de profissões reconhecidas e remuneradas é historicamente recente, estando o trabalho da mulher ainda longe de igualar-se ao do homem em termos de valorização social e ganhos salariais, mesmo que ocupem a mesma função (PERROT, 2012).

O *Correio da Tupy* divulgou uma matéria, *Acesso ao saber: crescimento contínuo e novas conquistas*, no início da década de 1980, que mostra a história da operária Marilete, que trabalhou até meados de 1990 na *Macharia*. A funcionária conta que não é fácil voltar a estudar depois de 21 anos longe da escola. Em seu contra-turno, fez o curso supletivo do Ensino Fundamental e, na sequência, o Médio. Acrescenta ser muito grata à empresa pela oportunidade. Segundo o jornal empresarial, desde a implantação do *Supletivo Tupy* no início de 1980, centenas de mulheres e homens foram certificados com o histórico que corresponde à Educação Básica.¹¹⁴ A partir dessa certificação, podem dar continuidade aos cursos técnicos nas áreas com déficit de mão de obra especializada.

A mulher como “força” de trabalho, seja em Joinville, ou em qualquer outro lugar, é um elemento importante para a indústria. Assim como o homem, ela também foi atraída para esse município em busca de melhores condições de vida. As campanhas publicitárias empreendidas

¹¹³ Certificação Operacional. *Correio da Tupy*, 8 de mai., de 1983. p. 6.

¹¹⁴ Acesso ao saber: crescimento contínuo e novas conquistas. *Correio da Tupy*, 5 dez., de 1983, p. 7.

pelo núcleo empresarial local são um dos fatores consideráveis em relação à presença feminina nas atividades fabris ligadas ao setor metalmeccânico. As condições reguladoras impostas à figura feminina nesse ramo industrial não as impediu de avançar em sua representatividade nesses espaços, o que ocorreu, igualmente, em virtude de outras conquistas relacionadas aos direitos trabalhistas e à qualificação profissional, necessária, hoje, para sua permanência como trabalhadora em uma sociedade baseada em uma economia industrializada e global.

CONSIDERAÇÕES

Neste trabalho busquei retratar a inserção da mulher operária na metalurgia, em Joinville, especialmente na Indústria de Fundação Tupy S.A. As dúvidas e os questionamentos acerca das categorias de análise desse trabalho fizeram surgir novas hipóteses, permitindo novos caminhos que podem levar a novas interpretações. Desse modo, acredito que a pesquisa contribuiu com novos estudos, haja vista a pouca documentação em Joinville sobre a inserção feminina nas atividades produtivas relacionadas ao setor metalúrgico.

Não só a defesa da germanidade nos aspectos econômicos e culturais está espelhada nas vitrines da “Manchester Catarinense”, mas a presença da mulher operária também reflete nesse “espelho” de cidade “bela” voltada aos ofícios do trabalho.

No final da década de 1960, as indústrias joinvilenses recebem consideráveis incentivos fiscais e financeiros, os quais possibilitaram a essas fábricas, especialmente do setor metalmeccânico, alavancar o desenvolvimento econômico e consolidar uma economia baseada no fornecimento de produtos duráveis para o mercado interno e externo. Com esses incentivos, as empresas beneficiadas passam a registrar importantes resultados econômicos destacando-se nacionalmente no período.

A implantação do regime civil-militar (1964-1985) trouxe, em seu bojo, mudanças para a cidade de Joinville, principalmente no setor econômico. Com o apoio da elite empresarial do município e com a identificação da cidade como área de Segurança Nacional, os militares estabelecem relações estreitas e amistosas com os empresários joinvilenses. A empresa que mais declarou apoio ao regime, bem como a que mais se beneficiou com os incentivos estatais, foi a Fundação Tupy S.A. Diante disso, esta empresa obteve seu ápice de crescimento econômico no período em que os militares estiveram no poder e consequentemente a necessidade de mão de obra para as atividades produtivas.

Como dito, em meados do século XX, o país enfrentava, na economia industrializada, problemas relacionados à infraestrutura e à falta de operários. Esses problemas, no caso da Tupy, foram solucionados pelos incentivos fiscais e financeiros do governo. Entre 1968 e início de 1980, essa parceria ajudou a colocar essa empresa em destaque nacional e a torná-la uma das mais importantes do estado de

Santa Catarina. Os investimentos injetados no período, no que tange à tecnologia da época, aceleraram a produção e o patrimônio empresarial em um curto espaço de tempo. Todavia, para colocar as máquinas em funcionamento, a empresa precisava de trabalhadores para o “chão” de fábrica. A oferta de mão de obra, em Joinville, como se viu, não supria as necessidades do setor fabril. Com o apoio da imprensa local, criaram-se importantes campanhas de *marketing* a fim de atrair pessoas de outras regiões para o município. Assim, a cidade vivenciou, entre 1960 e 1980, um de seus maiores crescimentos populacional. Homens e mulheres de vários lugares acorreram para Joinville em busca de trabalho.

Em Joinville, nas atividades relacionadas ao setor têxtil e de vestuário, desde o surgimento das primeiras fábricas, nas últimas décadas do século XIX, predomina a presença da mão de obra feminina. A indústria metalmeccânica ganha espaço no município a partir de meados do século XX, mas é após a década de 1960 que essa atividade vai mudar as bases econômicas da cidade. Foi justamente esse setor que mais sentiu a falta de operários. Entre 1960 e 1980, as empresas metalúrgicas enfrentam um de seus piores déficits de mão de obra. Como a Tupy, no período, já consolidava uma boa infraestrutura tecnológica, era a que mais carecia de trabalhadores. O estudo identificou que foi nesse contexto que houve a inserção de muitas mulheres nesse espaço de atividades produtivas até então ocupadas somente pelos homens.

Nas análises documentais (bibliografias, periódicos e acervo de História Oral – AHJ) identificou-se que a Tupy, no início de 1970, foi a primeira fundição da cidade a contratar mulheres para as atividades relacionadas às linhas de produção. Seu pioneirismo é registrado pelos periódicos da fábrica, como o *Correio da Tupy*, jornais locais e entrevistas de ex-funcionários dessa empresa que se encontram sob a responsabilidade do AHJ. A mulher já estava em outros espaços de atividades produtivas, porém, nas do segmento metalúrgico, no período, isso representou um marco histórico, haja vista adentraram caminhos que até então não conheciam a sua presença.

O pioneirismo da Tupy com o trabalho feminino repercutiu nas demais empresas do setor metalmeccânico em Joinville que passaram a usar manchetes na imprensa local a fim de atrair essa nova “força” de mão de obra. Muitas metalúrgicas, a exemplo da Tupy, no início da absorção do trabalho da mulher, preferiam as solteiras. Mas isso só para os primeiros grupos, depois a necessidade de trabalhadores fez essa questão passar despercebida.

A inserção da mulher no setor metalúrgico, a partir da década de 1970, é considerada um dos acontecimentos que mais contribuíram para a sua crescente participação no mercado de trabalho. Embora sua presença já seja percebida nas atividades industriais desde a Revolução Industrial (século XVIII na Inglaterra), foi sua entrada na metalurgia que mais lhe possibilitou visibilidade social. Sua representatividade nas fábricas têxteis, pelo menos até meados do século XX, pouco se reconhece socialmente, pois o tecido e a costura são ainda caracterizados como função feminina (PERROT, 2012).

O crescimento da participação feminina no mercado de trabalho, a partir de meados do século XX, fez surgir novas práticas sociais não só no interior da fábrica, mas na sociedade em geral. Elas ascenderam profissionalmente em diversos setores dentro das empresas. Sua presença em atividades qualificadas e técnicas também vêm crescendo. Assim, quebra-se o estigma de elas fazerem só o trabalho fácil, leve e sem burocracia, como relatou a Tupy ao justificar a presença delas no setor da *Macharia*, no início da década de 1970. É certo que boa parte da sua representatividade ainda se concentra nas atividades subsidiárias ao trabalho do homem. No campo jurídico, as mudanças mais notáveis são as relativas às leis trabalhistas específicas de proteção à mulher em atividade profissional.

Ao final desse trabalho, pode-se concluir que a inserção da mulher no setor metalmeccânico em Joinville esteve permeado por modelos conservadores e patriarcais. Ela foi discriminada e chegou a ser considerada relativamente incapaz de exercer atividades consideradas mais complexas dentro da fábrica. A Tupy impôs um perfil submisso para a mulher que, por sua vez, deveria ser vigiada pelo chefe e pelo tutor. A desigualdade salarial e de cargos de liderança ainda é um dos fatores que delimitam a igualdade entre os sexos no campo profissional. No entanto, não se pode negar que a mais notável conquista feminina do século XX está relacionada ao direito de exercer as profissões ainda interpretadas como “serviço do homem”. Acredito que o instrumento mais eficaz nessa luta/conquista seja a presença delas e os resultados que as mesmas apresentam nesses espaços que ideologicamente foram construídos pelos homens e para os homens.

Ao finalizar essa dissertação, percebo que uma página da minha história também foi registrada. Trazer à tona histórias e memórias silenciadas é reviver no presente algo que faz parte da minha trajetória de vida e de muitas outras cidadãs.

Falar da inserção do trabalho feminino na metalurgia em Joinville, num período em que as condições sociais definiam os papéis de cada um, é adentrar num campo “racional” do capitalismo que, por sua vez, define as práticas necessárias das políticas globais, as quais se utilizam das normas e discursos do progresso econômico. Logo, a mão de obra exercida pela mulher dentro desse segmento industrial ou de qualquer outra atividade produtiva ganha terreno e ajuda a diminuir a distância que as separa do homem. No entanto, as discussões sobre a sua representatividade nas atividades da metalurgia ainda são permeadas pelo preconceito e pela desigualdade social, bem como a baixa valorização monetária da sua mão de obra.

REFERÊNCIAS

FONTES PRIMÁRIAS: PERIÓDICAS E DOCUMENTOS

ACERVO ARQUIVO HISTÓRICO DE JOINVILLE (AHJ) E DA BIBLIOTECA DA INDÚSTRIA DE FUNDIÇÃO TUPY S.A.

A Educação Moral e Cívica sob o governo do presidente Médici. *Correio da Tupy*, mar. 1971, p.10.

Acesso ao saber: crescimento contínuo e novas conquistas. *Correio da Tupy*, 5 dez. 1983, p. 7.

Brasil tem novo presidente. *Correio da Tupy*, 1 maio 1964, p. 3.

Certificação Operacional. *Correio da Tupy*, 8 de mai., de 1983. p. 6.

Civismo: A Maravilhosa Pátria Brasileira. *Correio da Tupy*, 10 jul. de 1964, p. 7.

Habitação para nossos operários. *Correio da Tupy*. 2 jun. 1969, p. 5.

Revolução Anti-Comunista no Brasil. *Correio da Tupy*, 9 abr. 1965, p. 4.

Só tem direito à vida as pessoas que produzem e as que trabalham. *Correio Tupy*, 1976, N.6, p.1.

Primeiras imagens de mulheres na produção. *Correio da Tupy*, 1964, p. 7

A noite da mulher é o lucro do patrão. *Brasil Mulher*, São Paulo, Ano III, nº 12, maio 1978, p. 10.

Caderno AN-Economia. *A Notícia*, 12 set. 1999, p. 23.

CLT permitirá trabalho noturno para a mulher. *À Notícia*, 21 set. 1977, p.10.

Dados do perfil socioeconômico de Joinville: edição 2002, SC: Editora UNIVILLE, 2002. p. 23

Escola Feminina N. S. Medianeira Formou uma nova turma de alunas. *A Notícia*, 5dez. 1967, p. 4.

GOUDO, A. José. **Esses gênios de loucas ideias.** 1987. *Diário Catarinense*, Joinville, 22 nov. 1975, p.2.

Joinville: solução para os filhos da mulher que trabalha. *A Notícia*. 21 out, 1981, p. 1.

Colônia Dona Francisca. *Kolonie-Zeitung*, 12 fev. 1876, nº 7 p. 27.

Licença-Maternidade ameaça trabalhadoras. *Diário Catarinense*. 3 abr. 1988, p. 6-7.

LOBATO, Heráclito. **Página antiga para o dia de hoje.** *A Notícia*, 9 mar. 1957, v. 35, n. 7.085, p. 8.

Mão de obra feminina resolve problema de empresa do Norte. *Jornal O Estado*. Florianópolis, 6 maio 1976, p. 9.

Migração aumenta em Joinville. *Extra*. Joinville, 25 abr. 1984, p. 4.

O Boom das Creches em Joinville. *A Notícia*, 2 out. 1981, p. 5.

O Estado, Florianópolis, 22 jul. 1970, nº 16436, ano 56, p. 12.

Projeto de implantação do Distrito Industrial. *Planisul*, v. II. Joinville. Prefeitura Municipal de Joinville, 1975.

PRIMEIROS passos positivos do SINE. *A Notícia*. Joinville, 31 jul. 1976.

Qualificados. *A Notícia*. Joinville, 9 set. 1974, p.12.

Relatório (0105000000C2967). **Processo da peça na Macharia.** set.1978. Biblioteca Fundação Tupy S.A.

Revista de Joinville **Ontem & Hoje**. Mate: a erva que enriqueceu Joinville. (2008-2013).

Relatório interno. *Repórter Tupy*, 12 dez. 2013, p.2.

Relatório: Dados elaborados a partir das listas de imigrantes compilados pelo Consulado Brasileiro em Hamburgo e pela Direção de Colônia Dona Francisca, entre 1850-1871. Mapoteca do Arquivo Histórico de Joinville - AHJ.

SCHMITZ, Aldo. **Joinville desjoinvilado**. Revista Cordão n.1, 1973, p.7. Acervo Arquivo Histórico de Joinville (AHJ).

Relatório: Trigésimo oitavo relatório da Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo. Hamburgo, março de 1891. Coleção Carlos Ficker. Coleção Memória da Cidade (CMC). Arquivo Histórico de Joinville (AHJ). Tradução Helena R. Richlin.

Relatórios técnicos e administrativos da fundição. Biblioteca da Fundação Tupy S.A. 1978. Acervo privado.

Trabalho Noturno. *Nós Mulheres*, São Paulo, n 5, jun. / jul. 1977, p.8.

VERDELHO, Valdeci. **Solteira, sim. Casada não**. *Mulherio*, São Paulo, Ano 3, n 12, mar./abr. 1983, p.

VERÍSSIMO, Luís. **Incentivo só à alta tecnologia**. *Diário Catarinense*, Joinville, 8 ago. 1988, n. 830. p.5.

VIEIRA, A. Carlos. **O crescimento posto em questão**. *A Notícia*, Joinville, 15 abr. 1973, p. 2.

FONTES DE SITES ELETRÔNICOS

<<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/industria>>. Acesso em: 7 fev. 2013.

<www.cutsp.org.br/noticias/2013/03/11/cresce-participacao-das-mulheres-metalurgicas-no-mercado>. Acesso em: 5 dez. 2013.

<<http://www.ibge.gov.br/censo>>. Acesso em: 5 dez. 2013.

<<http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?vcodigo=CD77>>. Acesso em 10 jan. 2014.

<<http://www.dji.com.br/decretos>>. Acesso em: 5 dez. 2013.

<<http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/pemp02.htm>> Acesso em 8 jun 2014.

<http://www.tupy.com.br/portugues/empresa/estrutura_jlle.php> Acesso em: 5 dez. 2013.

<<http://www.institutouniversal.com.br/historia.php?IUB>> Acesso em: 5 dez. 2013.

<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1313-17-janeiro-1891-498588-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em: 5 dez. 2013.

<www2.mte.gov.br/institucional/historia.asp> Acesso em: 5 dez. 2013.

(<http://www.ippuj.sc.gov.br>) Acesso em: 5 dez. 2013.

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior/SECEX/DEPLA. Disponível em: <<https://www.furb.br/especiais/download/117389-609616/expimp.pdf>>. Acesso em: 13 mar. 2014.

<http://www.lep.ibge.gov.br/ence/publicacoes/textosparadiscussao/textos/texto_7.pdf>. Acesso em: 5 dez. 2013.

<<http://www.acij.com.br> e na sede da ACIJ>. Acesso em: 5 dez. 2013.

<<http://www.iea.usp.br/iea/inovatecno/comportinovador.pdf>> Acesso em 23 maio 2014.

ENTREVISTAS

ACERVO HISTÓRIA ORAL - ARQUIVO HISTÓRICO DE JOINVILLE – AHJ

BESEN, Eneidir. Entrevista concedida a Valdete Daufemback Niehues. Joinville, 9 jul.,1999. (Acervo Núcleo de História Oral – Arquivo Histórico de Joinville – AHJ).

CUSTÓDIO, Marlene Silveira. Entrevista concedida a Valdete Daufemback Niehues. Joinville, 8 jun. 1999. (Acervo Núcleo de História Oral – Arquivo Histórico de Joinville – AHJ).

FERNANDES, Terezinha. Entrevista concedida a Valdete Daufemback Niehues. Joinville, 9 ago.1999. (Acervo Núcleo de História Oral – Arquivo Histórico de Joinville – AHJ).

FLORIANI, Moacir José. Entrevista concedida a Valdete Daufemback Niehues. Joinville, 28 jun. 1999. (Acervo Núcleo de História Oral – Arquivo Histórico de Joinville – AHJ).

GOEDER, Laércio. Entrevista concedida a Valdete Daufemback Niehues – 24 jun. 1999. (Acervo Núcleo de História Oral – Arquivo Histórico de Joinville – AHJ).

LEMKE, Verner. Entrevista concedida a Valdete Daufemback Niehues. Joinville, 24 jun. 1999. (Acervo Núcleo de História Oral – Arquivo Histórico de Joinville – AHJ).

MATIAS, Evanir. Entrevista concedida a Valdete Daufemback Niehues. Joinville, 28 jul. 1999 (Acervo Núcleo de História Oral – Arquivo Histórico de Joinville – AHJ).

RODRIGUES, Sebastião. Entrevista concedida a Valdete Daufemback Niehues. Joinville, 24 jun. 1999. (Acervo Núcleo de História Oral – Arquivo Histórico de Joinville – AHJ).

VIEIRA, Maria Ivonete. Entrevista concedida a Valdete Daufemback Niehues. Joinville, 9 ago.1999. (Acervo Núcleo de História Oral – Arquivo Histórico de Joinville – AHJ).

BIBLIOGRAFIA GERAL

ALENCASTRO, Luiz Felipe de; RENAUX, Maria Luíza. Caras e modos dos migrantes e imigrantes. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de; NOVAIS, Fernando A. (Org.). **História da Vida Privada no Brasil: império, a corte e a modernidade nacional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. v. 2, p. 291-335.

AREND, Fávero, Silvia. Trabalho, escola e Lazer. In: BASSANEZI, Pinsky; PEDRO, Maria, Joana. (Orgs.). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012.

_____, **Histórias de Abandono: infância e justiça no Brasil (década de 1930)**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2011.

ARRUDA, Maria Arminda. **A embalagem do sistema: a publicidade no capitalismo brasileiro**. 2ª ed. São Paulo. EDUSC, 2004.

O Salto da indústria Catarinense – Um exemplo para o Brasil
<http://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/viewFile/589/828>. Acesso em: 5 dez. 2013.

BASSANEZI, Carla. Mulheres dos anos dourados. In: DEL PRIORE, Mary (org.). **História das mulheres no Brasil**. 7 ed. São Paulo: Contexto, 2004.

BLOCH, M.L. B. Vivre l'histoire. In: LE GOFF (Org.). **A história nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

BOHOMOLETZ, Miguel Lima. **Breve histórico da indústria brasileira do aço**. Tese de pós-graduação. Rio de Janeiro, UFRJ, 1999.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 1989.

BRITO, Fausto. **As migrações internas no Brasil**: um ensaio sobre os desafios teóricos recentes. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2009.

BRITO, Fausto. **Brasil, final do século**: a transição para um novo padrão migratório. In: CARLEIAL, ADELITA (org.). **Transições migratórias**. Fortaleza: Iplance, 2002.

BRUSCHINNI, C.; LOMBARDI, M. (2003): **Mulheres e homens no mercado de trabalho brasileiro**. São Paulo: Paz e Terra. 1988.

SARDENBERG. Cecília Maria Bacellar (Org.). **A face feminina do complexo metal-mecânico**: mulheres metalúrgicas no Norte/Nordeste. Salvador: UFBA/FFCH/NEIM; REDOR: São Paulo; CNM/CUT, 2004.

CHAUVEAU, Agnès; TÉTART, Philippe (Org.). **Questões para a história do presente**. São Paulo: EDUSC, 1999.

COLISTETE, Renato Perim (2001). **O desenvolvimentismo cepalino: problemas teóricos e influências no Brasil**. Estudos Avançados, vol. 15, nº 41, jan/abr. São Paulo:IEA/USP, p.21-34. Disponível em: <www.sistemas.ufrn.br/shared/verArquivo816265&key>. Acesso em 5 fev. 2014.

CORRÊA, R. Maria; ROSA, F. Terezinha. FUCKNER, Ismael; WEBER; Fierl, R. Sergio; SCHUTZ, M. Tânia (Orgs.). **História dos Bairros de Joinville**. Edição Arquivo Histórico de Joinville. 1992.

COSTA, Iara Andrade. **A cidade da ordem**: tensões sociais e controle (Joinville, 1917 – 43). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1996.

CRISPIM, Calegari Adriana. **Relato de Experiência: Biblioteca Tupy SESI, Projeto Indústria do Conhecimento**. Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis, v.14, n.1, p.206-215, jan./jun. 2009.

CUNHA, Dilney. **História do Trabalho em Joinville: a gênese**. Joinville: TodaLetra Mídia. 2008.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Antropologia do Brasil: mito, história, etnicidade**. São Paulo: Brasiliense/ Editora da Universidade de São Paulo, 1986.

DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo. **A vida fora das fábricas: cotidiano operário em São Paulo (1920/1934)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

DEJOURS, Christophe. **A banalização da injustiça social**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1999.

DEL PRIORE, Mary. **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto; Unesp, 1997.

DENARDI, Adriano Francisco. **Poder e (des)ordem: preliminares de uma outra história – prostituição e o mercado do sexo em Joinville (1990-2010)**. Florianópolis: 2011. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC.

DIAS, José Roberto de Souza, **1945-Santa Catarina: imigrantes & indústria**. São Paulo: Ed. Rios 1987.

DIAS, Marco Aurelio. **“Uma Terra de Oportunidades”**. A migração no período de crescimento industrial de Joinville/SC – 1970-1980. (Dissertação) Universidade do Estado de Santa Catarina (MPPT/FAED/UDESC). Florianópolis, 2011.

DREIFUSS, René Armand. 1964: **A Conquista do Estado**. Ação política, Poder e Golpe de Classe. Petrópolis: Vozes, 1981.

DUBY, Georges; PERROT, Michelle. **As mulheres e a história**. Lisboa: Ed. Dom Quixote, 1995.

DURHAM, Eunice. **A caminho da cidade**. Editora Perspectiva, 1984.

FARIA, Ana Lúcia Goulart de. **Educação Pré-Escolar e Cultura**. Campinas: UNICAMP, 2002.

FICKER, Carlos. **História de Joinville**: subsídios para a crônica da colônia Dona Francisca. Joinville: Ipiranga, 1965.

FONSECA, Márcio Alves da. **Michel Foucault e o Direito**. São Paulo: Max Limonad, 2002, p. 34.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo, Loyola, 2011.

_____. **Microfísica do poder**. Trad. De Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2003.

_____. **O Nascimento da Clínica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1998.

_____. O sujeito e o Poder. In: DREYFUS, Hubert L.; RABINOW, Paul. **Michel Foucault**: uma trajetória filosófica – para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 234.

_____. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas: Selma Mucaíl (Trad.). 9ª. ed. – São Paulo : Martins Fonte, 2007.

_____. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão; tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis, Vozes, 1987. 288p.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 14ª ed., 1976.

FURTADO, João. **O Comportamento Inovador das Empresas Industriais no Brasil**. Seminário Especial. Mini Fórum em homenagem aos 40 anos do Ipea. Rio de Janeiro, setembro de 2004.

GEROLETI, Carlos Luciana. **De normalistas a bancárias**: a profissionalização das mulheres nos bancos (1960-1980). Florianópolis,

2013. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC.

GIRALDA, seyferth. **Colonização, Imigração e a questão racial no Brasil**. Revista USP, São Paulo, n.53, p. 117-149, mar/mai. 2002.

GONÇALVES, Alfredo José. **Migrações internas: Evoluções e desafios**. Estudos Avançados. São Paulo, v.15, n.43, set./dez.2001.

GOULARTI FILHO, Alcides. **Formação econômica de Santa Catarina**. Florianópolis: UFSC, 2007.

_____. **A inserção da indústria do vestuário na economia do sul de Santa Catarina**. Dissertação (Mestrado) – CFH, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 1995.

GRAF, Márcia Elis de Campos. **Economia e escravidão no Paraná**. Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnológico Paranaense. v. VLV, Curitiba, 1987.

GRUNER, Clóvis. **Leituras matutinas: utopias e heterotopias da modernidade na imprensa joinvilense (1951-1980)**. Curitiba, 2003.

HERING, Maria Luiza Renaux. **Colonização e indústria no Vale do Itajaí: o modelo catarinense de desenvolvimento**. Blumenau: Editora da FURB, 1987.

História econômica de Santa Catarina. Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Do Instituto Histórico e Geográfico. Disponível em: <www.cfh.ufsc.br>. Acesso em 5 nov. 2013.

HOBSBAWM, E. J. **Da revolução industrial inglesa ao imperialismo**. Rio de Janeiro. Forense Universitária, 1979.

_____. **A era do capital 1818-1875**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1987.

IANNI, Octavio. **Estado e Capitalismo**. Estrutura Social e Industrialização no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/158027792/Estado-e-Capitalismo-Octavio-Ianni>>. Acesso em: 2 fev. 2014.

IMHOF, Afonso. **A mulher operária em Joinville**: situação, preconceito e discriminação. Revista de História, São Paulo, v. LVI, n. 111, jan./set. 1977.

KOHLHEPP, Gerd & RENAUX, Maria Luiza. Desenvolvimento industrial e identidade regional nos tempos da globalização: Blumenau e o Nordeste de Santa Catarina. In: **Blumenau em Cadernos**, XLVIII (11/12), 2007, p. 1- 27.

KOHLHEPP, Gerd. **A indústria sul brasileira na fase da globalização**: o caso do desenvolvimento econômico regional no Nordeste de Santa Catarina Revista del CESLA, núm. 11, 2008, p. 207-224, Uniwersytet Warszawski Polônia.

KORMANN, José. **Histórico da Estrada Dona Francisca**. 1989.

LESSA, C. **Quinze anos de política econômica**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

_____. **A estratégia de desenvolvimento 1974-1976**: sonho e fracasso. 1978. Faculdade de Economia e Administração, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1978.

LOPES, Juarez Rubens Brandão. **Desenvolvimento e mudança social**: formação da sociedade urbana industrial no Brasil. 2008.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, C. B. (org.) **Fontes Históricas**. São Paulo; Contexto, 2005. p. 111-153.

MARTINS, Sérgio Pinto. **Direito do trabalho**. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 1998. 747 p.

MEDEIROS FILHO, O. Defesa, segurança e percepções militares na América do Sul. In: OLIVEIRA, Marcos Aurélio (Org.). **Comparando a defesa Sul-Americana**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2011.

MEURER, Beline. **Entre flores e manguezais**: a construção do real em Joinville. São Paulo, 1993.

MICHEL, Ido. **Crítica ao modelo catarinense de desenvolvimento**: planejamento econômico, 1956 aos precatórios, 1997. Campo Grande: UFMS, 1998.

NETO, José Miguel Arias. Primeira República: economia cafeeira, urbanização e industrialização. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil republicano**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

NIEHUES, Valdete Daufemback. **De agricultor a operário**: lembranças de migrantes. Florianópolis: 2000. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuições à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Editora PUC/Rio, 2006

OLIVEIRA, Carlos Gomes de. **Integração**: Estudos Sociais Históricas, Joinville, Santa Catarina, Brasil. Florianópolis: Gráfica Canarinho, 1984.

PATARRA, Neide Lopes. **Movimentos migratórios no Brasil**: tempo e espaços. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Ciências Estatísticas, 2003. 50p. Disponível em: <<http://www.lep.ibge.gov.br>>. Acesso em: 15 jan. 2014.

PEDRO, Joana Maria. **As mulheres e a separação das esferas**. *Diálogos*: Revista do Departamento de História da Universidade Estadual de Maringá. Maringá - PR, v. 04, p. 33-39, 2000.

_____. **Relações de Gênero na Pesquisa Histórica**. *Revista Catarinense de História*. Florianópolis, Nº. 2, p. 35-44, 1994.

_____. Mulheres do Sul. In: PRIORE, Del Mary; BASSANEZI, Carla. (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 9ª. Ed. – São Paulo: Contexto, 2007.

PEDRO, Joana Maria. O Feminismo de “Segunda Onda” **Corpo, prazer e trabalho**. PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). Nova História das Mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 2012. p. (238-256).

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Editora Contexto, 2012.

PIAZZA, Walter F. **Santa Catarina: Sua História**. Florianópolis: UFSC / Lunardelli, 1983.

PIROTTA, Wilson Ricardo Buquetti e PIOVESAN, Flávia. “Direitos reprodutivos e o Poder Judiciário no Brasil.” In: OLIVEIRA, Maria Coleta e BALTAR DA ROCHA, Maria Isabel (orgs.). **Saúde reprodutiva na esfera pública e política**. Campinas: UNICAMP, 2001. p. 155-186.

PORTELLI, Alessandro. **Ensaio de história oral**. São Paulo: Letra e Voz, 2010.

PRIORE, Mary Del (Org) & BASSANEZI, Carla (Coord. de textos). **Histórias das Mulheres no Brasil**. 8ª ed. São Paulo: Contexto, 2007.

PRIORE, Mary Del. **Mulheres no Brasil Colonial**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2003.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

_____. **O efeito-Foucault na historiografia brasileira**. Tempo Social; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 1995.

RAGO, Margareth. **Trabalho feminino e sexualidade**. In. PRIORE, Del Mary; BASSANEZI, Carla. (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 9ª. Ed. – São Paulo: Contexto, 2007.

RAUD, Cécile. **As dinâmicas territoriais do desenvolvimento: reflexões teóricas e aplicação à análise do pólo têxtil-vestuário de Blumenau**. In: THEIS, Ivo M; MATTEDI, Marcos Antônio; TOMIO,

Fabricio Ricardo de Limas (Org.). *Novos olhares sobre Blumenau: contribuições críticas sobre seu desenvolvimento recente*. Blumenau: Ed. da FURB, 2000. p.49-80.

RAUD, Cécile. **Indústria, território e meio ambiente no Brasil: perspectivas da industrialização descentralizada a partir da análise da experiência catarinense**. Florianópolis: Ed. da UFSC; Blumenau: Ed. da FURB, 1999.

RECH, Jeisa. **Memórias sobre namoros em Joinville na década de 1950**. Joinville, SC.: Ed. UNIVILLE, 2010.

RENAUX, Maria Luiza. **O outro lado da história: o papel da mulher no Vale do Itajaí 1850-1950**. Blumenau: Ed. da FURB, 1995.

ROCHA, Isa de Oliveira. **Industrialização de Joinville/SC: da gênese às exportações**. – Florianópolis: [s.n.], 1997. Editoração eletrônica: Maria Helena Milani Bento.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 2º Ed., Campinas, SP, 2008.

SCOTT, Joan Wallach. **“Gênero: uma categoria útil de análise histórica”**. Educação & Realidade. Porto Alegre, vol. 20, nº 2jul./dez. 1995, pp. 71-99.

SILVA, Janine Gomes da. **Tensões, trabalhos e sociabilidades: histórias de mulheres em Joinville no século XIX**. Joinville, SC: Ed. UNIVILLE, 2004.

SILVA, Michel Goulart. **“Crescer com o Brasil”**: planejamento, modernização e utopia de desenvolvimento em Santa Catarina (1970-1975). Florianópolis, 2012. Dissertação (Mestrado em História). Universidade do Estado de Santa Catarina.

SIMAS, Sara. **“Sou o pai, Sou a mãe”**: famílias chefiadas por mulheres pobres em Joinville/SC (1997-2009). Florianópolis, 2010. Dissertação (Mestrado em História). Universidade do Estado de Santa Catarina.

SOUTO, Américo Augusto da Costa. **Industrialização de Santa Catarina**: o Vale do Itajaí e o Litoral de São Francisco, das origens ao mercado nacional (1850-1929). In.: BRANCCHER, Ana (org.). História de Santa Catarina – Estudos contemporâneos. Florianópolis: Letras contemporâneas, 1999.

SOUZA, Giane Maria de. **Educação para o trabalho**: Os sindicatos amarelos e a pedagogia estado novista. Dissertação (Mestrado em Filosofia e História da Educação). Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, São Paulo, 2006.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. **A classe operária tem dois sexos**: Trabalho, dominação e resistência. São Paulo: SMC: Editora Brasiliense, 1991.

STEIN, Stanley. **Origens e Evolução da Indústria Têxtil no Brasil – 1850/1950**. Rio de Janeiro: Campus. 1979. Original em inglês de 1957.

TERNES, Apolinário. **A construção da cidade**. São Bernardo do Campo: Bartira, 1993.

_____. **História de Joinville**. 2. ed. Joinville: Meyer. 1986.

_____. **O perfil psicossocial do imigrante**. In.: Boletim do Arquivo Histórico. Joinville: Fundação Cultural, 6 mar., 1984.

_____. **História econômica de Joinville**. Meyer, 1986.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**: a maldição de Adão, v. II Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

TOKARSKI, Fernando. **Espaço, tempo e pessoas**: subsídios à história dos colonizadores de Santa Cruz de Canoinhas 1850-1920. IOESC, 2002.

VINHOSA, Francisco Luiz Teixeira. **O Brasil e a Primeira Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1990.